|  |
| --- |
|  |
| ..\Legislacao - ilustracoes\CAPA_COMPILACAO.jpg |
|  | **VERSÃO 2018** |  |
| **Atualização feita nesta versão: ano 2018 | Data de elaboração: janeiro 2019** |
|  | Av. António Augusto de Aguiar, 126 - 7º1050-020 Lisboa | **Tel.:** 21 358 07 85**E-mail:** info@appconsultores.org.pt**Web site:** www.appconsultores.org.pt |
|  |

|  |
| --- |
| ENQUADRAMENTO LEGAL DO EXERCÍCIO E DA ATIVIDADE DE CONSULTORIA E PROJETO |
| **Lista de Diplomas Legais publicados na I Série do Diário da República relacionados com****as áreas de Ambiente, Arquitetura e Engenharia - Nota explicativa** |

>> Dirigido às empresas associadas que atuam nas áreas de Ambiente, Arquitetura e Engenharia

Introdução

Este documento consiste numa compilação de legislação relevante para a atividade de Consultoria e Projeto nas áreas de Ambiente, Arquitetura e Engenharia, publicada na I Série do Diário da República (DR). Os diplomas legais figuram em tabelas anuais e estão ordenados pela data de publicação. A coluna “Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE)” inclui o sumário do Diploma, sendo o respectivo texto semelhante ao que aparece na primeira página do DR, onde figuram os sumários de cada Diploma.

Com o objetivo de evitar que este documento se tornasse demasiado longo foram feitos, na medida do possível, resumos, utilizadas abreviaturas e omitidos alguns elementos identificativos dos Diplomas, nomeadamente o emissor e o nº do DR. Tendo em vista facilitar a pesquisa de diplomas, foi incluída a coluna das “palavras-chave”, que inclui palavras ou expressões relacionadas com o objeto do Diploma.

Abrangência

Qualquer um dos diplomas que figuram nesta lista obedece aos seguintes critérios: 1 - estar diretamente relacionado com a atividade de Consultoria e Projeto nas áreas de Ambiente, Arquitetura e Engenharia; 2 - ser considerado como de primordial importância para a atividade ou de interesse potencial para as empresas do Setor; 3 - ter um período de vigência que seja, previsivelmente, alongado no tempo (excluindo-se assim os Diplomas considerados temporários ou de alcance limitado).

Esta lista é complementada pela Lista relativa à Economia, Gestão de Empresas e áreas afins, a qual inclui Diplomas de caráter mais genérico com interesse para as empresas de qualquer setor de atividade. Isto não impede, contudo, que hajam alguns Diplomas que aparecem nas duas listas devido à sua abrangência.

O acompanhamento sistemático da legislação começou a ser feito pela APPC no ano 2000. Por esta razão, a legislação referente ao período anterior está menos completa.

Modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE)

A seguir ao resumo do diploma (objeto) figuram as modificações produzidas e sofridas e as retificações, caso existam, assinaladas com as iniciais **MP**, **MS** e **RE**. Se o próprio resumo do diploma incluir as modificações produzidas, como acontece frequentemente, estas não serão assinaladas no final do texto.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **▪ Modificações produzidas:** **alterações**, **aditamentos**, **revogações** e **derrogações** (revogações parciais) introduzidos pelo diploma em diplomas anteriores.**▪ Modificações sofridas:** **alterações**, **aditamentos** e **derrogações** introduzidos no diploma por diplomas posteriores.**▪ Retificações:** retificações feitas através de Declaração de Retificação publicada em data posterior. |

No caso dos diplomas que têm uma abrangência alargada, entrando por áreas que não estão diretamente relacionadas com este setor, só entram nesta lista os diplomas relacionados (que sofrem ou produzem modificações ao diploma em causa) que tenham interesse para esta atividade. Por exemplo, o Decreto-Lei n.º 29/2006, que regula o sistema elétrico nacional, é alterado, entre outros, pelo DL 237-B/2006, sobre défice e ajustamentos tarifários, e pelo DL 23/2009, sobre medidas destinadas a garantir a segurança do fornecimento de eletricidade e o investimento em infra-estruturas. Pela relevância que tem para o setor, o DL 23/2009 figura nesta lista, mas o mesmo não se passa com o DL 237-B/2006.

Pesquisa de diplomas

A pesquisa de diplomas por assunto pode ser feita através da funcionalidade “Localizar” do Microsoft Word.

Revisão e atualização anual deste documento

O enquadramento legal de qualquer atividade não é estático. As alterações acontecem em função de diversos fatores, nomeadamente de ordem política, económica, social e tecnológica. Neste Setor isto tem-se verificado com uma grande incidência e por isso este documento é revisto e atualizado anualmente.

Diferenças entre a versão atual e a versão anterior

Os diplomas introduzidos na versão atual que não constam da anterior são os que figuram na parte final do documento, ou seja, nas páginas referentes ao período de tempo acrescentado (ano anterior). Também poderão ser introduzidos em novas versões diplomas relativos a datas anteriores ao período acrescentado, pois este documento terá de ser continuamente revisto e completado. Os diplomas que figuravam na versão anterior e que foram entretanto revogados, já não aparecem na versão actual.

**Abreviaturas mais utilizadas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Art.** = artigo**Dec. Leg. Reg.** = Decreto Legislativo Regional**DL** = Decreto-Lei | **DR** = Diário da República**PE** = Parlamento Europeu**RCM** = Resolução do Conselho de Ministros | **Resol.** = Resolução**Supl.** = Suplemento |

**Obtenção dos diplomas no Diário da República Eletrónico (DRE)**

Todos os diplomas aqui listados incluem um *link* para a página do DRE (nome do diploma em hipertexto) que permite a obtenção, livre e gratuita, do respectivo texto em ficheiro ‘pdf’. O utilizador do portal do DRE tem acesso à legislação em formato PDF da 1.ª Série desde 5 outubro 1910 e da 2.ª Série desde 1990.

Verificação da vigência dos diplomas

Periodicamente é verificada a vigência de cada diploma que figura nesta compilação através da funcionalidade DIGESTO do DRE. Contudo, dada a complexidade da produção legislativa em Portugal, e por prudência, aconselhamos a consulta desta funcionalidade sempre que surjam dúvidas.

O que é e para que serve o DIGESTO

O DIGESTO é o Sistema Integrado para o Tratamento da Informação Jurídica nacional. Destina-se a apoiar o Governo e a comunidade jurídica, permitindo consultar a vigência e as modificações produzidas e sofridas pelos diplomas. Relativamente à vigência dos diplomas, existem 3 classificações:

* Diploma em vigor - os diplomas vigentes são os que não têm qualquer indicação em contrário
* Diploma revogado: diploma não vigente, identificado com a palavra “**Revogado**”
* Diploma com vigência condicionada: diploma que está em vias de ser revogado ou cuja caducidade não é ainda total (ver esclarecimento em baixo) - aparece a indicação “**Vigência Condicionada**”.

|  |
| --- |
| **>** **Esclarecimentos sobre o funcionamento e utilização do DIGESTO (texto revisto em janeiro 2018)****..\..\Ficheiros temporarios\digesto_logo.jpg**baseado num esclarecimento solicitado à Chefe de Equipa Multidisciplinar do Digesto, Dra. Maria Manuel Correia**Processo de revogação de diplomas e conceito de “vigência condicionada”**“O DIGESTO só coloca o diploma como revogado quando o legislador expressamente o refere ou quando não há qualquer dúvida da sua caducidade. Por outro lado, nos casos em que o legislador revoga expressamente, mantendo-os, contudo, em vigor até à publicação de regulamentação, para a qual muitas vezes se desconhece a data e o número de regulamentos, ou em casos de revogações globais indeterminadas ou em casos referidos de processos ainda pendentes criados ao abrigo do diploma a revogar, o DIGESTO coloca-os em “Vigência condicionada”. Cabe ao utilizador, na posse da informação disponibilizada, concluir sobre a vigência ou não desses diplomas”.**Vantagens da utilização do DIGESTO**Através do DIGESTO o utilizador tem acesso a toda a informação jurídico-documental do diploma, nomeadamente, normas habilitantes, direito aplicado, modificações produzidas e sofridas, notas várias, direito comunitário, jurisprudência associada, doutrina associada. Através de interoperabilidades com a Assembleia da República, com o Ministério da Justiça e com a Procuradoria Geral da República, é também possível conhecer, respetivamente, no momento, o historial da Lei pesquisada, desde a sua iniciativa até à sua publicação, os Acórdãos dos vários tribunais e os Pareceres da Procuradoria”.**Indicações práticas sobre a utilização do DIGESTO**A maneira mais fácil de verificar a vigência de um diploma é através do seguinte procedimento: 1 - após entrar na página inicial do DRE, clicar em “pesquisa avançada”; 2 - selecionar o tipo de conteúdo - para diplomas das séries I e II, escolher as opções “Atos da 1.ª série” ou “Atos da 2.ª série”; 3 - preencher os campos “Tipo” (ex.: Decreto-Lei) e “Número” (ex.: 53/2014); 4 - clicar em “Pesquisar” - se o diploma estiver em vigor não aparece nenhuma indicação explícita; se tiver sido revogado aparece a indicação “Revogado”; 5 - para verificar se o diploma está com vigência condicionada, clicar em “Dados Gerais” (secção Análise Jurídica, no lado direito do écran) - em caso afirmativo aparece a indicação “Vigência condicionada”. |

>> Na presente edição deste documento foi verificada a vigência dos diplomas legais listados, o que permite assegurar que todos eles se encontram atualmente em vigor

|  |
| --- |
| **LISTA E DESCRITIVO DOS DIPLOMAS LEGAIS RELEVANTES** |

|  |  |
| --- | --- |
| Período até 1999 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 30 Julho 1936 | [Decreto-Lei n.º 26 852](https://dre.pt/application/file/a/360048) | Aprova o regulamento de licenças para instalações eléctricas (RLIE)**MS** - alterações: alterado pelos Decretos-Leis n.os 446/76, de 5 jun., 517/80 (revogado), 131/87 (revogado), 272/92 (revogado), e 4/93, de 8 janeiro, pela Lei n.º 30/2006, de 11 julho, e pelo DL 101/2007, de 2 abril, na parte respeitante às instalações elétricas de serviço particular; revogações: o parágrafo único do artigo 38º foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 Junho; as disposições do RLIE foram revogadas pelo Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 ago. | Instalações eléctricas |
| 07 Ago. 1951 | [Decreto-Lei n.º 38382](https://dre.pt/application/file/a/289115) | Aprova o Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Revoga o Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, os artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 902, os Decretos n.os 14268 e 15899 e o Decreto-Lei n.º 34472**MS**: alterações: - alterado pelos diplomas: 1 - DL 44258, de 31 Março 1962; 2 - DL 61/93, de 3 Março; 3 - DL 290/2007, de 17 Ago.; 4 - DL 50/2008, de 19 março; os artigos 9º, 165º e 168º foram represtinados pela Lei 13/2000, de 20 julho (nota: esta lei suspendeu a vigência do Decreto-Lei 555/99, de 16 Dez., até ao dia 31 de Dezembro de 2000);**MS:** derrogações: derrogado pelos seguintes diplomas: DLs: 409/98, de 23 Dez., e 410/98, de 23 Dez., ambos entretanto revogados, pelo DL 555/99, de 16 Dez. e pelo DL 220/2008, de 12 nov. | Regulamento Geral das Edificações Urbanas |
| 31 Mar. 1962 | [Decreto-Lei n.º 44258](https://dre.pt/application/file/516612) | Introduz alterações no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382 | Regulamento Geral das Edificações Urbanas |
| 05 Jun. 1976 | [Decreto-Lei n.º 446/76](https://dre.pt/application/file/a/427210) | Dá nova redacção a alguns artigos do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo DL 26852, de 30 de Julho de 1936**MP** - altera o DL 26852; revoga o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 40722, de 2 de Agosto de 1956, e o parágrafo único do artigo 38.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936. | Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas |
| 24 Out. 1991 | [Portaria n.º 1081/91](http://dre.pt/pdf1sdip/1991/10/245B00/54945494.pdf) | Estabelece regras uniformes de fabrico e de montagem de termoacumuladores eléctricos | Termoacumuladores eléctricos |
| 16 Mai. 1992 | [Dec. Regulamentar 11/92](http://dre.pt/pdf1sdip/1992/05/113B00/22422244.pdf) | Institui a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro para os técnicos autores de projectos e os industriais de construção civil no âmbito do licenciamento municipal de obras particulares. **MS** - alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 32/92 | Licenciamento de obras particularesContratos de seguro |
| 30 Jun. 1992 | [Decreto-Lei n.º 119/92](https://dre.pt/application/file/304457) | Aprova o Estatuto da Ordem dos Engenheiros. **MS** - alterado pela Lei nº 123/2015, de 2 set. | Estatuto da Ordem dos Engenheiros |
| 20 Nov. 1992 | [Decreto-Lei n.º 259/92](http://dre.pt/pdf1sdip/1992/11/269A00/53585362.pdf) | Estabelece o regime das entidades acreditadas para intervir no domínio da qualidade do ambiente | Qualidade do ambiente |
| 28 Nov. 1992 | [Dec. Regulamentar 32/92](http://dre.pt/pdf1sdip/1992/11/276B00/55055505.pdf) | Altera o Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de Maio (institui a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro para os técnicos autores de projectos e os industriais de construção civil no âmbito do licenciamento municipal de obras particulares) | Licenciamento de obras particularesContratos de seguro |
| 03 Mar. 1993 | [Decreto-Lei n.º 61/93](https://dre.pt/application/file/626477) | Altera o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951 | Edificações Urbanas |
| 28 Jul. 1995 | [Decreto-Lei n.º 193/95](https://dre.pt/application/file/484691) | Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional**MP** - extingue o Conselho Nacional de Cartografia, criado pelo Decreto-Lei 130/86, de 7 Junho.**MS:** alterações - alterado pelos seguintes diplomas: 1 - DL 52/96, de 18 Maio; 2 - DL 59/2002, de 15 Mar.; 3 - DL 202/2007, de 25 Maio; 4 - DL 180/2009, de 7 Ago.; 5 - DL 84/2011, de 20 Jun.; 6 - DL 141/2014, de 19 set. Derrogações: derrogado pelos DLs 141/2014 e 202/2007 | Produção cartográfica |
| 23 Ago. 1995 | [Dec. Regulamentar 23/95](http://dre.pt/pdf1sdip/1995/08/194B00/52845319.pdf) | Aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais**MP** - revoga Portarias n.os 10367, de 1943, e 11338, de 1946. **RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 153/95 | Distribuição de água e drenagem de águas residuais |
| 14 Nov. 1995 | [Decreto-Lei n.º 292/95](http://dre.pt/pdf1sdip/1995/11/263A00/69486949.pdf) | Estabelece a qualificação oficial para a elaboração de planos de urbanização, de planos de pormenor e de projectos de operações de loteamento | Urbanização / planos de pormenor / operações de loteamento |
| 30 Nov. 1995 | [Decl. Rectificação 153/95](http://dre.pt/pdf1sdip/1995/11/277B04/01850186.pdf) | Rectifica o Decreto Regulamentar 23/95 do MOPTC, de 23 Ago. | Distribuição água e águas residuais |
| 18 Mai. 1996 | [Decreto-Lei n.º 52/96](https://dre.pt/application/file/a/457100) | Altera o n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho (reprodução cartográfica) | Reprodução cartográfica |
| 30 Dez. 1996 | [Portaria n.º 767/96](http://dre.pt/pdf1sdip/1996/12/301B00/46944695.pdf) | Aprova as normas técnicas de referência a observar na elaboração dos planos de ordenamento da orla costeira | Ordenamento da orla costeira |
| 23 Mai. 1997 | [Decreto-Lei n.º 125/97](https://dre.pt/application/file/400355) | Estabelece as disposições relativas ao projecto, à construção e à exploração das redes e ramais de distribuições alimentadas com gases combustíveis da 3.ª família. **MP** - revoga o DL 512/80, de 28 Out.**MS** - alterado pelo DL 389/2007, de 30 nov., e pela Lei 15/2015, de 16 fev.; parciamente revogado pelo DL 97/2017, de 10 agosto | Redes e ramais de distribuições de gases combustíveis |
| 19 Jun. 1997 | [Decreto-Lei n.º 152/97](https://dre.pt/application/file/365412) | Transpõe para o direito interno a Directiva 91/271/CEE, do Conselho, de 21 Maio 1991, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.**MP** - revoga a Portaria 624/90, de 4 Ago. e derroga o DL 74/90, de 7 Março. **MS** - alterado pelos seguintes DLs: 1 - 348/98, de 9 Nov.: 2 - 261/99, de 7 Jul.; 3 - 172/2001, de 26 Maio - diploma revogado; 4 - 149/2004, de 22 Jun.; 5 - 198/2008, de 8 Out.; 6 - 133/2015, de 13 Julho | Tratamento de águas residuais urbanas |
| 04 Jul. 1997 | [Decreto-Lei n.º 168/97](https://dre.pt/application/file/a/155966) | Aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas | Estabelecimentos de restauração e de bebidas |
| 01 Ago. 1998 | [Decreto-Lei n.º 236/98](http://dre.pt/pdf1sdip/1998/08/176A00/36763722.pdf) | Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. **MP** - revoga o DL 74/90 e a Portaria n.º 632/94 | Qualidade da água |
| 25 Set. 1997 | [Dec. Regulamentar n.º 38/97](https://dre.pt/application/file/a/659394) | Regula os estabelecimentos de restauração e de bebidas | Estabelecimentos de restauração e de bebidas |
| 01 Out. 1998 | [Decreto Regulamentar n.º 22-A/98](http://dre.pt/pdf1sdip/1998/10/227B01/00020119.pdf) | Aprova o Regulamento de Sinalização do Trânsito.**MP** - revogações: art. n.os 1º a 11º do Decreto 39987 (1954), com a redacção dada pela Portaria 46-A/94; Dec. Regulamentar 33/88; n.os 1.º, 2.º e 5.º a 9.º da Portaria 881-A/94 e Portaria 1257/95. **MS** - alterado pelos Decretos Regulamentares 41/2002 e 13/2003 e pela Resolução do Conselho de Ministros 29/2010 | Estradas / Sinalização do Trânsito |
| 19 Out. 1998 | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/98](https://dre.pt/application/file/a/240080) | Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) para o troço Cidadela-Forte de São Julião da Barra**MS** - alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nos 82/2012, de 3 out., e 64/2016, de 19 out. | Plano Ord. Orla Costeira (POOC) Cidadela-Forte S. Julião da Barra |
| 09 Nov. 1998 | [Decreto-Lei n.º 348/98](https://dre.pt/application/file/a/223362) | Altera o Decreto-Lei 152/97, de 19 Junho (transpõe para o direito interno a Directiva 91/271/CEE, do Conselho, de 21 Maio, relativo ao tratamento de águas residuais urbanas), transpondo para o direito interno a Directiva 98/15/CE, da Comissão, de 21 Fev. | Tratamento de águas residuais urbanas |
| 24 Nov. 1998 | [Decreto-Lei n.º 374/98](http://dre.pt/pdf1sdip/1998/11/272A00/64576460.pdf) | Altera os DLs 378/93, de 5 Nov., 128/93, de 22 Abril, 383/93, de 18 Nov., 130/92, de 6 Julho, 117/88, de 12 Abr., e 113/93, de 10 Abril, que estabelecem, respectivamente, as prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de equipamentos de protecção individual, de instrumentos de pesagem de funcionamento não automático, de aparelhos a gás, de material eléctrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão e de materiais de construção | Máquinas, equip. protecção individual, instrumentos pesagem, aparelhos a gás, etc - prescrições mínimas segurança |
| 01 Abr. 1999 | [Dec. Regulamentar 4/99](http://dre.pt/pdf1sdip/1999/04/077B00/18171826.pdf) | Altera o Decreto Regulamentar n.º 38/97, de 25 de Setembro, que regula os estabelecimentos de restauração e de bebidas | Estabelecimentos de restauração |
| 24 Abr. 1999 | [Decreto-Lei n.º 139/99](http://dre.pt/pdf1sdip/1999/04/096A00/21702183.pdf) | Altera algumas disposições do Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho, que aprovou o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas. **MP** - altera o Decreto Regulamentar 168/97 | Estabelecimentos de restauração |
| 08 Jun. 1999 | [Decreto-Lei n.º 197/99](http://dre.pt/pdf1sdip/1999/06/132A00/31713210.pdf) | Regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços.**MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 55/95 e o artigo 6º do Decreto-Lei 390/82. **MS** - **este diploma foi revogado pelo DL 18/2008, de 29 Jan., c/ excepção artigos 16º a 22º e 29º;** os artigos 16.º a 22.º e 29.º foram revogados pelo Decreto-Lei 40/2011 | Locação e aquisição de bens e serviços - despesas e contratação públicas |
| 26 Jul. 1999 | [Decreto-Lei n.º 281/99](http://dre.pt/pdf1sdip/1999/07/172A00/46804681.pdf) | Estabelece a disciplina aplicável à exigência de apresentação perante o notário de licença construção ou utilização na celebração de actos transmissão propriedade prédios urbanos. **MP** - revoga o n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 46/85 | Licença de construção e licença de utilização |
| 02 set. 1999 | [Decreto-Lei n.º 349/99](https://dre.pt/application/file/582696) | Cria a ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, associação de direito público, e aprova o respectivo Estatuto**MS** - alterado pelas Leis 47/2011, de 27 junho, e 157/2015, de 17 set. | ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos |
| 14 Set. 1999 | [Lei n.º 163/99](http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/215A00/63116311.pdf) | Primeira alteração do DL 59/99, de 2 Mar., que aprova o novo regime jurídico das empreitadas de obras públicas | Empreitadas de Obras Públicas |
| 16 Dez. 1999 | [Decreto-Lei n.º 555/99](http://dre.pt/pdf1sdip/1999/12/291A00/89128942.pdf) | Estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação**MP** - revogações: DL 445/91; 448/91; 83/94 e 92/95; art. 9º e 165º a 168º do DL 38 382 (de 1951)**MS:** alterações - alterado pelos seguintes diplomas: 1 - Lei 13/2000, de 20 Jul.; 2 - Lei 30-A/2000, de 20 Dez.; 3 - DL 177/2001, de 4 Jun.; 4 - Lei 15/2002, de 22 Fev.; 5 - Lei 4-A/2003, de 19 Fev.; 6 - Lei 5/2004, de 10 Fev.; 7 - DL 157/2006, de 8 Ago.; 8 - Lei 60/2007, de 4 Set.; 9 - DL 18/2008, de 29 Jan., 10 - DL 116/2008, de 4 Jul.; 11 - DL 26/2010, de 30 Mar., 12 – DL 266-B/2012; 13 - DL 136/2014; 14 - Lei n.º 79/2017, de 18 ago. 15 – DL 121/2018, de 28 dez.**MS:** derrogações: os art. 19.º, 28.º a 33.º, 40.º e 128.º foram revogados pela Lei n.º 60/2007; o n.º 9 do artigo 107.º foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008; a alínea *g)* do nº 2 do artigo 4º, o nº 3 do artigo 6º, o nº 3 do artigo 35º, o artigo 37º, a alínea *b)* do artigo 68º e o nº 6 do artigo 116º foram revogados pelo DL 23/2010, de 30 Mar.; o nº 1 do artigo 13º foi revogado pelo Decreto-Lei 97/2017, de 10 agosto | Regime jurídico da Urbanizaçãoe da Edificação |
| 17 Dez. 1999 | [Decreto n.º 59/99](https://dre.pt/application/file/a/655197) | Aprova a Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, concluída em 25 de Fevereiro de 1991 em Espoo (Finlândia), no âmbito da Organização das Nações Unidas. **MS** – Decreto 2/2012 introduz aditamento; emenda introduzida pelo Dec. 3/2012 | Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras |
| 23 Dez. 1999 | [Decreto-Lei nº 568/99](http://dre.pt/pdf1sdip/1999/12/297A00/92349244.pdf) | Procede à revisão do Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 156/81, de 9 de Junho, e estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de supressão de passagens de nível**MP** - revoga o DL 156/81. **MS** - alterado pelos DLs 24/2005, de 26 Jan., e 77/2008, de 29 Abr. | Revisão do Regulamento de Passagens de Nível |

|  |  |
| --- | --- |
| 2000 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 08 Jun. | [Portaria n.º 325/2000](https://dre.pt/application/file/a/288121) | Aprova a lista de profissões regulamentadas, bem como das autoridades que, para cada profissão, são competentes para receber, apreciar e decidir dos pedidos formulados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 396/99, de 13 de Outubro | Lista de profissões regulamentadas |
| 20 Jun. | [Portaria n.º 362/2000](http://dre.pt/pdf1sdip/2000/06/141B00/26702677.pdf) | Aprova os Procedimentos Relativos às Inspecções e à Manutenção das Redes e Ramais de Distribuição e Instalações de Gás e o Estatuto das Entidades Inspectoras das Redes e Ramais de Distribuição e Instalações de Gás. **MS** - alterada pela Portaria 690/2001; derrogada pela Lei 15/2015, de 16 fev.; os n.os 1º e 2º e os anexos I e II foram revogados pelo DL 97/2017, de 10 ago. | Redes e Ramais de Distribuição e Instalação de Gás |
| 30 Jul. | [Dec. Rectificação 7-L/2000](http://dre.pt/pdf1sdip/2000/06/149B02/00070007.pdf) | De ter sido rectificada a Portaria 325/2000 (profissões regulamentadas) | Lista de profissões regulamentadas |
| 27 Jul. | [Decreto-Lei n.º 159/2000](http://dre.pt/pdf1sdip/2000/07/172A00/36243624.pdf) | Altera o Decreto-Lei 59/99, de 2 Março (artigos 52º e 121º), que aprova o novo regime jurídico das empreitadas de obras públicas | Empreitadas de Obras Públicas |
| 09 Set. | [Decreto-Lei n.º 222/2000](https://dre.pt/application/file/a/577642) | Altera o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 168/87, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas | Estabelecimentos de restauração e de bebidas |
| 20 Nov. | [Portaria n.º 1101/2000](http://dre.pt/pdf1sdip/2000/11/268B00/66386671.pdf) | Aprova a relação das disposições legais a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução | Relação de disposições legais a observar pelos projectistas |

|  |  |
| --- | --- |
| 2001 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 09 Fev. | [Decreto-Lei n.º 39/2001](https://dre.pt/application/file/a/320032) | Altera o Decreto-Lei n.º 7/99, de 8 de Janeiro, que aprovou o programa SOLARH**MP** - revoga o DL 7/99, de 8 Jan.. **MS** - alterado pelos Decretos-Leis 25/2002, de 2 Nov., 66/2014, de 7 maio, e 250/2015, de 25 nov. | Programa SOLARH (reabilitação e reconstrução urbana) |
| 08 Mai. | [Portaria n.º 460/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/05/106B00/26672675.pdf) | Aprova o Regulamento de Segurança das Instalações de Armazenagem de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL) com Capacidade até 200 m3 por Recipiente | Instal. Armazenagem Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL) |
| 04 Jun. | [Decreto-Lei n.º 177/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/06/129A00/32973334.pdf) | Altera o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação (o DL 555/99 é republicado com as alterações introduzidas). **MS** - o artigo 2.º foi alterado pelo DL 65/2003, que entretanto deixou de ter efeito | Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação |
| 06 Jun. | [Res. Cons. Ministros 66/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/06/131B00/34373439.pdf) | Determina a elaboração do plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 e constitui a respectiva comissão mista de coordenação | Ambiente - Rede Natura 2000 |
| 07 Jun. | [Dec. Regulamentar 10/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/06/132B00/34933505.pdf) | Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios | Desporto - estádios |
| 30 Jun. | [Dec. Rectificação 13-T/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/06/150A02/00120013.pdf) | Rectificações ao DL 177/2001, que altera o DL 555/99 (que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação) | Regime J. Urbanização e Edificação |
| 10 Jul. | [Portaria n.º 690/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/158B00/41514155.pdf) | Altera as Portarias n.os 386/94 (Regulamento Técnico Relativo ao Projecto, Construção, Exploração e Manutenção de Redes de Distribuição de Geses Combustíveis), 361/98 (Regulamento Técnico Relativo ao Projecto, Construção, Exploração e Manutenção das Instalações de Gás Combustível Canalizado em Edifícios) e 362/2000 (Procedimentos Relativos às Inspecções e à Manutenção Redes e Ramais Distribuição e Instalações Gás).**MP** - altera as Portarias n.os 386/94, 361/98 e 362/2000 | Instalações e redes de distribuição de gás |
| 03 Ago. | [Lei n.º 93/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/08/192A00/53705371.pdf) | Cria instrumentos para prevenir as alterações climáticas e os seus efeitos | Alterações climáticas |
| 08 Set. | [Lei n.º 107/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/209A00/58085829.pdf) | Estabelece as bases da política e regime de protecção e valorização do património cultural. **MP** - revogações: Leis n.os 2032 (1949) e 13/85, bem como todas as disposições de leis gerais da República que contrariem o disposto neste diploma; alínea b) do n.º 1 do art. 9.º e artigos 21.º a 30.º do DL 16/93, bem como os artigos 6.º e 46.º-A deste mesmo diploma, na redacção que lhes foi dada pela Lei n.º 14/94;o disposto no Decreto 14 881 (1928), no DL 48 547 (1968) e no Decreto Regulamentar 90/84 que de algum modo interfira com bens imóveis classificados ou em vias de o ser, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, fica para todos os efeitos condicionado à presente lei e à legislação específica existente | Regime de protecção e valorização do património cultural |
| 17 Set. | [Portaria n.º 1104/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/216B00/59065911.pdf) | Actualiza, relativamente ao ano de 2000, a relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução | Relação de disposições legais a observar pelos projectistas |
| 18 Set. | [Portaria n.º 1106/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/217B00/59665967.pdf) | Aprova os modelos dos avisos para pedido de autorização para operações urbanísticas específicas ou promovidas pela Administração Pública | Operações urbanísticas - avisos |
| 18 Set. | [Portaria n.º 1107/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/217B00/59675971.pdf) | Aprova os modelos de alvarás de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas | Operações urbanísticas - alvarás |
| 18 Set. | [Portaria n.º 1108/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/217B00/59725975.pdf) | Aprova os modelos de aviso a fixar pelo titular de alvará de licenciamento | Operações urbanísticas - avisos |
| 19 Set. | [Portaria n.º 1109/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/218B00/59795980.pdf) | Define os requisitos a que deve obedecer um livro de obra, a conservar no local da sua execução | Edificações - livro de obra |
| 25 Set. | [Portaria n.º 1136/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/223B00/60896091.pdf) | Fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva | Urbanização e Edificação- espaços verdes, etc. |
| 06 Out. | [Decreto-Lei n.º 270/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/10/232A00/63476367.pdf) | Aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras, revogando o Decreto-Lei 89/90, de 16 Março**MS** - alterado e derrogado pelo DL 340/2007, de 12 Out. **RE** - rectificado pelas Declarações de Rectificação 20-AP/2001 e 108/2007 | Pesquisa e exploração massas minerais-pedreiras |
| 23 Out. | [Resolução da Assembleia da República n.º 65/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/10/246A00/67226731.pdf) | Aprova, para ratificação, a Convenção n.º 176 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança e saúde nas minas, adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, em 22 de Junho de 1995 | Segurança e saúde nas minas |
| 08 Nov. | [Portaria n.º 1270/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/11/259B00/71147128.pdf) | Aprova o Regulamento de Segurança Relativo ao Projecto, Construção, Exploração e Manutenção de Postos de Enchimento de Gás Natural | Postos enchimento Gás Natural |
| 13 Nov. | [Decreto Legislativo Regional n.º 23/2001/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/11/263A00/72057205.pdf) | Altera o DLR 10/2000/A, de 12 Maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 61/99, de 2 de Março (acesso e permanência na actividade de construção civil) | Actividade de construção civil- R.A. Açores |
| 23 Nov. | [Decreto-Lei n.º 302/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/11/272A00/75037505.pdf) | Estabelece o novo quadro legal para a aplicação do Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis.**MP** - revoga os Decretos-Leis n.os 246/92 e 302/95 | Postos de Abastecimento de Combustíveis |
| 30 Nov. | [Dec. Rectific. 20-AP/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/11/278A03/00100010.pdf) | De ter sido rectificado o DL 270/2001, de 6 Out., que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais - pedreiras | Sector Extractivo - pedreiras |

|  |  |
| --- | --- |
| 2002 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 04 Jan. | [Portaria n.º 5/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/01/003B00/00440049.pdf) | Aprova o Regulamento das Condições para a Atribuição de Licenças de Distribuição e Fornecimento de Gás Natural através da Exploração de Redes Locais Autónomas | Gás Natural - exploração de redes locais autónomas |
| 08 Fev. | [Portaria n.º 123/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/02/033B00/10321033.pdf) | Define a composição e o modo de funcionamento e regulamenta a competência do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental | Avaliação de Impacte Ambiental |
| 09 Fev. | [Portaria n.º 131/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/02/034B00/10501060.pdf) | Aprova o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis. **MS** - alterada pela Portaria n.º 362/2005 | Abastecimento de Combustíveis |
| 11 Mar. | [Decreto-Lei n.º 56/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/03/059A00/21122129.pdf) | Altera o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, que regula o turismo de natureza. **MS** - derrogado pelo DL 39/2008 | Turismo de natureza |
| 18 Abr. | [Portaria n.º 399/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/04/091B00/38243825.pdf) | Estabelece normas relativas ao estabelecimento e exploração de instalações de co-geração | Instalações de co-geração |
| 20 Abr. | [Decreto-Lei n.º 119/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/04/093A00/39833985.pdf) | Assegura o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do P.E. e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono. **MS** - alterado e derrogado pelo DL 152/2005 | Substâncias que empobrecem a camada de ozono |
| 11 Mai. | [Decreto-Lei n.º 129/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/05/109A00/44214428.pdf) | Aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios. **MS** - alterado pelo Decreto-Lei 96/2008 | Requisitos acústicos dos edifícios |
| 15 Mai. | [Decreto Legislativo Regional n.º 7/2002/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/05/112A00/45454546.pdf) | Revoga o DLR 1/2002/M, de 28 Fev., que procede a adaptações do DL 309/93, de 2 Set., alterado pelos DL 218, de 20 Ago., 151/95, de 24 Jun., 113/97, de 10 Mai., e 380/99, de 22 Set., relativo à elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira | Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) |
| 17 Mai. | [Decreto-Lei n.º 139/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/05/114A00/45584579.pdf) | Aprova o Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de produtos Explosivos e revoga diversos diplomas (ver coluna à direita). **MP** - revoga DL 142/79 e Portarias 29/74, 831/82 e 506/85. **MS** - alterado pelo Decreto-Lei 139/2003 | Estabelecimentos de produtos explosivos |
| 28 Mai. | [Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/05/123A00/47424745.pdf) | Consagra o regime jurídico do Sistema Nacional de Planeamento dos Açores (SIRPA)**MP** - revoga os Dec. Legislativos Reg. 12/91/A e 1/2001/A. **MS** - alterado pelo Dec. Legislativo Regional 44/2003/A | SIRPA - Sistema Regional de Planeamento dos Açores |
| 01 Jul. | [Portaria n.º 762/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/07/149B00/51235130.pdf) | Aprova o Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais | Distribuição de agua e drenagem de águas residuais |
| 01 Jul. | [Portaria n.º 765/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/07/149B00/51315139.pdf) | Aprova o Regulamento de Segurança Relativo ao Projecto, Construção, Exploração e Manutenção de Oleodutos de Transporte de Hidrocarbonetos Líquidos e Liquefeitos | Oleodutos de transporte de hidrocarbonetos |
| 03 Jul. | [Decreto-Lei n.º 159/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/07/151A00/51835193.pdf) | Estabelece as condições a que devem obedecer o fabrico e a colocação no mercado dos cimentos e ligantes hidráulicos para betões, argamassas e caldas de injecção. **MP** - revoga o DL 139/96 | Cimentos e ligantes hidráulicos |
| 03 Ago. | [Resolução da Assembleia da República n.º 53/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/08/178A00/56605660.pdf) | Código de conduta e boas práticas para a instalação de equipamentos que criam campos electromagnéticos | Equipamentos que criam campos electromagnéticos |
| 20 Ago. | [Decreto Regulamentar n.º 41/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/08/191B00/58715885.pdf) | Altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro | Regulamento de Sinalização do Trânsito - alterações |
| 01 Out. | [Decreto-Lei n.º 204/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/10/227A00/66456646.pdf) | Mantém em vigor a classificação das áreas protegidas operada pelos diplomas que procederam à sua criação ou à respectiva reclassificação | Rede Nacional de Áreas Protegidas |
| 16 Out. | [Portaria n.º 1358/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/10/239B00/67836783.pdf) | Aplica as regras comunitárias em matéria de procedimentos de celebração de contratos de direito público às entidades que operam nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações | Contratos nos sectores da água, energia, transportes e teleco. |
| 29 Out. | [Portaria n.º 1407/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/10/250B00/69876987.pdf) | Fixa as classes das autorizações contidas nos certificados de classificação de empreiteiros de obras públicas (EOP) e industrial de construção civil (ICC) e os correspondentes valores. Revoga a Portaria n.º 1221/2001, de 24 de Outubro | Certificados EOP (empreiteiros) e ICC (industrial construção civil) |
| 02 Nov. | [Decreto-Lei n.º 25/2002](https://dre.pt/application/file/a/273326) | Altera o Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 Fev., que regula o programa de apoio à realização urbana denominado «SOLARH», estabelecendo um regime emolumentar especial aplicável às pessoas singulares beneficiárias do programa quando procedam à realização de obras na sua habitação permanente | Programa SOLARH (reabilitação e reconstrução urbana) |
| 23 Nov. | [Decreto-Lei n.º 260/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/11/271A00/73707372.pdf) | Transfere para as câmaras municipais o licenciamento de áreas de serviço que se pretende instalar na rede viária municipal.**MP** - revoga, na parte relativa ao licenciamento de áreas de serviço na rede viária municipal, o DL 13/71 e o despacho SEOP 37-XII/92 | Licenciamento de áreas de serviço |
| 23 Nov. | [Decreto-Lei n.º 261/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/11/271A00/73727373.pdf) | Confere às câmaras municipais competência para emitir parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional e prevê a audição dos municípios na definição da rede rodoviária nacional e regional e utilização da via pública | Localização de áreas de serviço nas redes rodoviárias nac. e regional |
| 26 Nov. | [Decreto-Lei n.º 267/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/11/273A00/74007406.pdf) | Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis**MP** - revoga base VIII da Lei 1947, de 12/02/1937 e os art. 15º, 56º a 62º e 64º a 68º do Dec. 29 034, de 1/Out./1938**MS:** Alterações - alterado pelos diplomas: 1 - DL 389/2007, de 30 Nov.; 2 - DL 31/2008, de 25 Fev.; 3 - DL 195/2008, de 6 Out.; 4 - DL 217/2012, de 9 out.; 5 - Lei 15/2015, de 16 fev. Derrogações - derrogado pelos diplomas: 1 - DL 389/2007; 2 - DL 217/2012, de 9 out.; 3 - Lei 15/2015, de 16 fev. | Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis |
| 16 Dez. | [Decreto-Lei n.º 309/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/12/290A00/78557861.pdf) | Regula a instalação e o funcionamento de recintos de espectáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais, em desenvolvimento do regime previsto na al. *s)* do n.º 1 do art. 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29/Dez., na alínea *a)* do n.º 2 do art. 21.º da Lei n.º 159/99, de 14/Set., e no n.º 1 do art. 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27/Dez.**MP** - revoga art. 20º a 23º do DL 315/95 e os art. 1º, 2º, 3º, 35º, 37º e 43º a 46º do DL 315/95 na parte relativa a este tipo empreendimentos.**MS** - as alíneas *b)* e *c)* do art. 2.º, o art. 4.º e a alínea *b)* do n.º 1 do art. 8.º foram revogadas pelo DL 141/2009 | Instalação e funcionamento de recintos de espectáculos e de divertimentos públicos |
| 23 Dez. | [Decreto-Lei n.º 313/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/12/296A00/79968010.pdf) | Estabelece o regime jurídico aplicável à construção, colocação em serviço e exploração das instalações por cabo para o transporte de pessoas, transpondo para a ordem jurídica portuguesa a Directiva 2000/9/CE, do PE e do Conselho, de 20 Mar.**MS** - alterado pelo Decreto-Lei 143/2004, de 11 Junho | Regime jurídico aplicável às instalações por cabo para o transporte de pessoas |
| 28 Dez. | [Decreto-Lei n.º 320/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/12/300A00/81608169.pdf) | Estabelece o regime de manutenção e inspecção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às actividades de manutenção e de inspecção**MP** - revoga os DLs n.os 404/86, de 3 Dez., 131/87, de 17 Mar., e 110/91, de 18 Mar. | Ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes - manutenção e inspecção |

|  |  |
| --- | --- |
| 2003 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 20 Jan. | [Portaria n.º 69/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/01/016B00/02980306.pdf) | Actualiza a relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução | Relação de disposições legais a observar pelos projectistas |
| 25 Fev. | [Resolução da Assembleia da República n.º 11/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/02/047A00/13151338.pdf) | Aprova, para ratificação, a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, assinada em Aarhus, na Dinamarca, em 25 de Junho de 1998 | Ambiente - Convenção sobre acesso à informação, etc |
| 14 Mar. | [Desp. Normativo 14/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/03/062B00/18101812.pdf) | Aprova as normas técnicas mínimas a que deverá obedecer a elaboração dos planos específicos de gestão da extracção de inertes em domínio público | Extracção de inertes |
| 09 Abr. | [Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/04/084A00/23202331.pdf) | Aprova o novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores**MP** - revoga os Decretos Legislativos Regionais n.os 26/94/A e 20/2000/A | Estatuto Vias Comunicação Terrestre - R.A. Açores |
| 30 Abr. | [Res. C. Ministros 64/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/04/100B00/27842795.pdf) | Aprova o Programa de Acção para o Sector Florestal | Sector Florestal |
| 06 Mai. | [Decreto Legislativo Regional n.º 20/2003/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/05/104A00/29182919.pdf) | Adapta à R.A. Açores o Dec.-Lei n.º 61/99, de 2 Março (regime de acesso e permanência nas actividades de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil). **MP** - altera o artigo 4.º do Dec. Leg. Regional 10/2000/A | Empreiteiro obras públicas e industrial const. civil - Açores |
| 04 Jun. | [Lei n.º 16/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/06/129A00/33433349.pdf) | Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro (revê, actualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico). **MP** - altera os art. 3.º, 4.º, 5.º, 13.º e 36.º do DL 468/71 | Domínio público hídrico |
| 26 Jun. | [Decreto Regul. n.º 13/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/06/145B00/36703670.pdf) | Altera o Regulamento Sinalização Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar 22-A/98. **RE** - rectificado pela Dec. Rect. 9-D/2003 | Sinalização do Trânsito |
| 30 Jun. | [Dec Rectificação 9-D/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/06/148B04/00120012.pdf) | De ter sido rectificado o Decreto Regulamentar n.º 13/2003, de 26 Jun., que altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito | Sinalização do Trânsito |
| 02 Jul. | [Decreto-Lei n.º 139/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/07/150A00/37923792.pdf) | Prorroga, pelo período de 2 anos, o prazo de caducidade dos alvarás e licenças de fabrico ou de armazenagem de produtos explosivos, fixado no art. 3.º do DL 139/2002 de 17 Maio. **MP** - altera o DL 139/2002 | Fabrico ou de armazenagem de produtos explosivos |
| 24 Jul. | [Decreto-Lei n.º 165/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/07/169A00/43254330.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 Nov., relativa aos meios portuários de recepção de resíduos gerados em navios e de resíduos provenientes de carga, com origem em navios que utilizem portos nacionais, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 Nov. **MS** - alterado pelos DLs 197/2004 e 57/2009 | Sector portuário - meios portuários de recepção de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga |
| 05 Ago. | [Decreto-Lei n.º 178/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/179A00/46264638.pdf) | Estabelece limitações às emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes de grandes instalações de combustão, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/80/CE, do PE e do Conselho, de 23 Out. **MP** - revoga a Portaria 399/97 e algumas disposições do DL 352/90 e da Portaria 286/93. **RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 11-B/2003 | Ambiente - limitações às emissões para a atmosfera de poluentes |
| 16 Ago. | [Decreto-Lei n.º 182/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/188A00/51155117.pdf) | Altera o plano rodoviário nacional, definido pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho. **MP** - altera anexos do DL 222/98 | Plano rodoviário nacional |
| 23 Ago. | [Lei n.º 64/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/194A00/54305448.pdf) | Segunda alteração à Lei n.º 91/95, de 2 Set., sobre as áreas urbanas de génese ilegal. **MP** - altera diversos artigos Lei 91/95 | Áreas urbanas génese ilegal |
| 30 Ago. | [Dec. Rectific.11-B/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/200A05/00840085.pdf) | De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 178/2003, de 5 Ago. (emissões para a atmosfera de poluentes) | Emissões de poluentes |
| 04 Out. | [Decreto-Lei n.º 241/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/10/230A00/65506551.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 Maio, relativa às actividades no domínio da arquitectura, habitualmente exercidas c/ o título profissional de arquitecto, e altera o DL 14/90, 8 Jan. | Arquitectura- reconhecimento de diplomas |
| 09 Out. | [Portaria n.º 1187/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/10/234B00/66746675.pdf) | Define os critérios de avaliação de projectos de engenharia elaborados pelas entidades gestoras de sistemas multimunicipais | Sistemas multimunicipais - avaliação de projectos |
| 29 Out. | [Decreto-Lei n.º 273/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/10/251A00/71997211.pdf) | Procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante do Decreto-Lei 155/95, de 1 Julho, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Directiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 Junho. **MP** - revoga o DL 155/95, de 1 Julho, na redacção dada pela Lei 113/99, de 3 Ago. | Estaleiros temporários ou móveis - condições de segurança e saúde no trabalho |
| 17 Nov. | [R. C. Ministros 178/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/11/266B00/78567858.pdf) | Aprova as linhas orientadoras da reforma estrutural do sector florestal | Sector florestal |
| 22 Nov. | [Decreto Legislativo Regional n.º 44/2003/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/11/271A00/79567957.pdf) | Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de Maio, que estabelece o sistema regional de planeamento dos Açores | SIRPA - Sistema Regional Planeamento Açores |
| 10 Dez. | [Decreto-Lei n.º 310/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/12/284A00/83398377.pdf) | Altera pela segunda vez o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro. **MP** - altera DL 380/99, de 22 Set.; revoga art. 157.º do DL 380/99, de 22 Set., com redacção conferida pelo DL 53/2000 | Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial |
| 13 Dez. | [Portaria n.º 1358/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/12/287B00/84068407.pdf) | Altera o artigo 4.º do Estatuto de Entidades Inspectoras das Redes e Ramais de Distribuição e Instalações de Gás, aprovado como anexo II da Portaria n.º 362/2000 de 20 de Junho | Redes e Ramais Distribuição e Instalação de Gás |

|  |  |
| --- | --- |
| 2004 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 03 Jan. | [Decreto-Lei n.º 3/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/002A00/00260045.pdf) | Estabelece o regime jurídico a que fica sujeito o licenciamento da instalação e da exploração dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos (CIRVER)**MS** - alterado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 Setembro; o artigo 95.º foi revogado pelo DL 178/2006, de 5 Set. | Centros integrados recupera-ção, valorização e eliminação resíduos perigosos (CIRVER) |
| 06 Jan. | [Decreto-Lei n.º 6/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/004A00/00620067.pdf) | Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços**MP** - revoga DL 348-A/86, 16 Out., DL 474/77, 12 Nov. e despacho SEOP 35-XII/92, de 14 Out. | Revisão preços empreitadas e aquisição bens e serviços |
| 14 Jan. | [Portaria n.º 41/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/011B00/02710271.pdf) | Aprova o modelo de alvará da licença para recintos de espectáculos e divertimentos públicos | Recintos de espectáculos |
| 22 Abr. | [Decreto Legislativo Regional n.º 17/2004/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/04/095A00/24412446.pdf) | Aprova o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público | Instalações desportivas de uso público - Açores |
| 11 Jun. | [Decreto-Lei n.º 142/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/06/136A00/36323640.pdf) | Aprova o regime jurídico da actividade termal. **MP** - revoga Decreto 15401, de 20/Abril/1928, e despacho conjunto 577/2001, 29 Jun. | Actividade termal / termas |
| 11 Jun. | [Decreto-Lei n.º 143/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/06/136A00/36403642.pdf) | Altera o DL 313/2002, de 23 Dez., que estabelece o regime aplicável à construção, colocação em serviço e exploração das instalações por cabo para o transporte de pessoas | Instalações por cabo para o transporte de pessoas |
| 22 Jun. | [Decreto-Lei n.º 149/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/06/145A00/38053809.pdf) | Altera o DL 152/97, de 19 Jun., que transpõe p/ a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 91/271/CE, do Conselho (21 Mai.), relativamente ao tratamento águas residuais urbanas. **MP** - altera DL 152/97; revoga DL 261/99 e 172/2001 | Tratamento de águas residuais urbanas |
| 26 Jun. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/06/149B00/39293930.pdf) | Define os princípios de enquadramento da rede ferroviária de alta velocidade para o século XXI, aprova o desenvolvimento das infra-estruturas e promove a preparação da integração no futuro plano ferroviário nacional | Sector ferroviário - rede de alta velocidade |
| 09 Jul. | [Portaria n.º 788/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/07/160B00/41604161.pdf) | Determina os cursos superiores que habilitam ao exercício das funções de perito avaliador (Decreto-Lei n.º 125/2002, de 10 de Maio)**MP** - revoga o despacho nº 291, 19/Dez./1994 - 2.ª série DR | Perito avaliador- habilitações exigíveis |
| 16 Jul. | [Portaria n.º 817/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/07/166B00/43474357.pdf) | Aprova o modelo da ficha técnica da habitação | Ficha técnica da habitação |
| 02 Ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2004/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/08/180A00/50435051.pdf) | Aprova o Regulamento de Licenciamento de Parques Empresariais na Região Autónoma da Madeira | Licenciamento de Parques Empresariais na R.A. Madeira |
| 07 Ago. | [Dec. Leg. Reg. 21/2004/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/08/185A00/51345135.pdf) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o DL 243/2001, de 5 Set., que aprova as normas relativas à qualidade da água destinada ao consumo humano | Qualidade da água (R.A. Madeira) |
| 17 Ago. | [Decreto-Lei n.º 197/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/08/193A00/52295229.pdf) | Altera o DL 165/2003, de 24 Julho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 Nov., relativo aos meios portuários de recepção de resíduos gerados em navios e de resíduos provenientes de carga | Sector portuário - meios portuários de recepção resíduos |
| 21 Ago. | [Portaria n.º 1058/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/08/197B00/56025603.pdf) | Altera a Portaria n.º 1235/2003, de 27 Outubro, que estabelece o âmbito de aplicação do seguro em articulação com os regimes de licenciamento dos estabelecimentos industriais | Estabelecimentos industriais - âmbito aplicação do seguro |
| 20 Out. | [Decreto Legislativo Regional n.º 36/2004/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/10/247A00/63546362.pdf) | Regulamenta a instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos e o regime dos espectáculos de natureza diversa.**MP** - revogações: Decreto Regional 1/79/A, de 24 Fev.; Decreto Reg. 4/81/A, de 15 Abr.; Decreto Reg. 25/82/A, de 3 Set.; Decreto Regulamentar Regional 47/83/A, de 19 Out.; Portaria 35/81, de 28 Jul.; Despacho Normativo 55/82, de 29 Jun. | Recintos de espectáculos e divertimentos públicosR.A. Açores |
| 30 Out. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/10/256B00/64836484.pdf) | Aprova as linhas de orientação estratégica para a reforma dos transportes públicos de passageiros e para a reestruturação do sistema de transporte colectivo de passageiros nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto | Transportes públicos - linhas de orientação estratégica |
| 23 Nov. | [Portaria n.º 1421/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/11/275B00/68346838.pdf) | Adopta as restrições básicas e fixa os níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos | Campos electromagnéticos |
| 31 Dez. | [Decreto-Lei 243-A/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/12/305A01/00020013.pdf) | Altera o regime do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade Europeia, aprovado pelo DL 233/2004, de 14 Dez. | Emissão gases com efeito estufa |

|  |  |
| --- | --- |
| 2005 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 26 Jan. | [Decreto-Lei n.º 24/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06570658.pdf) | Altera o Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo DL n.º 568/99, de 23 Dez. | Passagens de Nível |
| 17 Fev. | [Portaria n.º 193/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/02/034B00/12251269.pdf) | Actualiza a relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e a sua execução | Relação de disposições legais a observar pelos projectistas |
| 23 Fev. | [Decreto-Lei n.º 44/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/02/038A00/15541625.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 53/2004, de 4 de Novembro, altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio. **MP** - altera o DL 114/94, 3 Maio; revoga alguns artigos dos DLs 114/94, 2/98 e 522/85 | Código da Estrada |
| 08/Mar. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/03/047B00/19972012.pdf) | Aprova o Programa de Monitorização e Avaliação do Plano Nacional para as Alterações Climáticas | PNAC - Plano Nacional para as Alterações Climáticas |
| 04 Abr. | [Portaria n.º 362/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/04/065B00/28132814.pdf) | Altera o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis, anexo à Portaria 131/2002, de 9 Fev. | Abastecimento de Combustíveis |
| 05 Abr. | [Portaria n.º 389/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/04/066B00/28642865.pdf) | Fixa os elementos que acompanham o projecto de intervenção em espaço rural | Projectos em espaço rural |
| 27 jun. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2005](https://dre.pt/application/file/a/234037) | Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura-Vila Real de Santo António**MS** - alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2016, de 19 out. | Plano Ord. Orla Costeira (POOC) Vilamoura - V. R. Santo António |
| 09 Ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 15/2005/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/152A00/45954601.pdf) | Classifica as estradas da rede viária regional. **MP** - revoga os Dec. Legislativos Regionais 22/92/M, de 16 Jul., e 19/95/M, de 30 Ago.**MS** - alterado pelos Decretos Legislativos Regionais nos 1/2013/M, de 2 jan., e 15/2016/M, de 14 março | Estradas da rede viária da R.A. Madeira |
| 31 Ago. | [Decreto-Lei n.º 152/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/167A00/52845293.pdf) | Regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono. **MP** - altera o art. 5.º e revoga algumas alíneas do DL 119/2002, de 20 Abr. **MS** - alterado pelos seguintes diplomas: 1 - DL 35/2008, de 27 fev.; 2 - DL 85/2014, de 27 maio; 3 - DL 145/2017, de 30 nov. | Ambiente - substâncias que empobrecem a camada de ozono |
| 18 Out. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/10/200B00/60886088.pdf) | Cria um modelo de acompanhamento do estudo e implementação dos grandes projectos que envolvam investimento público por parte do Ministério das Finanças e da Administração Pública e dos ministérios sectoriais envolvidos | Grandes projectos nacionais com investimento público |
| 10 Nov. | [Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/11/216A00/64696484.pdf) | Regulamenta as competências de planeamento, projecto, construção e manutenção de infra-estruturas escolares na R.A. Açores, bem como as normas de segurança e de protecção ambiental a que devem obedecer.**MP** - alterações: artigo 15.º do Dec. Leg. Reg. 32/2002/A; revogações: Dec. Leg. Reg. 31/86/A; artigo 35.º do Dec. Leg. Reg. 5/2003/A; n.º 7 do art. 5.º do Dec. Leg. Reg. 34/2003/A; Resolução da Assembleia Regional 2/81/A; Resoluções n.os 140/93 e 207/97.**MS** - derrogado pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2015/A, de 5 mar. | Planeamento, projecto, construção e manutenção de infra-estruturas escolares |
| 15 Nov. | [Lei n.º 54/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/11/219A00/65206525.pdf) | Estabelece a titularidade dos recursos hídricos.**MP** - revogações: art. 1.º do Decreto n.º 5787-III, de 18 Maio 1919 e capítulos I e II DL 468/71. **MS** - alterada pelas Leis 78/2013, de 21 nov., e 34/2014, de 19 jun.; o nº 6 do artigo 23º desta Lei foi revogado pela 34/2014. **RE** - rectificada pela Decl. Rect. 4/2006, 16 Jan. | Titularidade recursos hídricos |
| 20 Dez. | [Portaria n.º 1308/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/242B00/71607161.pdf) | Altera a Portaria n.º 16/2004, de 10 de Janeiro, que estabelece o quadro mínimo de pessoal das empresas classificadas para o exercício da actividade da construção | Exercício da actividade da construção - quadro pessoal |
| 28 Dez. | [Decreto-Lei n.º 226/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/248A00/72527253.pdf) | Estabelece os procedimentos de aprovação das regras técnicas das instalações eléctricas de baixa tensão**RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 11/2006, de 23 Fev. | Instalações eléctricas de baixa tensão - regras |
| 29 Dez. | [Lei n.º 58/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/249A00/72807310.pdf) | Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. **MP** - revoga DLs 70/90, 45/94, 46/94, 47/94, 254/99 e Capítulos III e IV DL 468/71; altera artigo 42º DL 380/99. **MS** - derrogada pelo Decreto-Lei 245/2009, de 22 Set., e pela Lei 17/2014, de 10 abril; alterada pelos Decretos-Leis 60/2012 e 130/2012, e pela Lei n.º 42/2016 (OE 2017). **RE** - rectificada pela Decl. Rect. 39/2006, 23 Fev. | Lei da Água |
| 29 Dez. | [Decreto-Lei n.º 230/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/249A00/73177318.pdf) | Segunda alteração ao regime do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo DL 233/2004 | Gases com efeito de estufa |

|  |  |
| --- | --- |
| 2006 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 16 Jan. | [Dec. Rectificação 4/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/01/011A00/03460346.pdf) | Rectifica a Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos | Titularidade recursos hídricos |
| 15 Fev. | [Decreto-Lei n.º 29/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/02/033A00/11891203.pdf) | Estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do sistema eléctrico nacional, bem como ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização dos mercados de electricidade, transpondo para a ordem jurídica interna os princípios da Directiva n.º 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 Junho, que estabelece regras comuns para o mercado interno da electricidade, e revoga a Directiva 96/92/CE, de 19 Dez.**MP** - revoga os DLs 182/95, de 27 de Julho, 69/2002, de 25 de Março e o art 4.º do DL 187/95; **MS** - alterado pelo DL 215-A/2012 | Sistema eléctrico nacional - princípios gerais de organização e funcionamento |
| 15 Fev. | [Decreto-Lei n.º 30/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/02/033A00/12041217.pdf) | Estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), bem como ao exercício das actividades de recepção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural, e à organização dos mercados de gás natural, transpondo, parcialmente, para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/55/CE, do P.E. e do Conselho, de 26 Junho, que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural e que revoga a Directiva 98/30/CE. **MP** - revoga os Decretos-Leis 14/2001, de 27 de Janeiro, e 374/89 | Sistema Nacional de Gás Natural - princípios gerais de organização e funcionamento |
| 15 Fev. | [Decreto-Lei n.º 31/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/02/033A00/12171224.pdf) | Estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), bem como ao exercício das actividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo. **MP** - revoga a Lei n.º 1947, de 12 Fevereiro 1937. **MS** - alterado pelo Decreto-Lei 244/2015, de 19 out. | Sistema Petrolífero Nacional - princípios gerais de organização e funcionamento |
| 23 Fev. | [Dec. Rectificação 11/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/02/039A00/14891490.pdf) | Rectifica o DL 226/2005, de 28 Dez. (procedimentos de aprovação das regras técnicas das instalações eléctricas de baixa tensão) | Instalações eléctricas |
| 23 Fev. | [Dec. Rectific. 11-A/2006](https://dre.pt/application/file/a/190768) | Rectifica a Lei 58/2005, de 29 Dezembro (Lei da Água) | Lei da Água (Lei n.º 58/2005) |
| 24 Fev. | [Decreto-Lei n.º 46/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/02/040A00/15311539.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/44/CE, do PE e do Conselho, de 25 de Junho, relativa às prescrições mínimas de protecção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (vibrações) | Saúde e segurança - exposição riscos devidos a agentes físicos |
| 24 Mar. | [Decreto-Lei n.º 72/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/060A00/22102227.pdf) | Terceira alteração ao regime do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo DL 233/2004, de 14 Dezembro, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 Out. | Comércio licenças de emissão de gases com efeito de estufa |
| 27 Mar. | [Decreto-Lei n.º 75/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/061A00/22682279.pdf) | Estabelece os requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e da rede rodoviária nacional e procede à transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva n.º 2004/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril**MS** - alterado pelos Decretos-Leis 308/2009, de 23 Out., e 75/2014, de 13 maio | Túneis rodoviários - requisitos mínimos de segurança |
| 30 Mar. | [Decreto-Lei n.º 77/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/064A00/23312354.pdf) | Complementa a transposição da Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, em desenvolvimento do regime fixado na Lei n.º 58/2005, de 29 Dez. | Directiva Quadro da Água |
| 20 Abr. | [Decreto-Lei n.º 81/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/04/078A00/28282830.pdf) | Aprova o regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento, revogando o Decreto Regulamentar 2-B/2005, de 24 Março. >> Nota: este diploma inclui algumas disposições relativas ao projecto (ex.: artigo 7.º, ponto 1 - os acessos aos parques de estacionamento não podem situar-se a uma distância inferior a 10 m de um cruzamento, entroncamento ou rotunda). | Parques e zonas de estacionamento - este diploma inclui algumas disposições relativas ao projecto |
| 07 Jul. | [Decreto-Lei n.º 130/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/13000/47924793.pdf) | Prevê, em determinados casos, a não aplicação do regime previsto no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, que regulamenta o regime jurídico das empreitadas de obras públicas, à contratação de empreitadas destinadas à execução de projectos de investimento no âmbito do sector agrícola e do desenvolvimento rural. **RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 56/2006, de 28 Ago. | Regime jurídico das empreitadas de obras públicas - projectos no âmbito do sector agrícola |
| 26 Jul. | [Decreto-Lei n.º 140/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/14300/52845338.pdf) | Desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, aprovados pelo Decreto-Lei 30/2006, de 15 Fev., regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades de transporte, armazenamento subterrâneo, recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, à distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural, e que completa a transposição da Directiva 2003/55/CE, do PE e do Conselho, de 26 Junho.**MP** - são revogados os DL 32/91 e 33/91, ambos de 16 Jan., 333/91, de 6 Set., 203/97, de 8 Ago., 274-B/93, de 4 Ago., e 274-C/93, de 4 Ago., sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 71.º | Sistema Nacional de Gás Natural - organização e funcionamento (regulamentação) |
| 31 Jul. | [Decreto-Lei n.º 146/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/14600/54335441.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente. **RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 57/2006, de 31 Ago. | Ambiente - avaliação e gestão do ruído ambiente |
| 08 Ago. | [Decreto-Lei n.º 163/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/15200/56705689.pdf) | Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio. **MS** - alterado pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 set. | Acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos |
| 16 Ago. | [Decreto-Lei n.º 168/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/15700/58195820.pdf) | Altera o Decreto n.º 44220, de 3 de Março de 1962, que define o regime para a instalação de cemitérios | Instalação de cemitérios |
| 18 Ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/15900/58905891.pdf) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o DL 555/99, de 16 Dez., que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação**MS** - alterado pelos Dec. Legislativos Reg. 23/2009/M, 7/2011/M e 17/2011/M | Regime jurídico urbanização e edificação - R.A. Madeira |
| 23 Ago. | [Decreto-Lei n.º 172/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16200/61186156.pdf) | Desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do sistema eléctrico nacional (SEN), aprovados pelo Dec.-Lei n.º 29/2006, de 15 Fev., regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização dos mercados de electricidade**MP** - norma revogatória: 1 - São revogados o DL 183/95, de 27 Jul., com excepção das disposições relativas à utilização do domínio hídrico constantes dos artigos 6.º, 7.º e 53.º, bem como os DL n.os 184/95 e 185/95, também de 27 Jul., 184/2003 e 185/2003, ambos de 20 Ago., 36/2004, de 26 Fev., e 192/2004, de 17 Ago., sem prejuízo da vigência transitória do DL n.º 183/95 e do artigo 13.º do DL 185/2003, para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 61.º; 2 - Fica excluída do âmbito de aplicação do DL 312/2001, de 10 Dez., c/ a redacção que lhe foi dada pelo DL 33-A/2005, de 16 Fev., a produção de electricidade em regime ordinário.**MS** - 9 alterações: 1 - DL 237-B/2006, de 18 dez.; 2 - DL 199/2007, de 18 maio; 3 - DL 264/2007, de 24 julho; 4 - DL - 23/2009, de 20 janeiro; 5 - DL 104/2010, de 29 setembro; 6 - DL 215-B/2012, de 8 outubro; 7 - Lei 7-A/2016, de 30 março; 8 - DL 38/2017, de 31 março; 9 - DL 152-B/2017, de 11 dez.;derrogações: o n.º 1 do art. 33.º-T foi revogado pelo DL 152-B/2017, de 11 dez. | SEN - Sistema Eléctrico Nacional: princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento |
| 24 Ago. | [Decreto-Lei n.º 173/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16300/61696170.pdf) | Define um regime transitório para os imóveis abrangidos pela zona de protecção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico, revogando o Decreto nº 21875, de 18 Nov. 1932. **MP** - é revogado o Decreto n.º 21875, de 18 Nov. 1932, alterado pelos DL 31467, de 19 Ago. 1941, e 34993, de 11 Out. 1945, sem prejuízo da manutenção dos efeitos inerentes à aplicação do Decreto-Lei 40388, de 21 de Novembro de 1955. | Zona de protecção edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico |
| 28 Ago. | [Dec. Rectificação n.º 56/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16500/62196219.pdf) | Rectifica o DL 130/2006, de 7 Julho (regime jurídico das empreitadas de obras públicas) | Empreitadas de obras públicas |
| 29 Ago. | [Portaria n.º 869/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16600/62826289.pdf) | Cria o Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais | Equipamentos Sociais |
| 31 Ago. | [Dec. Rectificação 57/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16800/64176417.pdf) | Rectifica o DL 146/2006, de 31 Julho (avaliação e gestão do ruído ambiente) | Ambiente - ruído ambiente |
| 05 Set. | [Decreto-Lei n.º 178/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/09/17100/65266545.pdf) | Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Directiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro**MP** - revogações: a) DL 239/97, de 9 Set.; b) artigo 16º do DL 366-A/97, de 20 Dez., na redacção que lhe foi dada pelo DL 92/2006, de 25 Maio; c) DL 268/98, de 28 Agosto; d) artigo 13º do DL 111/2001, de 6 Abril; e) artigo 49º do DL 152/2002, de 23 Maio; f) nº 3 do artigo 15º, nº 1 do artigo 16º, artigo 20º, nº 4 do artigo 22º, alínea g) do nº 1 do artigo 25º e o artigo 29º do DL 153/2003, de 11 Julho; g) nº 1 do artigo 18º e artigo 28º do DL 196/2003, de 23 Agosto; h) artigo 95º do DL 3/2004, de 3 Jan.; i) nos 5 e 6 do artigo 20º do DL 230/2004, de 10 Dez.; j) artigo 38º do DL 85/2005, de 28 Abril; l) Portaria 961/98, de 10 Nov.; m) Portaria 611/2005, de 27 Jul.; n) Portaria 612/2005, de 27 Julho; o) Portaria 613/2005, de 27 Julho; p) despacho 24 571/2002 (2ª série), de 18 Nov.; altera os DLs 194/2000, de 21 Ago., 3/2004, de 3 Jan. e 85/2005, de 28 Abril.**MS** - derrogado pelo DL 127/2013; alterado e derrogado pelo Decreto-Lei 75/2015, de 11 maio | Regime geral da gestão de resíduos |
| 06 Set. | [Decreto-Lei n.º 182/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/09/17200/65846593.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 Fev., relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído)**MP** - revoga o DL 72/92 e o Decreto Regulamentar n.º 9/92, ambos de 28 Abril | Segurança e saúde no local de trabalho - riscos devidos ao ruído |
| 08 Set. | [Portaria n.º 933/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/09/17400/66636667.pdf) | Aprova o Regulamento de Segurança das Instalações de Fabrico, Reparação, Comércio e Guarda de Armas | Fabrico, reparação, comércio e guarda de armas |
| 11 Set. | [Portaria n.º 949-A/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/09/17501/00020191.pdf) | Aprova as Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão. **MS** - alterada pela Portaria nº 252/2015, de 19 ago. | Instal. eléctricas baixa tensão |
| 20 Set. | [Portaria n.º 1023/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/09/18200/69356936.pdf) | Define os elementos que devem acompanhar o pedido de licenciamento das operações de armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos | Resíduos |
| 08 Nov. | [Decreto-Lei n.º 221/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/11/21500/77507779.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2005/88/CE, de 14 Dez., que altera a Directiva n.º 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior**MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 76/2002, de 26 Mar. |  |
| 09 Nov. | [Portaria n.º 1202/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/11/21600/77857786.pdf) | Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Português de Carbono | Fundo Português de Carbono |

|  |  |
| --- | --- |
| 2007 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 08 Jan. | [Decreto Legislativo Regional n.º 1/2007/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/01/00500/01550155.pdf) | Adapta à R.A. Madeira o DL 313/2002, de 23 Dez., alterado pelo DL 143/2004, 11 Jun., que define o regime licenciamento e fiscalização de instalações por cabo para transporte de pessoas | Instalações por cabo transporte de pessoas (R.A. Madeira) |
| 17 Jan. | [Decreto-Lei n.º 9/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/01/01200/03890398.pdf) | Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 Nov.**MP** - revoga: DL 292/2000 (14 Nov.), c/ alterações introduzidas pelo DL 259/2002 (23 Nov.); aAltera DL 310/2002, de 18 Dez. e Portaria 138/2005, de 2 Fev. **MS** - alterado pelo DL 278/2007, de 1 Agosto. **RE** - rectificado pela Decl. Rect. 18/2007, 16 Mar. | Regulamento Geral do Ruído |
| 12 Fev. | [Decreto-Lei n.º 28/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/02/03000/11191120.pdf) | Estabelece a obrigatoriedade de certificação do aço de pré-esforço, para efeitos da sua colocação no mercado | Certificação aço de pré-esforço |
| 14 Mar. | [Decreto-Lei n.º 64/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/03/05200/16061613.pdf) | Define o regime jurídico da instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas. **MP** - revoga DL 133-A/97, s/ prejuízo do disposto art. 45.º **MS** - alterado e derrogado pelos DLs 99/2011 e 33/2014 | Estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas |
| 16 Mar. | [Dec. Rectificação 18/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/03/05400/16281628.pdf) | Rectifica o DL 9/2007, de 17 Jan. (Regulamento Geral do Ruído) | Regulamento Geral do Ruído |
| 02 Abr. | [Decreto-Lei n.º 101/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/04/06500/20432046.pdf) | Simplifica o licenciamento de instalações eléctricas, quer de serviço público quer de serviço particular, alterando os Decretos Leis n.os 26852, de 30 Jul. 1936, 517/80, de 31 Out., e 272/92, de 3 Dez.**MP** - revogações: 1 - são revogados a alínea *e)* do n.º 1 e o n.º 4 do art. 9.º, o art. 11.º e os n.os 8 e 9 do art. 41.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo DL 26 852, de 30 Julho 1936, com as alterações introduzidas pelos DL 446/76, de 5 Jun., 517/80, de 31 Out., 131/87, de 17 Mar., 272/92, de 3 Dez., e 4/93, de 8 Jan., e pela Lei 30/2006, de 11 Jul. 2 - são revogados os n.os 3 e 4 do art. 4.º e 1 do art. 18.º do DL 272/92, de 3 Dez; altera os DL 26852, de 30 Julho 1936, 517/80, de 3 Out. e 272/92, de 3 Dez. | Instalações eléctricas de serviço público e particular - simplificação do licenciamento (Programa SIMPLEX) |
| 08 Mai. | [Decreto-Lei n.º 177/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/08800/30013015.pdf) | Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva 2004/50/CE, de 29 Abril, que altera a Directiva 96/48/CE, do Conselho, de 23 Julho, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade, e a Directiva 2001/16/CE, de 19 Março, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário convencional, no respeitante ao regime jurídico da realização da interoperabilidade do sistema ferroviário convencional no território nacional, alterando o Decreto-Lei 75/2003, de 16 Abril. **MP** - altera o DL 75/2003, de 16 Abril e introduz-lhe um aditamento | Sector ferroviário - regime jurídico da realização da interoperabilidade do sistema ferroviário convencional no território nacional |
| 10 Mai. | [Decreto-Lei n.º 186/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/09000/30853100.pdf) | Fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais e estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infra-estruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário**MP** - revoga os artigos 7.º a 18.º do Regulamento de Navegação Aérea, aprovado pelo Decreto 20 062, de 25 Outubro 1930**MS** - alterado pelo DL 55/2010, de 31 Maio; alínea d) do nº 3 do artigo 14º e artigo 41º foram revogados pelo DL 55/2010 | Aeródromos civis nacionais - fixação das condições de construção, certificação e exploração |
| 25 Mai. | [Decreto-Lei n.º 202/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/10100/34283434.pdf) | Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional. **MP** - altera o DL 193/95, de 28 Jul.; revoga os artigos 9.º a 12.º e 18.º e 19.º do DL 193/95 | Cartografia - princípios e normas |
| 31 Mai. | [Decreto-Lei n.º 225/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/10500/36303638.pdf) | Concretiza um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis previstas na estratégia nacional para a energia, estabelecida através da Resolução Cons. Ministros 169/2005**MP** - revogações: a) o n.º 2 do art. 12.º, o art. 15.º e o n.º 3 do art. 41.º da Portaria 295/2002, de 19 Março; b) o despacho conjunto 51/2004, de 19 Dez. 2003, publicado no DR, 2.ª série, n.º 26, de 31 Janeiro 2004. Alterações: altera o anexo II do DL 189/88, de 27 Maio; altera o DL 33-A/2005, de 16 Fevereiro. **MS** - alterado pelo DL 51/2010, de 20 Maio. **RE** - rectificado pela Dec. Rectific. 71/2007. | Estratégia nacional para a energia - medidas relativas às energias renováveis |
| 31 Mai. | [Decreto-Lei nº 226-A/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/10502/00240049.pdf) | Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos**MP** - revoga: a) Portaria 295/2002, de 19 Março; b) Despacho Conjunto 141/95, de 21 Junho, com a entrada em vigor da portaria a que se refere a alínea a) do nº 3 do artigo 14º do presente decreto-lei; c) artigos 6º, 7º e 53º do Decreto-Lei nº 183/95, de 27 Julho. | Regime da utilização dos recursos hídricos |
| 15 Jun. | [Decreto-Lei n.º 232/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/06/11400/38663871.pdf) | Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas 2001/42/CE, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, de 26 Maio. **MS** - alterado pelo DL 58/2011 | Avaliação efeitos determinados planos e programas no ambiente |
| 24 Jul. | [Dec. Rectificação 71/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/07/14100/0467604676.pdf) | De ter sido rectificado o DL 225/2007, de 31 Maio (estratégia nacional para a energia) | Estratégia nacional para a energia |
| 01 Ago. | [Decreto-Lei n.º 278/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/14700/0491204913.pdf) | Altera o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído | Regulamento Geral Ruído (alter.) |
| 06 Ago. | [R. C. Ministros 103/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/15000/0503205040.pdf) | Aprova o Programa dos Tectos de Emissões Nacionais | Prog. Tectos Emissões Nacionais |
| 17 Ago. | [Decreto-Lei n.º 290/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/15800/0535705358.pdf) | Altera o artigo 17.º do Decreto-Lei 38 382, de 7 Agosto 1951, que estabelece o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) | Regul. Geral Edificações Urbanas |
| 23 Ago. | [Decreto-Lei n.º 301/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16200/0564305646.pdf) | Estabelece as condições a que deve obedecer a especificação e produção dos betões de ligantes hidráulicos, assim como as disposições relativas à execução das estruturas de betão, e revoga o Decreto-Lei 330/95, de 14 Dezembro**MP** - revoga o Decreto-Lei 330/95, de 14 Dezembro. **RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 97/2007. | Betões de ligantes hidráulicos: condições a que deve obedecer a sua especificação e produção |
| 24 Ago. | [Decreto-Lei n.º 305/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16300/0572805731.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/15/CE, de 7 Fev., que estabelece uma 2ª lista de valores limite de exposição profissional (indicativos) a agentes químicos para execução da Directiva n.º 98/24/CE, de 7 Abril, alterando o anexo ao DL 290/2001, de 16 Nov. | Lista de valores limite de exposição profissional a agentes químicos |
| 27 Ago. | [Decreto-Lei n.º 306/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16400/0574705765.pdf) | Estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 Set., que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 Nov. **MP** - revoga o DL 243/2001, de 5 Setembro, e a Portaria 1216/2003, de 16 Outubro. | Regime da qualidade da água destinada ao consumo humano |
| 31 Ago. | [Lei n.º 56/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16800/0607606077.pdf) | Quarta alteração ao DL 380/99, de 22 Set., com as alterações introduzidas pelos DLs 53/2000, de 7 Abril, e 310/2003, de 10 Dez., e pela Lei 58/2005, de 29 Dez., impondo a transcrição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território | Transcrição digital dos planos municipais |
| 04 Set. | [Lei n.º 58/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/09/17000/0612606181.pdf) | Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. **RE** - rectificada pelas Dec. Rectificação 80-A/2007 e 103-A/2007. | Ordenamento do Território |
| 04 Set. | [Lei n.º 60/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/09/17000/0625806309.pdf) | Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação | Regime jur. urbanização e edificação |
| 07 Set. | [Dec. Rectific. 80-A/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/09/17301/0000200058.pdf) | Rectifica a Lei n.º 58/2007, de 4 Set. (Ordenamento do Território) | Ordenamento do Território |
| 19 Set. | [Decreto-Lei n.º 316/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/09/18100/0661706670.pdf) | Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 Set., que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial**MP** - altera o DL 380/99 e revoga diversas disposições de vários artigos deste diploma, alterado pelos DL 53/2000 e 310/2003 e pelas Leis 58/2005 e 56/2007. **MS** - alterado pelo DL 181/2009, de 7 Ago. **RE** - rectificado pela Dec. Rectif. 104/2007. | Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial |
| 12 Out. | [Decreto-Lei n.º 340/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/10/19700/0733707374.pdf) | Altera o Decreto-Lei 270/2001, de 6 Outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras)**MP** - são revogados o n.º 3 do artigo 27.º, a alínea *e*) do n.º 1 do artigo 40.º e o n.º 4 do artigo 61.º, todos do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro; altera o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro. **RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 108/2007. | Regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais - alterações DL 270/2001 |
| 15 Out. | [Decreto-Lei n.º 344/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/10/19800/0745907474.pdf) | Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens e revoga o Decreto-Lei 11/90, de 6 Jan. **MS** - alterado e derrogado pelo DL 21/2018, de 28 março | Segurança de Barragens |
| 22 Out. | [Dec. Rectificação 97/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/10/20300/0769007690.pdf) | Rectifica o DL 301/2007 de 23 Ago. (especificação e produção dos betões de ligantes hidráulicos) | Betões de ligantes hidráulicos |
| 02 Nov. | [Dec. Rectificação 103-A/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/21101/0000200003.pdf) | Rectificação à Lei n.º 58/2007, de 4 Setembro (aprova o Programa Nacional da Política Ordenamento do Território) | Ordenamento do Território |
| 30 Nov. | [Decreto-Lei n.º 389/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/23100/0869808710.pdf) | Altera o Decreto-Lei 267/2002, de 26 Nov., que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, e o Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio, que estabelece as disposições relativas ao projecto, à construção e à exploração das redes e ramais de distribuição alimentadas com gases combustíveis da terceira família, simplificando o respectivo licenciamento. **MP** - alterações: ver resumo; revogações: alínea *b*) do n.º 1 do art. 16.º do DL 267/2002, o art. 72.º do Decreto 29 034 (1 Out. 1938), e o Dec. 198/70 (7 Mai.) | Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de combustível - alterações DL 267/2002 e 125/97 |
| 11 Dez. | [Dec Rectificação 108/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/12/23800/0885708859.pdf) | Rectifica o Decreto-Lei n.º 340/2007, de 6 de Outubro | Exploração de massas minerais |

|  |  |
| --- | --- |
| 2008 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 08 Jan. | [Decreto-Lei n.º 5/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/01/00500/0016800179.PDF) | Estabelece o regime jurídico de acesso e exercício da actividade de produção de electricidade a partir da energia das ondas | Energia das ondas |
| 29 Jan. | [Decreto-Lei n.º 18/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/01/02000/0075300852.PDF) | Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo**MP:**Revogações: a) art. 138.º do DL 498/72, de 9 Dez.; b) art. 10.º a 15.º do DL 390/82, de 17 Set.; c) capítulo III da parte IV do Código Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL 442/91, de 15 Nov.; d) DL 59/99, de 2 Mar.; e) DL 196/99, de 8 Jun; f) DL 197/99, de 8 Jun., com excepção artigos 16.º a 22.º e 29.º; g) n.º 9 do artigo 107.º do DL 555/99, de 16 Dez.; h) DL 223/2001, de 9 Ago.; i) DL 104/2002, de 12 Abr.; j) artigos 14.º a 17.º e 24.º a 31.º do DL 185/2002, de 20 Ago.; l) DL 245/2003, de 7 Out.; m) alíneas a) a e) e i) do n.º 2 do artigo 24.º e as alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 37.º, ambos do DL 12/2004, de 9 Jan.; n) DL 1/2005, de 4 Jan.; o) artigo 13.º do DL 233/2005, de 29 Dez.; p) artigo 11.º do DL 50-B/2007, de 28 Fev. É igualmente revogada toda a legislação relativa às matérias reguladas pelo Código dos Contratos Públicos, seja ou não com ele incompatível.Alterações: altera alguns artigos dos seguintes diplomas: DL 33/99, de 5 Fev.; Lei 18/2003, de 11 Jun.; DL 12/2004, de 9 Jan.; DL 25/2007, de 7 Fev.**MS:**Alterações - alterado pelos seguintes diplomas: 1 - Lei 59/2008 - diploma entretanto revogado; 2 - DL 223/2009, de 11 Set., 3 - DL 278/2009, de 2 Out.; 4 - Lei 3/2010, de 27 abril; 5 - DL 131/2010, de 14 Dez.; 6 - Lei 64-B/2011, de 30 Dez. (Orçamento do Estado para 2012); 7 - DL 149/2012, de 12 julho; 8 - DL 214-G/2015, de 2 out.; 9 - DL 111-B/2017, de 31 ago.; 10 – DL 33/2018, de 15 maioDerrogações - derrogado pelos seguintes DLs: 278/2009, de 2 Out., 149/2012, de 12 Julho, 111-B/2017, de 31 ago., e 33/2018, de 15 maio**RE** - retificado pela Declaração de Rectificação 18-A/2008, de 28 Março | Código dos Contratos Públicos |
| 25 Fev. | [Decreto-Lei n.º 31/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/02/03900/0121101212.PDF) | Procede à segunda alteração ao DL 267/2002, de 26 Nov., que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis | Armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento |
| 27 Fev. | [Decreto-Lei n.º 35/2008](https://dre.pt/application/file/a/247367) | Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 Agosto, que regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono | Substâncias que empobrecem a camada de ozono |
| 03 Mar. | [Portaria n.º 216-B/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04401/0000300005.PDF) | Fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva | Áreas destinadas a espaços verdes e utilização colectiva, etc. |
| 03 Mar. | [Portaria n.º 216-E/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04401/0001100013.PDF) | Enuncia todos os elementos que devem instruir os pedidos de emissão dos alvarás de licença ou autorização de utilização das diversas operações urbanísticas. **MP** - revoga a Portaria 1105/2001, de 18 Setembro. | Licenciamento de operações urbanísticas |
| 07 Mar. | [Decreto-Lei n.º 39/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04800/0144001456.PDF) | Aprova regime jurídico instalação, exploração e funcionamento empreendimentos turísticos**MP** - Revogações: 1 - É revogado o DL 167/97, de 4 Jul., com as alterações introduzidas pelo DL 55/2002, de 11 Mar., e pelo DL 217/2006, de 31 Out., bem como o DL 54/2002, de 11 de Março. 2 - Com a entrada em vigor das portarias previstas no presente Decreto-Lei são revogados:a) DL 192/82, de 19 Mai.; b) DL 47/99, de 16 Fev., com as alterações introduzidas pelo DL 56/2002, de 11 Mar., com excepção das disposições referentes à animação ambiental constantes dos n.os 2 e 3 do art. 2.º e dos art. 8.º, 9.º e 12.º; c) Dec. Regulamentar 33/97, de 25 Set., com as alterações introduzidas pelo Dec. Regulamentar n.º 14/2002, de 12 Mar.; d) Dec. Regulamentar 34/97, de 25 Set., com as alterações introduzidas pelo Dec. Regulamentar 14/99, de 14 Ago., e pelo Dec. Regulamentar 6/2000, de 27 Abr.; e) Dec. Regulamentar 36/97, de 25 Set., com as alterações introduzidas pelo Dec. Regulamentar 16/99, de 18 Ago.; f) Dec. Regulamentar 22/98, de 21 Set., com as alterações introduzidas pelo Dec. Regulamentar 1/2002, de 3 Jan.; g) Dec. Regulamentar 20/99, de 13 Set., com as alterações introduzidas pelo Dec. Regulamentar 22/2002, de 2 Abril; h) Dec. Regulamentar 2/99, de 17 Fev.; i) Dec. Regulamentar 13/2002, de 12 Mar., com as alterações introduzidas pelo Dec. Regulamentar 5/2007, de 14 Fev.; j) Portaria 1063/97, de 21 Out.; l) Portaria 1068/97, de 23 Out.; m) Portaria n.º 1071/97, de 23 Out.; n) Portaria 930/98, de 24 Out.; o) Portaria 1229/2001, de 25 Out.**MS** - alterado pelos DLs 228/2009, de 14 Set., 15/2014, de 23 jan., e 80/2017, de 30 junho | Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos |
| 12 Mar. | [Decreto-Lei n.º 46/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/05100/0156701574.PDF) | Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição | Resíduos construção/demolição |
| 19 Mar. | [Decreto-Lei n.º 50/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/05600/0162201623.PDF) | Procede à 16.ª alteração ao Decreto-Lei 38 382, de 7 de Agosto de 1951, que estabelece o Regulamento Geral das Edificações Urbanas | Reg. Geral Edificações Urbanas |
| 26 Mar. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2008/M](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/06000/0176501765.PDF) | Fixa o valor do metro quadrado de construção para o ano de 2008 | R.A. Madeira - valor do m2 quadrado de construção - 2008 |
| 28 Mar. | [Dec. Rectificação 18-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/06201/0000200007.PDF) | Rectifica o DL 18/2008, de 29 Jan., do MOPTC., que aprova o Código dos Contratos Públicos | Código dos Contratos Públicos |
| 15 Abr. | [Decreto-Lei n.º 71/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/04/07400/0222202226.PDF) | Estabelece o sistema de gestão do consumo de energia por empresas e instalações consumidoras intensivas e revoga os Decretos-Leis 58/82, de 26 Nov., e 428/83, de 9 Dez. **MP** - revogações: DL 58/82, de 26 Nov., DL 428/83, de 9 Dez., e Portaria 359/82, de 7 Abr.; a Portaria n.º 228/90, de 27 de Março, que aprova o Regulamento da Gestão do Consumo de Energia para o Sector dos Transportes e respectivos anexos, mantém-se até à entrada em vigor da legislação específica aplicável a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º | Sistema de gestão do consumo de energia por empresas e instalações consumidoras intensivas |
| 28 Abr. | [Portaria n.º 327/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/04/08200/0241802430.PDF) | Aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos**MS** - alterada e derrogada pela Portaria nº 309/2015, de 25 set., e pelo Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30junho | Classificação estabelecimentos hoteleiros e turísticos |
| 29 Abr. | [Decreto-Lei n.º 77/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/04/08300/0244202443.PDF) | Segunda alteração ao Decreto-Lei 568/99, de 23 de Dezembro, que aprova o Regulamento das Passagens de Nível | Regulamento Passagens Nível |
| 02 Mai. | [Dec. Rectificação 24/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/05/08500/0246802468.PDF) | Rectifica a Portaria n.º 216-B/2008, de 3 Março, do MAOTDR (áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, etc) | Áreas de espaços verdes |
| 05 Mai. | [Portaria n.º 349/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/05/08600/0247602477.PDF) | Estabelece o procedimento de decisão das entidades da administração central, directa ou indirecta, sobre operação urbanística em razão da localização | Operações urbanísticas |
| 06 Mai. | [Dec. Rectificação 25/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/05/08700/0248202484.PDF) | Rectifica Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 Março | Empreendimentos turísticos |
| 09 Jun. | [Decreto-Lei n.º 96/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/06/11000/0335903372.PDF) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei 129/2002, de 11 Maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios | Requisitos Acústicos dos Edifícios |
| 25 Jun. | [Portaria n.º 518/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/06/12100/0381703818.PDF) | Estabelece os elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos | Empreendimentos turísticos |
| 18 Jul. | [Portaria n.º 621/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/13800/0446504467.PDF) | Regulamenta os pedidos de registo predial. **MP** - adita artigo à Portaria 590-A/2005. **MS** - alterada e derrogada pela Portaria 283/2013, de 30 ago. | Pedidos de registo predial |
| 21 Jul. | [Decreto-Lei n.º 127/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/07/13900/0449804502.pdf) | Regula a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 166/2006, de 18 Jan., relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes. **MP** - revoga algumas disposições do DL 194/2000, de 21 Ago., na redacção dada pelos DLs 152/2002, de 23 Maio, 69/2003, de 10 Abril, 233/2004, de 14 Dez., 130/2005, de 16 Ago., 178/2006, de 5 Set., e 183/2007, de 9 Maio. **MS** - alterado pelo DL 6/2011, de 10 Jan. | Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes |
| 21 Jul. | [Decreto-Lei n.º 129/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/13900/0450704510.PDF) | Aprova o regime dos planos de ordenamento dos estuários | Planos ordenamento estuários |
| 21 Jul. | [R. C. Ministros 115-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/13901/0000200451.PDF) | Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental | Ambiente - Rede Natura 2000 |
| 24 Jul. | [Decreto-Lei n.º 142/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14200/0459604611.PDF) | Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decretos-Leis 264/79, de 1 de Agosto, e 19/93, de 23 de Jan.**MP** - revogações: a) artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 12.º do Decreto 162/75, de 27 Mar.; b) n.º 3 do art. 2.º e art. 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 11.º do DL 565/76, de 19 Jul., na redacção dada pelo DL 487/77, de 17 Nov.; c) DL 264/79, de 1 Ago.; d) art. 3.º, 5.º, 6.º, n.os 1 e 2, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 12.º do DL 430/80, de 1 Out.; e) art. 7.º e 8.º do DL 67/82, de 3 Mar.; f) art. 6.º, 7.º, 8.º, 10.º e 11.º do DL 237/83, de 8 Jun.; g) art. 7.º, 8.º e 9.º do DL 168/84, de 22 Maio; h) DL 19/93, de 23 Jan., na redacção dada pelos DLs 151/95, de 24 Jun., 213/97, de 16 Ago., 227/98, de 17 Jul., 221/2002, de 22 Out., 117/2005, de 18 Jul., e 136/2007, de 27 Abril. | Ambiente - Regime jurídico conservação da natureza e biodiversidade |
| 29 Jul. | [Portaria n.º 698/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14500/0503805045.pdf) | Aprova o modelo do pedido de título de emissão de gases com efeito de estufa e o modelo de título de emissão de gases com efeito de estufa.**MP** - revoga a Portaria 120/2005 | Ambiente - emissão de gases com efeito de estufa |
| 29 Jul. | [Decreto-Lei n.º 147/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14500/0502705038.PDF) | Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/35/CE, do P.E. e do Conselho, de 21 Out., que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Directiva 2006/21/CE, do P.E. e do Conselho | Ambiente - responsabilidade ambiental |
| 29 Jul. | [Portaria n.º 701-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14501/0000300013.PDF) | Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos a publicitar no Diário da República | Código dos Contratos Públicos |
| 29 Jul. | [Portaria n.º 701-H/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14501/0003700080.PDF) | Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projecto de execução, bem como os procedimentos e normas a adoptar na elaboração e faseamento de projectos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projectos de obras», e a classificação de obras por categorias.**MP** - revoga a Portaria de 7 Fev. 1972, publicada no *Diário do Governo,* 2.ª série, n.º 35 (supl.), alterada pela portaria de 22 Nov. 1974, publicada no *Diário do Governo,* 2.ª série, n.º 2, de 3 Jan. 1975, e pela portaria de 27 Jan. 1986, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 53, de 5 Março 1986 | Código dos Contratos Públicos - legislação complementar |
| 14 Ago. | [Dec. Leg. Reg. 34/2008/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/08/15700/0564505649.pdf) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro**MS** - alterado pelos seguintes Decretos Legislativos Regionais: DLR 45/2008/M; DLR 34/2009/M; DLR 2/2011/M; DLR 5/2012/M; DLR 42/2012/M; DLR 28/2013/M; DLR 53/2018/M; DLR 12/2018/M; derrogado pelo DLR 6/2018/M, de 15 março | Adaptação à R.A. Madeira do CCP |
| 20 Ago. | [Portaria n.º 937/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/08/16000/0575705761.PDF) | Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural | Estabelecimentos de turismo de habitação e turismo espaço rural |
| 22 Ago. | [Decreto-Lei n.º 166/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/08/16200/0586505884.PDF) | Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o DL 93/90, de 19 Março**MP** - revogações: DL 93/90, de 19 Mar., com as alterações introduzidas pelos DLs 316/90, de 13 Out., 213/92, de 12 Out., 79/95, de 20 Abril, 203/2003, de 1 Out., e 180/2006, de 6 Set. **MS** - alterado pelos DLs 239/2012, de 2 nov., e 80/2015, de 14 maio | Ambiente: Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional |
| 04 Set. | [Decreto-Lei n.º 182/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/09/17100/0622206223.PDF) | Estabelece o regime de implementação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico | Programa Nacional de Barragens Elevado Potencial Hidroeléctrico |
| 25 Set. | [Decreto-Lei n.º 191/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/09/18600/0691506918.PDF) | Procede à 3ª alteração ao DL 93/2000, de 23 Maio, e à 2ª alteração ao DL 75/2003, de 16 Abril, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2007/32/CE, da Comissão, de 1 Jun., que altera o anexo VI da Directiva 96/48/CE, do Conselho, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade, e o anexo VI da Directiva 2001/16/CE, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional | Ferrovia - interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade e convencional |
| 06 Out. | [Decreto-Lei n.º 195/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/10/19300/0707207083.PDF) | Procede à 3ª alteração e à republicação do DL 267/2002, de 26 Nov., que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos licenciamento e fiscalização instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis | Armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento |
| 08 Out. | [Decreto-Lei n.º 198/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/10/19500/0713007133.PDF) | Terceira alteração ao DL 152/97, de 19 Junho, que transpõe para o direito interno a Directiva 91/271/CEE, do Conselho, de 21 Maio, relativamente ao tratamento águas residuais urbanas | Ambiente: tratamento águas residuais urbanas |
| 10 Out. | [Dec. Rectificação 60/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/10/19700/0722007221.PDF) | Rectifica o Decreto Legislativo Regional 34/2008/M, de 14 Ago. (adapta à R.A. Madeira o Código dos Contratos Públicos - DL 18/2008) | Código dos Contratos Públicos |
| 17 Out. | [Dec. Rectific. 63-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/10/20201/0000200003.PDF) | Rectifica a Portaria n.º 937/2008, de 20 Agosto (estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural) | Turismo habitação e espaço rural |
| 21 Out. | [Dec. Rectific. 63-B/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/10/20401/0000200006.PDF) | Rectifica o DL 166/2008, de 22 Ago. (Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional) | Reserva Ecológica Nacional |
| 28 Out. | [Decreto-Lei n.º 208/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/10/20900/0756907575.PDF) | Estabelece o regime de protecção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/118/CE, de 12 Dez., relativa à protecção da água subterrânea contra a poluição e deterioração | Protecção águas subterrâneas contra poluição e deterioração |
| 06 Nov. | [Portaria n.º 1268/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/11/21600/0774907755.PDF) | Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro obra electrónico | Livro de obra e livro obra elect. |
| 12 Nov. | [Decreto-Lei n.º 220/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/11/22000/0790307922.PDF) | Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios**MP** - revogações: a) capítulo III do título V do Regulamento Geral Edificações Urbanas (DL 38 382, de 7 Agosto 1951); b) Resolução Conselho Ministros 31/89, de 15 Set.; c) DL 426/89, de 6 Dez.; d) DL 64/90, de 21 Fev.; e) DL 66/95, de 8 Abril; f) Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos, anexo ao Decreto Regulamentar 34/95, de 16 Dez., c/ excepção de diversos artigos (consultar diploma); g) n.º 3 do art. 10.º do DL 167/97, de 4 Jul.; h) Portaria 1063/97, de 21 Out.; i) DL 409/98, de 23 Dez.; j) DL 410/98, de 23 Dez.; l) DL 414/98, de 31 Dez.; m) DL 368/99, de 18 Set.; n) alíneas g) e h) do n.º 2 e n.º 3 do art. 3.º da Portaria 1064/97, de 21 Out.; o) Portaria 1299/2001, de 21 Nov.; p) Portaria 1275/2002, de 19 Set.; q) Portaria 1276/2002, de 19 Set.; r) Portaria 1444/2002, de 7 Nov.; s) art. 6.º da Portaria 586/2004, de 2 Jun.**MS** - derrogado pelo DL 224/2015, de 9 out. | Segurança contra incêndios em edifícios |
| 17 Nov. | [Portaria n.º 1320/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/11/22300/0799207998.PDF) | Estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo | Parques campismo e caravanismo |
| 16 Dez. | [Portaria n.º 1453/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/24200/0885808859.pdf) | Aprova o regulamento de extensão das alterações dos CCT entre a AECOPS - Assoc. Empresas Construção e Obras Públicas e outras e a FETESE - Federação Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços e outros e entre as mesmas associações de empregadores e a FEVICCOM - Federação Port. Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro e outros | Construção - contratos colectivos de trabalho assinados entre AECOPS / FETESE / FEVICCOM |
| 23 Dez. | [Portaria n.º 1513/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/24700/0899408995.pdf) | Regula a certidão permanente do registo predial | Certidão permanente reg. predial |
| 29 Dez. | [Portaria n.º 1532/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/25000/0905009127.pdf) | Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE) | Segurança contra Incêndio |
| 31 Dez. | [Decreto Legislativo Regional n.º 45/2008/M](https://dre.pt/application/file/a/444287) | Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2009. **MP** - altera o DLR 34/2008/M (adapta à R.A. Madeira o Código dos Contratos Públicos) | Orçamento da R.A. Madeira 2009 - altera DLR 34/2008/M (CCP) |

|  |  |
| --- | --- |
| 2009 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 20 jan. | [Decreto-Lei n.º 23/2009](https://dre.pt/application/file/a/602590) | Procede à quarta alteração ao DL 172/2006, de 23 Agosto, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/89/CE, do P.E. e do Conselho, de 18 de Janeiro de 2006, relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do fornecimento de electricidade e o investimento em infra-estruturas | SEN - Sistema Eléctrico Nacional: princípios gerais |
| 06 Fev. | [Decreto-Lei n.º 34/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/02600/0085600858.pdf) | Estabelece medidas excepcionais de contratação pública, a vigorar em 2009 e 2010, destinadas à rápida execução dos projectos de investimento público considerados prioritários | Contratação pública - medidas excepcionais |
| 17 Fev. | [Portaria n.º 172/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/03300/0109701128.pdf) | Aprova o Regulamento dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER) | Ambiente: CIRVER |
| 20 Fev. | [Decreto-Lei n.º 46/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/03600/0116801205.pdf) | Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. **MP** - são revogados o artigo 83.º-B, a alínea *b)* do n.º 4 do artigo 107.º e a alínea *j)* do n.º 2 do artigo 148.º do DL 380/99 | Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial - alterações |
| 03 Mar. | [Decreto-Lei n.º 57/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/04300/0146001461.pdf) | Transpõe para ordem jurídica interna a Directiva 2007/71/CE, de 13 Dez., que altera o anexo ii da Directiva 2000/59/CE, de 28 Dez., relativa aos meios portuários de recepção de resíduos gerados em navios e resíduos de carga, procedendo à 2ª alteração ao [DL 165/2003](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20032001), 24 Jul. | Sector portuário - meios portuários de recepção de resíduos |
| 12 Mar. | [Portaria n.º 261/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/05000/0164401647.pdf) | Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza. **MS** - alterada pela Portaria nº 47/2012 | Empreendimentos de turismo de natureza |
| 25 Mar. | [Lei n.º 11/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/05900/0186701869.pdf) | Estabelece o regime contra-ordenacional do Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de Outubro | Reg. Segurança de Barragens |
| 31 Mar. | [Decreto-Lei n.º 73/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/06300/0198802000.pdf) | Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e revoga o DL 196/89, de 14 Junho**MP** - revoga DL 196/89 e as alíneas *b)* e *d)* do art. 1.º da Portaria 528/89, de 11 Julho. **MS** - derrogado pelo DL 199/2015, de 16 set. | Regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional |
| 02 Abr. | [Decreto-Lei n.º 79/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/04/06500/0204902050.pdf) | Procede à 1ª alteração ao DL 65/97, de 31 Março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas | Recintos c/ diversões aquáticas |
| 06 Abr. | [Portaria n.º 358/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/04/06700/0213202133.pdf) | Estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos | Empreendimentos turísticos |
| 06 Mai. | [Dec. Leg. Reg. 12/2009/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/08700/0271002714.pdf) | Adapta à R.A. Madeira o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. **MS** - alterado e parcialmente revogado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2017/M, de 27 junho | Empreendimentos turísticosR.A. Madeira |
| 15 Mai. | [Decreto-Lei n.º 107/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/09400/0301403032.pdf) | Aprova o regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.**MP** - revogações: 1 - São revogados: a) DL 502/71, de 18 Nov., alterado pela Lei 30/2006, de 11 Jul.; b) alíneas *l)* do n.º 2 e *e)* do n.º 3 do art. 81.º do DL 226-A/2007, de 31 Maio, alterado pelos DLs 391-A/2007, de 21 Dez., e 93/2008, de 4 Jun.; c) Dec. Regulamentar 2/88, de 20 Jan., alterado pelos Dec. Reg. 37/91, de 23 Jul., e 33/92, de 2 Dez., e pelo DL 151/95, 24 Junho. 2 - Com a entrada em vigor da portaria referida no nº 5 do art. 36.º, são revogados os seguintes Dec. Regulamentares: a) 28/93, de 6 Set.; b) 10/98, de 12 Maio; c) 16/98, de 25 Jul.; d) 25/99, de 27 Out.; e) 3/2002, de 4 Fev.; f) 9/2005, de 12 Set.; g) 85/2007, 11 Dez. 3 - Todas as remissões legais e regulamentares para o DL 502/71, de 18 de Nov., ou para o Decreto Regulamentar 2/88, de 20 Janeiro, consideram--se feitas para o presente DL. Altera o DL 226-A/2007, de 31 de Maio | Regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas |
| 15 Mai. | [Portaria n.º 522/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/09400/0303203035.pdf) | Determina a reclassificação das albufeiras de águas públicas de serviço público | Albufeiras |
| 21 Mai. | [Decreto-Lei n.º 123/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/09800/0325303279.pdf) | Define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas.**MP** - revogações: a) DL 59/2000, de 19 Abril; b) DL 68/2005, de 15 Março; c) n.os 5 a 7 do art. 19º e os nos 5 a 7 do art. 26º da Lei 5/2004, de 10 Fev.; As regras e procedimentos publicados pelo ICP-ANACOM ao abrigo e em cumprimento do DL 59/2000, de 19 Abril, mantêm -se em vigor até que sejam substituídos por outros publicados ao abrigo do presente DL.**MS** - alterado e derrogado pela Lei 47/2013. **RE** - rectificado pela Declaração Rectificação 43/2009, de 25 Jun. | Regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas |
| 29 Mai. | [Dec. Regulamentar 9/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/10400/0336603380.pdf) | Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo**RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação nº 53/2009, de 28 Jul. | Ordenamento do território e urbanismo - conceitos técnicos |
| 29 Mai. | [Decreto Regulamentar n.º 10/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/10400/0338003383.pdf) | Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes**RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação nº 54/2009, de 28 Jul. | Cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial |
| 15 Jun. | [Decreto-Lei n.º 140/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11300/0365303659.pdf) | Estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal | Bens culturais classificados |
| 16 Jun. | [Decreto-Lei n.º 141/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11400/0366303668.pdf) | Estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público.**MP** - revogações: 1 — é revogado DL 317/97, de 25 Nov. 2 — são revogadas as alíneas *b)* e *c)* do art. 2.º, o art. 4.º e a alínea *b)* do n.º 1 do art. 8.º do DL 309/2002, de 16 Dez. 3 — são revogadas as disposições da Portaria 791/2007, de 17 Jul., que se refiram aos ginásios e clubes de saúde *(healthclubs)*. **MS** - alterado pelo Dec.-Lei 110/2012; o nº 5 do artigo 18º foi revogado pelo DL 110/2012 | Regime jurídico das instalações desportivas de uso público |
| 23 Jun. | [Portaria n.º 676/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11900/0411104112.pdf) | Substitui a tabela nº 3 do anexo à Portaria 80/2006, de 23 Jan., que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos**MP** - alterações: a tabela n.º 3 do anexo da Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro, é substituída pela tabela constante do anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante. **RE** - rectificada pela Declaração de Rectificação nº 63/2009, de 21 Ago. | Ambiente - poluentes atmosféricos |
| 25 Jun. | [Dec. Rectificação 43/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/12100/0413104133.pdf) | Rectifica o [DL 123/2009](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20091245), de 21 Maio - regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas | Comunicações electrónicas |
| 03 Jul. | [Lei n.º 31/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/12700/0427604285.pdf) | Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro. **MS** - alterada e derrogada pela Lei nº 40/2015, de 1 jun. | Regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos projectistas |
| 06 Jul. | [Decreto-Lei n.º 154/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/12800/0430304318.pdf) | Procede à 4ª alteração ao regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo DL 233/2004, de 14 Dez., transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 Out.**MP** - altera o DL 233/2004, 14 Dez.; revoga n.º 2 do art. 1.º e o art. 28.º do DL 233/2004, 14 Dez. | Ambiente - 4ª alteração ao regime jurídico comércio licenças emissão gases com efeito estufa |
| 28 Jul. | [Dec. Rectificação 53/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/14400/0480504805.pdf) | Rectifica o Dec. Regulamentar 9/2009, de 29 Maio, do MAOTDR, que estabelece conceitos técnicos nos domínios do território e do urbanismo | Território e urbanismo - conceitos |
| 28 Jul. | [Dec Rectificação 54/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/14400/0480504805.pdf) | Rectifica o Dec. Regulamentar 10/2009, de 29 Maio (cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial) | Cartografia (gestão territorial) |
| 06 Ago. | [Dec. Leg. Reg. 15/2009/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15100/0510705117.pdf) | Altera o Dec. Legislativo Regional 34/2008/A, de 28 Julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na R.A. Açores.**MP** - altera e introduz aditamentos ao DLR 34/2008/A; revoga anteriores art. 6º, 9º e 15º deste mesmo diploma. **Vigência condicionada** | CCP - regras especiais da contratação pública nos Açores |
| 06 Ago. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15101/0000200157.pdf) | Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo | Plano Regional Ord. Território para a Região Oeste e Vale Tejo |
| 07 Ago. | [Decreto-Lei n.º 180/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15200/0513205139.pdf) | Aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/2/CE, de 14 Março, que estabelece uma Infra-Estrutura de Informação Geográfica na Comunidade Europeia (INSPIRE), e revoga o DL 53/90, de 13 Fev.**MP** - altera o DL 193/95, de 28 Jullho; revoga o DL 53/90, de 13 Fev. **MS** - alterado e derrogado pelos DLs 84/2015, de 21 maio, e 29/2017, de 16 mar. | Sistema Nacional de Informação Geográfica - aprovação do respectivo regime |
| 07 Ago. | [Decreto-Lei n.º 181/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15200/0513905140.pdf) | Primeira alteração ao DL 316/2007, de 19 Setembro, que procedeu à quinta alteração ao DL 380/99, de 22 Set., que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial | Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial |
| 07 Ago. | [Portaria n.º 851/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15200/0514305146.pdf) | Aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos.**MP** - revogações: n.º 6.81 do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II), aprovado pela Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, relativo à metodologia para a quantificação e caracterização de resíduos sólidos urbanos | Ambiente - normas técnicas de caracterização resíduos urbanos |
| 10 Ago. | [Decreto-Lei n.º 183/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15300/0517005198.pdf) | Estabelece o regime jurídico da deposição resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na concepção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 1999/31/CE, de 26 Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, de 29 Set., aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 Dezembro 2002, e revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 Maio**MP** - altera o DL 178/2006, de 5 Set.; revoga DL 152/2002, de 23 Maio, e o artigo 53.º do regime geral de gestão dos resíduos, aprovado pelo DL 178/2006, de 5 Set. **MS** - alterado e derrogado pelo Decreto-Lei 84/2011. **RE** - rectificado pela Dec. Rectif. 74/2009. | Ambiente - regime jurídico deposição de resíduos em aterro |
| 12 Ago. | [Dec. Leg. Reg. 23/2009/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15500/0525605259.pdf) | Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/M, de 18 de Agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação | Regime jurídico da urbanização e edificação - alteração |
| 20 Ago. | [Decreto-Lei n.º 194/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16100/0541805435.pdf) | Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. **MP** - revogações: 1 - são revogados os artigos 6.º a 18.º do DL 379/93, de 5 Nov., e os DLs 207/94, de 6 Ago., e 147/95, de 21 Junho; 2 - mantém -se em vigor o Decreto Regulamentar 23/95, de 23 Ago., em tudo o que não contrarie o disposto no presente DL, até à aprovação do Decreto Regulamentar previsto no artigo 74.º | Abastecimento público água, saneamento águas residuais e gestão resíduos urbanos - regimes jurídicos |
| 20 Ago. | [Decreto-Lei n.º 195/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16100/0543505469.pdf) | Altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos**MP** - alterações: altera o DL 294/94, de 16 Nov., o DL 319/94, de 24 Dez., e o DL 162/96, de 4 Set.; introduz aditamento ao DL 379/93, de 5 Novembro. Revogações: a) alínea *b*) do n.º 11 do artigo 6.º do DL 294/94, de 16 Nov., alterado pelo DL 221/2003, de 20 Set.; b) n.os 2 e 3 da base IV, n.os 3 e 4 da base VIII, n.º 2 da base XI, subalínea *iii*) da alínea *a*) do n.º 1 e n.º 2 da base XV, n.os 2 e 3 da base XVI, base XXII, n.º 3 da base XXIII, n.º 2 da base XXVI e base XXIX, das bases do contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos sólidos urbanos aprovadas em anexo ao DL 294/94, de 16 Nov., e que dele fazem parte integrante, alterado pelo DL 221/2003, de 20 Set.; c) alínea *b*) do n.º 11 do artigo 6.º do DL 319/94, de 24 Dez., alterado pelo DL 222/2003, de 22 Set.; d) n.os 2 e 3 da base IV, n.os 3 e 4 da base IX, n.º 2 da base XII, n.º 2 da base XIX, subalínea *iii*) da alínea *a*) do n.º 1 e n.º 2 da base XXIII, n.os 2 e 3 da base XXIV, n.º 3 da base XXVII e base XXXVI, das bases do contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público, anexas ao DL 319/94, de 24 Dez., e que dele fazem parte integrante, alterado pelo DL 222/2003, de 20 Set.; e) artigo 6.º e alínea *b*) do n.º 11 do artigo 7.º do DL 162/96, de 4 Set., alterado pelo DL 223/2003, de 22 Set.; f) n.os 2 e 3 da base IV, n.os 3 e 4 da base IX, n.º 2 da base XII, subalínea *iii*) da alínea *a*) do n.º 1 e n.º 2 da base XIII, n.os 2 e 3 da base XXIV, base XXXIV e n.º 3 da base XXXVIII, das bases do contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes anexas ao DL 162/96, de 4 Set., e que dele fazem parte integrante, alterado pelo DL 223/2003, de 20 Set. | Abastecimento público água, saneamento águas residuais e gestão resíduos urbanos - regimes jurídicos |
| 21 Ago. | [Dec. Rectificação 63/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16200/0549905500.pdf) | Rectifica a Portaria 676/2009 (limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos). **RE** - rectificado pela Dec. Rectif. 66/2009, de 11 Set. | Ambiente - poluentes atmosféricos |
| 21 Ago. | [Portaria n.º 959/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16200/0551905534.pdf) | Aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas e revoga a Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro | Obras públicas - caderno encargos |
| 11 Set. | [Dec. Rectificação 66/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17700/0621606216.pdf) | Rectifica a Declaração de Rectificação n.º 63/2009, de 21 Agosto, que rectifica a Portaria 676/2009, de 23 Junho | Poluentes atmosféricos |
| 11 Set. | [Decreto-Lei n.º 223/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17700/0623606236.pdf) | Altera o DL 18/2008, de 29 Jan., que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 Outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel | Código Contratos Públicos - alteração |
| 14 Set. | [Decreto-Lei n.º 228/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17800/0628706306.pdf) | Procede à 1ª alteração ao DL 39/2008, que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos | Empreendimentos turísticos |
| 18 Set. | [Portaria n.º 1068/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18200/0671006714.pdf) | Aprova o Regulamento e a tabela de taxas do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. **MP** - revoga o despacho n.º 18 585/2005 | Regulamento e taxas do IHRU |
| 22 Set. | [Portaria n.º 1097/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18400/0675706758.pdf) | Aprova o regulamento de extensão das alterações do CCT entre a AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e outras e o SETACCOP - Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços e Afins e outros | CCT entre AECOPS e SETACCOP - regulamento extensão alterações |
| 25 Set. | [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2009/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18700/0692506953.pdf) | Estabelece o regime de exercício da actividade industrial na Região Autónoma da Madeira**MP** - revoga DLRs 9/2004/M, de 15 Jun. e 15/2006/M, de 24 Abr. **MS** - alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2013/M | R.A. Madeira - regime exercício da actividade industrial |
| 29 Set. | [Portaria n.º 1115/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18900/0699706999.pdf) | Aprova o Regulamento de Avaliação e Monitorização do Estado Quantitativo das Massas de Água Subterrâneas | Massas de água subterrâneas |
| 30 Set. | [Portaria n.º 1119/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/19000/0701807022.pdf) | Actualiza o zonamento com a introdução de zonas homogéneas do zonamento e delimitação de alguns coeficientes de localização | Actualização do zonamento |
| 02 Out. | [Decreto-Lei n.º 278/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/19200/0718207277.pdf) | Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às actividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior | Código dos Contratos Públicos - 2ª alteração |
| 09 Out. | [Dec. Rectificação 74/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/19600/0741107412.pdf) | Rectifica o Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto | Ambiente - deposição resíduos |
| 19 Out. | [Portaria n.º 1284/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/20200/0784307851.pdf) | Estabelece o conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica | Planos gestão bacia hidrográfica |
| 23 Out. | [Decreto-Lei n.º 306/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/20600/0795307956.pdf) | No uso da autorização concedida pela Lei 95-A/2009, de 2 Set., procede à 1ª alteração ao DL 157/2006, de 8 Ago., que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados | Regime jurídico das obras em prédios arrendados |
| 23 Out. | [Decreto-Lei n.º 307/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/20600/0795607975.pdf) | No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 Set., aprova o regime jurídico da reabilitação urbana. **MP** - revogações: sem prejuízo do disposto no n.º 7 do art. 78.º, são revogados: a) DL 104/2004, de 7 Maio; b) capítulo XI do DL 794/76, de 5 Nov. **MS** - alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 ago., pelos Decretos-Leis 136/2014, de 9 set., e 88/2017, de 27 julho; Derrogado pela Lei 32/2012. | Regime jurídico da reabilitação urbana |
| 23 Out. | [Decreto-Lei n.º 308/2009](https://dre.pt/application/file/a/483296) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei 75/2006, de 27 Março, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/54/CE, do PE e do Conselho, de 29 de Abril, relativa aos requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia.**MS** - o DL 75/2014, de 13 maio, dá uma nova redação ao art. 5º do DL 75/2006, alterado pelo presente diploma | Requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia |
| 26 Out. | [Decreto-Lei n.º 311/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/20700/0802908032.pdf) | Procede à regulamentação do processo de constituição e dos requisitos a que obedecem os locais previstos no artigo 51.º do Regulamento (CEE) n.º 2913/92, do Conselho, de 12 de Outubro, destinados à armazenagem de mercadorias em depósito temporário. **MP** - revoga o DL 281/86, de 5 Set. | Armazenagem de mercadorias em depósito temporário |
| 31 Dez. | [Decreto Legislativo Regional n.º 34/2009/M](https://dre.pt/application/file/a/482228) | Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2010. **MP** - altera o DLR 34/2008/M (adapta à R.A. Madeira o Código dos Contratos Públicos) | Orçamento da R.A. Madeira 2010 - altera DLR 34/2008/M (CCP) |

|  |  |
| --- | --- |
| 2010 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 11 Jan. | [Portaria n.º 22/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/01/00600/0014900150.pdf) | Estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (InCI, I. P.)**MS** - alterada e derrogada pela Portaria 87/2011 | Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do InCI |
| 04 Fev. | [Decreto-Lei n.º 10/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/02/02400/0029500316.pdf) | Estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/21/CE, de 15 Mar., relativa à gestão dos resíduos das indústrias extractivas. **MP** - revoga DL 544/99, de 13 Dez. | Resíduos explorações de depósitos minerais e massas minerais |
| 22 Fev. | [Dec. Leg. Regional 2/2010/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/02/03600/0050300504.pdf) | Adapta à R.A. Madeira o Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas | Recintos com diversões aquáticas |
| 08 Mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/03/04600/0068800693.pdf) | Aprova o regime jurídico extracção inertes na faixa costeira e no mar territorial na R.A. Açores**MP** - revogações: revoga a Resolução 25/2006, de 9 Fev., e o Despacho D/SRHOPC/95/43, publicado no Jornal Oficial, 2.ª série, nº 24, de 13 Junho 1995 | R.A. Açores - extracção de inertes na faixa costeira e no mar |
| 25 Mar. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2010/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/03/05900/0095000950.pdf) | Fixa o valor do metro quadrado de construção para o ano de 2010 na R.A. Madeira | Valor do metro quadrado de construção para 2010 - Madeira |
| 30 Mar. | [Decreto-Lei n.º 26/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/03/06200/0098501025.pdf) | Procede à décima alteração ao DL 555/99, de 16 Dez., que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao DL 107/2009, de 15 Maio**MP** - revogações: são revogados a alínea *g)* do nº 2 do artigo 4º, o nº 3 do artigo 6º, o nº 3 do artigo 35º, o artigo 37º, a alínea *b)* do artigo 68º e o nº 6 do artigo 116º do DL 555/99, de 16 Dez., alterado pelas Leis 13/2000, de 20 Julho, e 30-A/2000, de 20 Dez., pelo DL 177/2001, de 4 Junho, pelas Leis 15/2002, de 22 Fev., e 4-A/2003, de 19 Fev., pelo DL 157/2006, de 8 Ago., pela Lei 60/2007, de 4 Set., e pelos DL 18/2008, de 29 Jan., e 116/2008, de 4 Julho; altera o DL 555/99, de 16 Dez. **MS** - alterado pela Lei 28/2010, de 2 Set. | Regime jurídico da urbanização e edificação (DL 555/99, de 16 Dez.) - 10ª alteração |
| 08 Abr. | [Decreto-Lei n.º 30/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/04/06800/0115301156.pdf) | Quinta alteração ao regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo DL 233/2004, de 14 Dez., transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2009/29/CE, de 23 Abril | Comércio de licenças emissão de gases com efeito de estufa |
| 26 Abr. | [Decreto-Lei n.º 39/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/04/08000/0137101386.pdf) | Estabelece o regime jurídico da mobilidade eléctrica, aplicável à organização, acesso e exercício das actividades relativas à mobilidade eléctrica, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto de mobilidade eléctrica**MP** - altera o Decreto Regulamentar 22-A/98, de 1 Out. **MS** - alterado e derrogado pelo DL 170/2012 | Regime jurídico da mobilidade eléctrica |
| 27 Abr. | [Lei n.º 3/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/04/08100/0139301394.pdf) | Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária**MP** - alterações: DL 32/2003, de 17 Fev., e artigos 299º e 326º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 Jan. | Pagamento de juros de mora pelo Estado |
| 06 Mai. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/05/08800/0159901599.pdf) | Aprova a minuta do contrato de concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil a celebrar entre o Estado Português e a ANA - Aeroportos de Portugal, S. A. | Sector aeroportuário |
| 12 Mai. | [Portaria n.º 268/2010](https://dre.pt/application/file/614943) | Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da actividade das clínicas ou consultórios dentários. **MS** - alterada pela Portaria 167-A/2014, de 21 ago. | Clínicas e consultórios dentários |
| 18 Mai. | [Dec. Rectificação 14/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/05/09600/0168001695.pdf) | Rectifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2010, de 6 de Maio | Sector aeroportuário |
| 20 Mai. | [Decreto-Lei n.º 50/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/05/09800/0173901740.pdf) | Cria Fundo de Eficiência Energética previsto no Plano Nac. Acção para Eficiência Energética | Fundo de Eficiência Energética |
| 25 Mai. | [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/05/10100/0178101793.pdf) | Regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição e normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável**MP** - revogacões: a) DLR 37/2002/A, de 28 Nov.; b) DLR 11/2005/A, de 14 Jun.; c) Resolução Assembleia Legislativa R.A. Açores 10/2007/A, de 18 Jun.; d) Decreto Regulamentar Regional 11/99/A, de 26 Jun.; e) Decreto Regulamentar Regional 20/99/A, de 21 Dez.; f) Decreto Regulamentar Regional 9/2001/A, de 10 Ago.; g) Decreto Regulamentar Regional 5/2003/A, de 10 Fev.; h) Portaria 31/2003, de 8 Maio; i) Portaria 28/2005, de 14 Abril; j) artigo 4.º do DLR 15/99/A, de 29 Abril, com as alterações introduzidas pelo DLR 24/2001/A, de 29 Nov.; k) artigos 22.º e 23.º do DLR 40/2008/A, de 25 Agosto. | Ambiente - relatórios e informação pública sobre estado ambiente; apoio às ONGs; CRADS |
| 31 Mai. | [Decreto-Lei n.º 55/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/05/10500/0185601877.pdf) | Procede à 1ª alteração do DL 186/2007, de 10 Maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, segurança e facilitação a aplicar nessas infra-estruturas e procede à classificação operacional aeródromos civis nacionais para efeitos ordenamento aeroportuário**MP** - altera e introduz aditamento ao DL 186/2007; revoga a alínea d) do nº 3 do art. 14º e o art. 41º do DL 186/2007 | Aeródromos civis nacionais - condições de construção, certificação e exploração: alteração ao DL 186/2007 |
| 25 Jun. | [Decreto-Lei n.º 80/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/06/12200/0232202323.pdf) | Revoga o DL 37 575, de 8 Outubro 1949, que estabelece regras relativas à localização de edifícios escolares | Localização edifícios escolares: |
| 25 Jun. | [Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/06/12200/0232302325.pdf) | Adapta R.A. Madeira o DL 220/2008, de 12 Nov., que estabelece regime jurídico segurança contra incêndios em edifícios**MP** - revoga Decretos Regulamentares Regionais 21/95/M, de 28 Ago., 24/92/M, de 15 Set., 23/92/M, de 15 Set., e 25/92/M, de 17 Set. | Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios |
| 30 Jun. | [Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/06/12500/0240802433.pdf) | Aprova o regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora e transpõe para a ordem jurídica regional a Directiva n.º 2002/49/CE, do P.E. e do Conselho, de 25 Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, a Directiva n.º 2002/30/CE, de 26 Março, relativa ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos comunitários, e a Directiva n.º 2003/10/CE, de 6 Fev., relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído**MP** - revogações: a) Dec. Regional 17/80/A, de 21 Agosto; b) Dec. Regional 6/82/A, de 27 Abril; c) Dec. Regional 7/82/A, de 27 Abril; d) DLR 22/83/A, de 29 Junho; e) Portaria 46/2002, de 6 Junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria 101-A/2003, de 18 Dez.; f) Portaria 56/2007, de 14 Ago., sem prejuízo da sua aplicação transitória até à emissão da portaria a que se refere o n.º 1 do art. 41º do presente diploma. | Regulamento geral ruído e controlo poluição sonora (transposição Directivas 2002/49/CE, 2002/30/CE e 2003/10/CE) |
| 13 Jul. | [Portaria n.º 495/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/07/13400/0258902590.pdf) | Determina a extensão do contrato colectivo entre a AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e outras e o SETACCOP - Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços e Afins e outros | Contrato colectivo de trabalho entre a AECOPS e SETACOOP |
| 22 Jul. | [Decreto-Lei n.º 90/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/07/14100/0278102792.pdf) | Aprova, simplificando, o novo Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão, revogando o Decreto-Lei 97/2000, de 25 Maio | Equipamentos sob pressão |
| 30 Jul. | [Portaria n.º 596/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/07/14700/0292302954.pdf) | Aprova os Regulamentos das Redes de Transporte e de Distribuição. **MP** - revogações: despachos 13 615/99 (2ª série) e 10 315/2000 (2ª série) | Energia - Transporte e Distribuição |
| 02 Ago. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/08/14800/0296203129.pdf) | Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo e revoga os Planos Regionais de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral, da Zona Envolvente de Alqueva e da Zona dos Mármores, aprovados, respectivamente, pelo Decreto Regulamentar 26/93, de 27 Ago., e pelas Resoluções Conselho Ministros 70/2002, de 9 Abril, e 93/2002, de 8 Maio. **MP** - revoga Dec. Regulamentar 26/93, de 27 Ago., e as Resol. Conselho Ministros 70/2002, de 9 Abril, e 93/2002, de 8 Maio. **RE** - rectificada pela Declaração de Rectificação nº 30-A/2010 | Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo |
| 03 Ago. | [Portaria n.º 615/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/08/14900/0316603182.pdf) | Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da actividade das unidades privadas que tenham por objecto a prestação de serviços médicos e de enfermagem em obstetrícia e neonatologia.**MS** - alterada pela Portaria 8/2014 | Unidades privadas de prestação serviços de obstetrícia e neonatologia - requisitos |
| 04 Ago. | [Res. Cons. Ministros 54/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/08/15000/0319303194.pdf) | Resolve aprovar medidas de implementação da produção descentralizada de energia através de miniprodução de electricidade | Miniprodução de electricidade |
| 27 Ago. | [Dec. Rectificação n.º 26/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/08/16700/0371003710.pdf) | Rectifica o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 Jun. (regulamento geral de ruído e de controlo da poluição sonora) | RA Açores - ruído e poluição sonora |
| 02 Set. | [Lei n.º 28/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/17100/0384603846.pdf) | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao DL 26/2010, de 30 Março, que procede à décima alteração ao Decreto-Lei 555/99, de 16 Dez., que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao DL 107/2009, de 15 de Maio | Regime jurídico da urbanização e edificação (DL 555/99) |
| 02 Set. | [Lei n.º 30/2010](https://dre.pt/application/file/a/344351) | Protecção contra a exposição aos campos eléctricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos eléctricos**MS** - alterada pela Lei n.º 20/2018, de 4 maio | Exposição a campos eléctricos e magnéticos |
| 23 Set. | [Decreto-Lei n.º 102/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18600/0417704205.pdf) | Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Directiva n.º 2008/50/CE, de 21 Maio, e a Directiva n.º 2004/107/CE, de 15 Dez. **MP** - revogações: DLs 276/99, de 23 Julho, 111/2002, de 16 Abril, 320/2003, de 20 Dez., 279/2007, de 6 Agosto e 351/2007, de 23 Out. **MS** - alterado pelos Decretos-Leis n.os 43/2015, de 27 mar., e 47/2017, de 10 maio | Ambiente - regime avaliação e gestão qualidade ar ambiente |
| 24 Set. | [Decreto-Lei n.º 103/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18700/0428904296.pdf) | Estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água e transpõe a Directiva 2008/105/CE, de 16 Dez., e parcialmente a Directiva 2009/90/CE, de 31 Julho**MP** - revogações: a) disposições do anexo I do DL 236/98, de 1 Agosto, relativas a diversos parâmetros (ver diploma); b) disposições do anexo XX do DL 236/98, de 1 Agosto, relativas ao parâmetro hexaclorociclohexano (HCH); c) disposições do anexo XXI do DL 236/98, de 1 Agosto, relativas a diversas substâncias (ver diploma); d) alínea B) do anexo do DL 52/99, de 20 Fev.; e) alínea B) do anexo do DL 53/99, de 20 Fev.; f) alínea B) do anexo do DL 54/99, de 20 Fev.; g) alíneas B) das rubricas I a XI do anexo II do DL 56/99, de 26 Fev., alterado pelo DL 390/99, de 30 Set.; h) alínea B) do anexo I do DL 431/99, de 22 Out.; i) disposições do anexo do DL 506/99, de 20 Nov., alterado pelo DL 261/2003, de 21 Out., relativas a diversas substâncias (ver diploma). Alterações: o anexo X do Decreto-Lei nº 77/2006, de 30 Março, é substituído pelo anexo I deste diploma. **MS** - alterado pelo Decreto-Lei nº 218/2015, de 7 out. | Ambiente - normas qualidade ambiental no domínio política água |
| 01 Out. | [Dec. Rectific. 30-A/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/19202/0000800092.pdf) | Rectifica a Resolução Conselho Ministros n.º 53/2010, de 2 Ago., que aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo | Planos regionais do Alentejo |
| 13 Out. | [Decreto-Lei n.º 108/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/19900/0446204472.pdf) | Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Directiva 2008/56/CE, de 17 Junho. **MS** - alterado pelo DL 136/2013 | Medidas para garantir o bom estado ambiental meio marinho |
| 22 Out. | [Decreto-Lei n.º 115/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/20600/0475704764.pdf) | Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objectivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Directiva 2007/60/CE, de 23 Out. | Avaliação e gestão dos riscos de inundações |
| 10 Nov. | [Portaria n.º 1172/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/11/21800/0508705087.pdf) | Fixa, para vigorar em 2011, os preços de construção da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada | Preços construção da habitação por metro quadrado em 2011 |
| 15 Nov. | [Dec. Leg. Reg. 30/2010/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/11/22100/0511805183.pdf) | Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental | R.A. Açores - avaliação impacte e licenciamento ambiental |
| 23 Nov. | [Decreto-Lei n.º 126/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/11/22700/0533405336.pdf) | Estabelece o regime de implementação dos aproveitamentos hidroeléctricos a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros 72/2010, de 10 Set. | Aproveitamentos hidroeléctricos |
| 03 Dez. | [Decreto-Lei n.º 128/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/23400/0544405454.pdf) | Actualiza o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Directiva n.º 2009/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 Março, alterando pela segunda vez o DL 238/94, de 19 Set., no uso da autorização legislativa concedida pela Lei 18/2010, de 16 Ago.**MP** - revoga n.os 2 a 4 do anexo ao DL 238/94, de 19 Set., alterado pelo DL 254/2002; altera e introduz aditamento ao DL 238/94 | Actualização do sistema de unidades de medida legais |
| 14 Dez. | [Decreto-Lei n.º 131/2010](https://dre.pt/application/file/307289) | Introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de actos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 Jan., e transpõe a Directiva 2007/66/CE, do PE e do Conselho, de 11 Dez., que altera as Directivas 89/665/CEE, do Conselho, de 21 Dez., e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 Fev., no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos | Código dos Contratos Públicos- alterações |
| 28 Dez. | [Portaria n.º 1316/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25000/0594305947.pdf) | Aprova o Regulamento da Estrutura de Gestão do Plano Nacional Acção para a Eficiência Energética | Eficiência Energética |
| 28 Dez. | [Dec. Regulamentar 6/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25000/0594705955.pdf) | Define as regras aplicáveis ao licenciamento de complexos, carreiras e campos de tiro para a prática de tiro com armas de fogo e revoga o Decreto Regulamentar 19/2006, de 25 Out. **MP** - revoga Dec. Reg. 19/2006 e o art. 97º do anexo do Dec. Regulamentar 34/95 (16 Dez.) | Licenciamento de complexos, carreiras e campos de tiro |
| 28 Dez. | [Decreto-Lei n.º 138/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25000/0595505958.pdf) | Estabelece o regime jurídico de novos procedimentos que contribuem para o aumento da segurança rodoviária, transpõe a Directiva n.º 2008/96/CE, do P.E. e do Conselho, de 19 Nov., e procede à terceira alteração do DL 77/2007, de 29 de Março. **MP** - alterações: DL 77/2007, de 29 Março, alterado pela Lei 67-A/2007, de 31 Dez., e Portaria 340/2007, de 30 Março, alterada pela Portaria 162/2009, de 13 Fev. | Novos procedimentos que contribuem para o aumento da segurança rodoviária |
| 30 Dez. | [Dec. Leg. Reg. 25/2010/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25200/0608006082.pdf) | Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional 15/93/M, de 4 Set., que estabelece normas relativas à defesa e protecção das estradas regionais | Estradas regionais |
| 31 Dez. | [Portaria n.º 1330/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25300/0608706087.pdf) | Fixa o valor médio de construção por metro quadrado para vigorar em 2011 | Valor médio de construção por metro quadrado em 2011 |
| 31 Dez. | [Decreto-Lei n.º 141/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25300/0609306098.pdf) | No âmbito da Estratégia Nac. Energia 2020, define as metas nacionais de energia renovável no consumo de energia final e transpõe parcialmente a Directiva 2009/28/CE, de 23 Abril. **MS** - alterado e derrogado pelo DL 39/2013; alterado pelo DL 68-A/2015 | Estratégia Nacional da Energia 2020 - metas nacionais |

|  |  |
| --- | --- |
| 2011 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 10 Jan. | [Portaria n.º 26/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/00600/0016500168.pdf) | Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética | Fundo de Eficiência Energética |
| 10 Jan. | [Decreto-Lei n.º 5/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/00600/0017300175.pdf) | Estabelece medidas destinadas a promover a produção e aproveitamento biomassa florestal | Biomassa florestal |
| 10 Jan. | [Decreto-Lei n.º 6/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/00600/0017500178.pdf) | Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao DL 127/2008, de 21 Jul. | Registo das emissões e transferências de poluentes |
| 10 Jan. | [Decreto-Lei n.º 12/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/01600/0047700486.pdf) | No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, estabelece requisitos para concepção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia e transpõe a Directiva n.º 2009/125/CE. **MP** - revoga o Decreto-Lei 26/2009, de 27 Jan. | Concepção ecológica dos produtos |
| 10 jan. | [Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M](https://dre.pt/application/file/a/485569) | Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011. **MP** - altera o DLR 34/2008/M (adapta à R.A. Madeira o Código dos Contratos Públicos) | Orçamento da R.A. Madeira 2011 - altera DLR 34/2008/M (CCP) |
| 04 Fev. | [R. C. Ministros 11-A/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/02/02501/0000200030.pdf) | Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG) | Planos Ordenamento território |
| 04 Fev. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/02/02501/0003100067.pdf) | Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV) | Ordenamento do território - aprovação planos ordenamento |
| 17 Fev. | [Decreto-Lei n.º 27/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/02/03400/0084900869.pdf) | Estabelece as condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura e sem interrupção de comboios, transpõe as Directivas 2008/57/CE, do PE e do Conselho, de 17 Junho, 2008/110/CE, do PE e do Conselho, de 16 de Dezembro, e 2009/131/CE, da Comissão, de 16 de Outubro, e altera o Decreto-Lei 270/2003, de 28 de Outubro**MP** - revogações: a) DL 93/2000, de 23 Maio, alterado pelos DLs 152/2003, de 11 Julho, 178/2007, de 8 Maio, e 191/2008, de 25 Set.; b) DL 75/2003, de 16 Abril, alterado pelos DL 177/2007, de 8 Maio, e 191/2008, de 25 Set.; c) O artigo 66.º-F do DL 270/2003, de 28 Out., alterado pelos DL 231/2007, de 14 Junho, e 62/2010, de 9 Junho.; altera e introduz aditamento ao DL 270/2003, de 28 Out.**MS** - alterado pelos Decretos-Leis 182/2012, de 6 ago., 41/2014, de 18 março, 179/2014, de 18 dez., e 216/2015, de 7 out. | Condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura e sem interrupção de comboios |
| 25 Fev. | [Portaria n.º 87/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/02/04000/0119301194.pdf) | Primeira alteração à Portaria n.º 22/2010, de 11 Janeiro, que estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do InCI, I. P. **MP** - altera a Portaria 22/2010 e revoga a alínea t) do artigo 1.º | Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do InCI |
| 16 Mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 7/2011/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/05300/0148301486.pdf) | Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2006/M, de 18 Agosto, que adapta à R.A. Madeira o DL 555/99, de 16 Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação | Regime jurídico urbanização e edificação - adaptação Madeira |
| 23 Mar. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/05800/0160701610.pdf) | Aprova medidas para incentivar a reabilitação urbana e dinamizar a economia no âmbito da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego | Reabilitação urbana - medidas de incentivo |
| 01 Abr. | [Decreto-Lei n.º 48/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06500/0188201904.pdf) | Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas actividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei 49/2010, de 12 Novembro, e pelo artigo 147.º da Lei 55-A/2010, de 31 Dezembro**MP:** alterações - Lei 97/88, de 17 Ago.; DL 48/96, de 15 Maio e DL 310/2002, de 18 Dez.; aditamentos - Lei 97/88, de 17 Ago. e DL 48/96, de 15 Maio; revogações - a) alínea d) do nº 2 do art. 1º do DL 122/79, 8 Maio; b) DL 339/85, 21 Ago.; c) nº 1 do art. 5º e art. 8º do DL 48/96, 15 Maio; d) DL 462/99, 5 Nov.; e) Portaria 1024-A/99, de 19 Nov.; f) nº 2 do art. 3º do DL 309/2002, 16 Dez.; g) alínea i) do art. 1º, o nº 2 do art. 35º, os art. 37º e 41º e as alíneas j) e m) do art. 47º do DL 310/2002, 18 Dez.; h) Portaria 144/2003, 14 Fev.; i) DL 234/2007, 19 Jun.; j) art. 1º a 12º e 14º e 15º do DL 259/2007, 17 Jul.; l) Portaria 573/2007, 17 Jul. (2.ª série); m) Portaria 789/2007, de 23 Jul.; n) Portaria 790/2007, de 23 Jul.; o) Portaria 791/2007, de 23 Jul.; p) Dec. Regulamentar 20/2008, de 27 Nov. | Iniciativa «Licenciamento zero» - simplificação do regime de acesso e exercício de diversas actividades económicas |
| 05 Abr. | [Dec. Rectific. 10-A/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06701/0000200002.pdf) | Rectifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 4 Fev. (Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês) | Parque Nac. Peneda-Gerês |
| 05 Abr. | [Dec. Rectific. 10-B/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06701/0000200004.pdf) | Rectifica Resolução Conselho Ministros 11-B/2011, de 4 de Fevereiro (Plano Ordenamento Parque Natural Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina) | Parque Nat. Sudoeste Alentejano |
| 06 Abr. | [Portaria n.º 142/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06800/0203702064.pdf) | Aprova o Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural e revoga a Portaria n.º 390/94, de 17 de Junho**MP** - revoga a Portaria n.º 390/94, de 17 de Junho. **MS** - alterada pela Portaria 235/2012. | Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural |
| 06 Abr. | [Portaria n.º 143/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06800/0206402065.pdf) | Fixa, para vigorar em 2011, o preço da habitação por metro quadrado de área útil | Construção - fixação do preço da habitação por m2 - 2011 |
| 04 Mai. | [Decreto-Lei n.º 58/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/05/08600/0253302533.pdf) | Estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental, procedendo à primeira alteração ao DL 232/2007, de 15 Junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente | Avaliação dos efeitos de planos e programas no ambiente |
| 16 Mai. | [Decreto-Lei n.º 65/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/05/09400/0272602737.pdf) | Estende às zonas de intervenção florestal o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao DL 224/2007, de 31 Maio | Florestas - acesso à informação cadastral (regime experimental) |
| 15 Jun. | [Decreto-Lei n.º 69/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/06/11400/0311603164.pdf) | Simplifica os regimes de acesso e exercício das actividades de construção, mediação e angariação imobiliária e altera a Lei Orgânica do InCI, aprovada pelo DL 144/2007, 27 Abril**MP:** alterações - DL 12/2004, de 9 Jan.; DL 211/2004, de 20 Ago. e DL 144/2007, de 27 Abril; aditamentos - introduz aditamentos ao DL 12/2004, de 9 Jan. e ao DL 211/2004, de 20 Ago.; derrogações - a) diversas disposições do DL 12/2004, 9 Jan., alterado pelo DL 18/2008, 29 Jan.; b) diversas disposições do DL 211/2004, 20 Ago.; c) alíneas b) e c) do art. 9º do DL 144/2007, 27 Abr. | Regimes de acesso e exercício de actividades de construção, mediação e angariação imobiliária e Lei Orgânica do InCI |
| 20 Jun. | [Decreto-Lei n.º 84/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/06/11700/0358703595.pdf) | Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das actividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas, conformando-os com o DL 92/2010, de 26 Julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/123/CE, de 12 Dez.**MP** - alterações: DL 183/2009, de 10 Ago., DL 193/95, de 28 Jul. e DL 133/2005, de 16 Agosto. Aditamentos: introduz aditamentos ao DL 183/2009, de 10 Ago., ao DL 193/95, de 28 Jul. e ao DL 133/2005, de 16 Agosto. Revogações: são revogadas as alíneas b), c) e g) do nº 1 do art. 13º do DL 183/2009, de 10 Agosto e as subalíneas i) e ii) da alínea c) do nº 1 do art. 5º, as alíneas d) e g) do artigo 9º, o artigo 10º, o nº 4 do artigo 12º, o nº 3 do artigo 14º e o artigo 18º do DL 133/2005, de 16 Ago. | Regimes jurídicos deposição resíduos, produção cartográfica e licenciamento actividades pesquisa e captação águas |
| 27 Jun. | [Lei n.º 47/2011](https://dre.pt/application/file/670632) | Cria a Ordem dos Engenheiros Técnicos e aprova o respectivo Estatuto e procede à primeira alteração do Decreto-Lei 349/99, de 2 Set. | Ordem dos Engenheiros Técnicos |
| 11 Ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 17/2011/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/08/15400/0425704258.pdf) | Altera o DLR 37/2006/M, de 18 Ago., que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 Dez., que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação | R.A. Madeira - instalação de parques empresariais |
| 11 Ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 18/2011/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/08/15400/0425804259.pdf) | Estabelece um regime transitório para a aplicação à Região Autónoma da Madeira do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional. **MP** - revoga DLR 9/90/M, e alíneas a) do nº 1 e a), b) e c) do nº 2 do art. 110º DLR 43/2008/M | Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nac. - Madeira |
| 22 Ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/08/16000/0429404316.pdf) | Aprova o sistema portuário dos Açores. **MP** - revogações: DLR 17/94/A, de 18 Mai.; DLR 19/98/A, de 28 Nov.; DLR 13/2000/A, de 20 Mai.; DLR 30/2003/A, de 27 Jun.; DLR 52/80/A, de 10 Nov.; Dec. Reg. Regional 53/80/A, de 11 Nov.; Dec. Reg. Reg. 56/80/A, de 20 Nov.; Dec. Reg. Regional 49/81/A, de 28 Nov.; Dec. Reg. Regional 8/82/A, de 5 Mar.; Dec. Reg. Regional 24/82/A, de 20 Jul.; D.R. Reg. 33/82/A, de 13 Ago.; D.R. Reg. 20/88/A, de 6 Mai.; Dec. Reg. Regional 4/89/A, de 16 Fev.; Dec. Reg. Regional 11/90/A, de 20 Mar. | Sistema portuário dos Açores |
| 31 Ago. | [Portaria n.º 262/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/08/16700/0433804343.pdf) | Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches**MP** - revoga Despaco Normativo 99/89. **MS** - alterada pela Portaria 411/2012. | Creches - normas reguladoras |
| 13 Set. | [Lei n.º 51/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/09/17600/0438304461.pdf) | Altera Lei Comunicações Electrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e define competências Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as Directivas 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE e 2009/140/CE.**MP** - revogações: 1 - a) são revogados diversos artigos da Lei 5/2004, 10 Fev., alterada pelo DL 176/2007, 8 Maio, pela Lei 35/2008, 28 Julho, pelos DLs 123/2009, de 21 Maio, e 258/2009, de 25 Set., e pela Lei 46/2011, de 24 Jun.; b) o art. 10º do DL 177/99, de 21 Maio, alterado pela Lei 95/2001, de 20 Ago., e pelo DL 63/2009, de 10 Mar. 2 - a revogação art. 84.º da Lei 5/2004, de 10 Fev., produz efeitos com a decisão da ARN prevista no nº 1 do artigo anterior. Altera a Lei 5/2004, de 10 Fev., e o Decreto-Lei 177/99, de 21 Maio; introduz aditamento à Lei nº 5/2004 | Lei das Comunicações Electrónicas - regime jurídico, alterações |
| 26 Set. | [Portaria n.º 274/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/09/18500/0454204542.pdf) | Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na actividade de construção das empresas do sector e fixa os respectivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto | Construção - indicadores liquidez geral e autonomia financeira |
| 28 Set. | [Decreto-Lei n.º 99/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/09/18700/0454604554.pdf) | Altera o regime de licenciamento e fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, regulado pelo DL 64/2007, de 14 Março, contemplando os princípios de simplificação e agilização do regime de licenciamento previstos no DL 92/2010, de 26 Julho, e actualiza as remissões e referências legislativas constantes do DL 64/2007, de 14 Mar.**MP** - altera o DL 64/2007, de 14 Março; revoga o nº 2 do artigo 44.º do DL 64/2007, de 14 Março. | Estabelecimentos de apoio social - regime de licenciamento e fiscalização da prestação de serviços |
| 06 Out. | [Decreto-Lei n.º 104/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/10/19200/0458404597.pdf) | Aprova o regime jurídico da contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, transpondo a Directiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento e do Conselho, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Directivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE. **MP** - revoga o Decreto-Lei 33/99, de 5 Fev. | Regime jurídico da contratação pública nos domínios da defesa e da segurança |
| 04 Nov. | [Portaria n.º 291/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/11/21200/0476704768.pdf) | Fixa, para o ano de 2012, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada | Sector construção - fixação para 2012 preços habitação por m2 |
| 11 Nov. | [Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/11/21700/0482604834.pdf) | Reestrutura o sector empresarial regional na área da gestão do ambiente. **MP** - alterações: é aditado ao DL 16/2010/A um artigo; é introduzida uma nova redacção no anexo deste diploma. Revogações: DLR 4/2006/A, de 16 Jan.; DLR 16/2006/A e DLR 43/2006/A | Ambiente - reestruturação do sector empresarial dos Açores |
| 23 Nov. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2011/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/11/22500/0502005038.pdf) | Aprova o Plano Ordenamento Orla Costeira da Ilha do Pico.**MP** - Revoga os Decretos Regulamentares Regionais 11/86/A; 17/86/A; 14/88/A; 23/88/A; 31/88/A; 3/92/A; 4/92/A; 13/2004/A e 5/2007/A. | Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico |
| 21 Dez. | [Portaria n.º 307/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24300/0535405354.pdf) | Fixa o valor médio de construção, por metro quadrado para vigorar no ano de 2012 | Valor médio construção - 2012 |

|  |  |
| --- | --- |
| 2012 | **>> a partir deste ano, o DRE passou a ser redigido ao abrigo do acordo ortográfico de 1990, cuja vigência iniciou em 2009** |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 17 jan. | [Decreto Legislativo Regional n.º 4/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/01/01200/0022900241.pdf) | Estabelece o regime jurídico do licenciamento, instalação e operação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas, tapetes rolantes e equipamentos similares. **MP** - revoga Despacho Normativo 27/88 e Portaria 80/2005 | Ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas, etc. |
| 17 jan. | [Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/01/01200/0024100251.pdf) | Estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma Açores**MP** - revoga DLR 1/84/A, DLR 14/88/A, DRR 35/83/A e DRR 21/86/A. **MS** - alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 12/2015/A | Normas para o exercício da atividade industrial nos Açores |
| 15 fev. | [Decreto n.º 2/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/02/03300/0075600760.pdf) | Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada pela Decisão III/7, na Terceira Conferência das Partes, realizada em Cavtat, na Croácia, de 1 a 4 Junho 2004. **MP** - introduz aditamentos no Decreto 59/99 | Avaliação Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras |
| 20 fev. | [Portaria n.º 47/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/02/03600/0080800809.pdf) | Primeira alteração da Portaria n.º 261/2009, de 12 de março, que define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza | Empreendimentos de turismo de natureza - reconhecimento ICNB |
| 27 fev. | [Portaria n.º 48/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/02/04100/0089300893.pdf) | Especifica profissões regulamentadas abrangidas no setor da energia e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais. **MS** - alterado e derrogado pela Portaria 228/2012 | Profissões regulamentadas abrangidas no setor da energia |
| 01 mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/04400/0091600930.pdf) | Estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos**MP** - revoga os DLR 24/87/A, 14/99/A, 34/2004/A e 28/80/A. **MS** - alterado pelo Decreto Legislativo Regional 23/2012/A. | R.A. Açores - regime jurídico dos empreendimentos turísticos |
| 09 mar. | [Portaria n.º 55/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/05000/0106501065.pdf) | Especifica as profissões regulamentadas abrangidas na área do emprego e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março | Profissões regulamentadas - Segurança e Higiene Trabalho |
| 13 mar. | [Decreto n.º 3/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/05200/0110601108.pdf) | Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada em Sófia, a 27 de fevereiro de 2001. **MP** - introduz uma Emenda no Decreto 59/99, de 17 Dez. | Avaliação Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras |
| 20 mar. | [Portaria n.º 64/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/05700/0129901301.pdf) | Fixa, para vigorar em 2012, o preço da habitação por metro quadrado de área útil e o preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados | Construção - preço habitação por metro quadrado e preço terrenos habitação custos controlados |
| 30 mar. | [Portaria n.º 90/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/06500/0153901541.pdf) | Especifica as profissões regulamentadas abrangidas nas áreas da agricultura, das florestas, do mar, do ambiente e do ordenamento do território e designa as autoridades nacionais que, para cada profissão, são competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março | Profissões regulamentadas - Agricultura, florestas, mar, ambiente e ord. território |
| 30 mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M](https://dre.pt/application/file/a/553823) | Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2012. **MP** - altera o DLR 34/2008/M (adapta à R.A. Madeira o Código dos Contratos Públicos) | Orçamento da R.A. Madeira 2012 - altera DLR 34/2008/M (CCP) |
| 02 abr. | [Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/06600/0162501713.pdf) | Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade**MP** - revogações: 1 - Decretos Legislativos Regionais 2/83/A, 24/83/A, 11/85/A, 1/89/A, 5/89/A, 26/92/A, 14/97/A, 18/2002/A e 15/2007/A; Resolução da Assembleia Legislativa Regional 13/95/A; Decretos Regulamentares Regionais 36/86/A, 21-A/89/A, 23/89/A, 36/89/A, 24/90/A, 5/91/A, 22/91/A, 32-A/92/A, 14/93/A, 14/2004/A, 24/2004/A, 9/2005/A e 5/2009/A; Resoluções do Conselho do Governo 148/98 e 72/2006; Portarias 19/1983, 71/83, 43/86, 63/89, 23/92 e 43/93; 2 - São ainda revogados: artigo 13.º do DLR 6/98/A, que estabelece normas sobre a proteção, o ordenamento e a gestão do património florestal da Região Autónoma Açores; alínea b) do nº 5 do artigo 16º e nº 2 do artigo 42º do DLR 9/2007/A, que define o quadro legal da pesca dirigida a espécies marinhas, animais ou vegetais, com fins lúdicos nas águas da subárea dos Açores na zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa. | Ambiente - regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade da R.A. Açores |
| 05 Abr. | [Portaria n.º 96/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/06900/0174401745.pdf) | Especifica as profissões regulamentadas abrangidas nos setores das obras públicas, transportes e comunicações e designa as respetivas autoridades competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei 9/2009, de 4 de março | Profissões regulamentadas nos setores das obras públicas, transportes e comunicações |
| 10 abr. | [Decreto-Lei n.º 86/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/07100/0177701783.pdf) | Altera o DL 65/97, de 31 de março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas**MP** - altera e introduz aditamento ao DL 65/97; revoga artigos 10º e 17º do DL 65/97, alterado pelo DL 79/2009 | Instalação e o funcionamento recintos com diversões aquáticas |
| 30 abr. | [Portaria n.º 119/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/08400/0233402335.pdf) | Fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar, e revoga a Portaria n.º 57/2011, de 28 de janeiro. **RE** - retificada pelas Dec. Rectificação nos 25/2012 e 27/2012 | Classes habilitação contidas nos alvarás empresas construção |
| 18 mai. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/09700/0259802599.pdf) | Lança o Programa da Indústria Responsável com vista à melhoria do ambiente de negócios, à redução de custos de contexto e à otimização do enquadramento legal e regulamentar relativo à localização, instalação e exploração da atividade industrial | Lançamento do Programa da Indústria Responsável |
| 21 mai. | [Decreto-Lei n.º 110/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/09800/0262202622.pdf) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público. **MP** - altera DL 141/2009; revoga nº 5 do artigo 18º do DL 141/2009 | Regime jurídico das instalações desportivas de uso público |
| 22 mai. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/09900/0269602699.pdf) | Regulamenta o exercício da atividade industrial na Região Autónoma Açores, aprovado pelo Dec. Legislativo Reg. 5/2012/A, de 17 Jan.**MP** - revoga Decreto Regulamentar Reg. 40/92/A e Portaria 28/96. **MS** - alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2013/A. | R.A. Açores - regulamentação exercício atividade industrial |
| 23 mai. | [Dec. Retificação 25/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/10000/0270202702.pdf) | Retifica a Portaria n.º 119/2012, de 30 abril (classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção) | Sector construção - alvarás |
| 23 mai. | [Decreto-Lei n.º 111/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/10000/0270202713.pdf) | Disciplina a intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas e cria a Unidade Técnica de Acompanhamento Projetos**MP** - revogações: 1 - DL 86/2003, sem prejuízo da manutenção em vigor do despacho 13208/2003, até à determinação de nova taxa de desconto real a ser usada na avaliação dos projetos de parceria, sob proposta da Unidade Técnica; 2 - art. 3º, 4º, 6º, 7º, 11º a 13º, 18º, nº 3 do art. 19º, art. 20º a 23º, 32º, 33º, nº 4 do art. 35º e os art. 37º e 38º do DL 185/2002 | Intervenção do Estado nas Parcerias Público-Privadas e criação Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos |
| 30 mai. | [Dec. Retificação 27/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/10500/0283602836.pdf) | Retifica a Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril | Construção - alvarás |
| 31 mai. | [Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/10600/0286402878.pdf) | Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional 7/2012/A, de 1 março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos | R.A. Açores - regime jurídico dos empreendimentos turísticos |
| 08 jun. | [Portaria n.º 181/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/06/11100/0294602961.pdf) | Aprova o Regulamento de Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural e revoga a Portaria n.º 1025/98, de 12 de dezembro | Regulamento Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural |
| 22 jun. | [Decreto-Lei n.º 130/2012](https://dre.pt/application/file/a/178471) | Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do PE e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas | Lei da Água - 2ª alteraç |
| 25 jun. | [Decreto n.º 13/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/06/12100/0317103187.pdf) | Aprova o Protocolo relativo à Avaliação Ambiental Estratégica à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, assinado em Kiev, em 21 de maio de 2003 | Avaliação Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras |
| 12 jul. | [Decreto-Lei n.º 149/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/07/13400/0363903645.pdf) | Procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, de 29 de Jan.**MP** - revogações: são revogados o nº 3 do artigo 2º, o nº 3 do artigo 5º, o nº 4 do artigo 20º, a alínea f) do nº 1 e o nº 7 do artigo 27º, os nos 7, 8, 9 e 10 do artigo 42º, o nº 4 do artigo 58º; o artigo 126º, a alínea j) do nº 2 do artigo 146º, a alínea d) do nº 2 e o nº 3 do artigo 370º e a alínea d) do nº 2 do artigo 454º do Código dos Contratos Públicos - DL 18/2008, de 29 jan. | Código dos Contratos Públicos - sétima alteração |
| 13 jul. | [Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/07/13500/0367303726.pdf) | Estabelece o regime jurídico da qualidade do ar e da proteção da atmosfera.**MP** - revoga o DLR 7/91/A e a Resolução do Conselho do Governo 109/2009 | R.A. Açores - qualidade do ar e proteção da atmosfera |
| 16 jul. | [Dec. Leg. Reg. 33/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/07/13600/0378203787.pdf) | Primeira alteração ao DLR 32/2008/A, de 28 de julho, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Regional | R.A. Açores - Reserva Agrícola |
| 24 jul. | [Decreto-Lei n.º 159/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/07/14200/0388103890.pdf) | Regula a elaboração e implementação dos planos ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização.**MP** - revogações: DL 309/93, de 2 set., alterado pelos DLs 218/94, de 20 ago., 151/95, de 24 jun., e 113/97, de 10 maio; art. 1º do DL 218/95, de 26 ago.; DL 96/2010, de 30 jul.; mantêm-se em vigor planos ordenamento da orla costeira vigentes à data da entrada em vigor deste diploma | Elaboração e implementação dos planos de ordenamento da orla costeira |
| 01 ago. | [Decreto-Lei n.º 169/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/14800/0396904007.pdf) | Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.**MP** - revoga DL 152/2004, de 30 jun., DL 209/2008, de 29 out., alterado pelo DL 24/2010, de 25 mar., e DL 72/2009, 31 mar.**MS** - derrogado pelo DL 165/2014, de 5 nov.; alterado e derrogado pelo Decreto-Lei nº 73/2015, de 11 maio | Sistema Indústria Responsável (exercício atividade industrial, zonas empresariais, etc) |
| 01 ago. | [Decreto-Lei n.º 170/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/14800/0400704025.pdf) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei 39/2010, de 26 de abril, que cria o regime jurídico da mobilidade elétrica**MP** - altera o DL 39/2010 e revoga a alínea m) do nº 1 do artigo 11º. **RE** - retificado pela Declaração de Retificação nº 47/2012. | Regime jurídico da mobilidade elétrica |
| 03 ago. | [Portaria n.º 228/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15000/0408704088.pdf) | Primeira alteração à Portaria 48/2012, de 27 fevereiro, que especifica as profissões regulamentadas abrangidas no setor da energia e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais**MP** - altera a Portaria 48/2012 e revoga as alíneas i), j) e k) do nº 1 do artigo 2º | Profissões regulamentadas do setor da energia |
| 06 ago. | [Decreto-Lei n.º 182/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15100/0411004113.pdf) | Transpõe a Diretiva 2011/18/UE, da Comissão, de 1 março, que altera os anexos II, V e VI da Diretiva 2008/57/CE, do PE e do Conselho, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade, procedendo à 1ª alteração ao DL 27/2011, de 17 fev. | Interoperabilidade do sistema ferroviário na U.E. (DL 27/2011) |
| 08 ago. | [Portaria n.º 235/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15300/0417904179.pdf) | Altera a Portaria 142/2011, de 6 abril, que aprova o Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural**MP** - altera Portaria 142/2011; repristina as normas do Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Gasodutos de Transporte de Gases Combustíveis, aprovado pela Portaria 390/94, de 17 junho | Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural - alterações à Portaria 142/2011 |
| 14 ago. | [Lei n.º 30/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15700/0440004410.pdf) | Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei 157/2006, de 8 agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados**RE** - retificada pela Declaração de Retificação nº 59-B/2012. | Regime jurídico das obras em prédios arrendados |
| 14 ago. | [Lei n.º 32/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15700/0445204483.pdf) | Procede à primeira alteração ao DL 307/2009, de 23 outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.**MP** - altera e introduz aditamento ao DL 307/2009; altera os art. 1424º a 1426º do Código Civil, aprovado pelo DL 47344; revoga o nº 5 do art. 28º, o nº 6 do art. 43º e o nº 2 do art. 59º do DL 307/2009, de 23 out. **MS** - o artigo 6º foi revogado pelo DL 266-B/2012. | Regime jurídico da reabilitação urbana - alteração ao DL 307/2009 |
| 16 ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15800/0449204561.pdf) | Define o regime de coordenação dos âmbitos do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, acompanhamento, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial**MP** - revogações: 1 - DLR 5/91/A, de 8 março; DLR 12/92/A, de 14 maio; DLR 18/92/A, de 14 agosto; DLR 9/96/A, de 14 junho; DLR 18/98/A, de 9 nov.; DLR 14/2000/A, de 23 maio; DLR 11/2002/A, de 11 abril; DLR 38/2002/A, de 3 dez.; DLR 24/2003/A, de 12 maio; DLR 36/82/A, de 9 set.; DLR 35/84/A, de 9 out.; DLR 13/87/A, de 6 maio; DLR 19/88/A, de 20 abril; DLR 22/88/A, de 25 maio; DLR 15/89/A, de 6 maio; DLR 17/89/A, de 10 maio; DLR 37/91/A, de 20 nov.; DLR 46/92/A, de 21 nov.; DLR 22/96/A, de 26 abril; Resolução do Conselho do Governo Regional 138/2000, de 17 ago.; 2 - artigo 2º e anexo II do DLR 43/2008/A, de 8 out. | R.A. Açores - sistema de gestão territorial, regime de uso do solo e regime dos instrumentos de gestão territorial |
| 16 ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 18/2012/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15800/0456604568.pdf) | Estabelece as disposições relativas ao projeto, à construção e à exploração de redes e ramais de distribuição alimentados com gases combustíveis da 3.ª família. **MP** - revoga o Decreto Legislativo Regional 6/2002/M, de 9 abril | R.A. Madeira - redes e ramais de distribuição alimentados com gases combustíveis da 3ª família |
| 16 ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2012/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15800/0456804571.pdf) | Estabelece as normas a que ficam sujeitos os projetos de instalações de gás a incluir nos projetos de construção, ampliação ou reconstrução de edifícios, bem como o regime aplicável à execução da inspeção das instalações | Madeira - projetos instalações de gás a incluir projetos edifícios |
| 05 set. | [Lei n.º 53/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/09/17200/0512405126.pdf) | Aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público. **MP** - revoga o DL 28 468, de 15 fev. 1938. | Arvoredo de interesse público |
| 17 set. | [Dec. Retificação 47/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/09/18000/0523505236.pdf) | Retifica o DL 170/2012, de 1 agosto, que procede à 1ª alteração ao DL 39/2010, de 26 abril | Mobilidade elétrica |
| 30 set. | [Portaria n.º 287/2012](https://dre.pt/application/file/176222) | Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das clínicas e dos consultórios médicos. **MS** - alterada pela Portaria 136-B/2014, de 3 jul. | Clínicas e consultórios médicos |
| 03 out. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/10/19200/0550205527.pdf) | Aprova as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional a nível municipal. **RE** - retificada pela Declaração de Retificação nº 71/2012 | Reserva Ecológica Nac. a nível municipal - delimitação áreas |
| 03 out. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2012](https://dre.pt/application/file/a/175667) | Altera o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela - Forte de São Julião da Barra, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/98, de 19 outubro | Plano Ord. Orla Costeira Cidadela-Forte S Julião Barra |
| 08 out. | [Decreto-Lei n.º 215-A/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/10/19401/0000200045.pdf) | Quinta alteração ao DL 29/2006, de 15 fev., que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional**MP** - revoga: a) DL 182/95, de 27 jul., na redação que lhe foi dada pelos DLs 56/97, de 14 mar., 24/99, de 28 jan., 198/2000, de 24 ago., 69/2002, de 25 março, e 85/2002, de 6 abril; b) DL 69/2002, de 25 março; c) art. 4º do DL 187/95, na redação que lhe foi dada pelo DL 44/97, de 20 fev., que mantém a sua vigência até 31 dez. 2006; altera o DL 29/2006. **RE** - retificado pela Dec. Retificação 74/2012. | Sistema Elétrico Nacional (SEN) - alteração ao DL 29/2006 |
| 08 out. | [Decreto-Lei n.º 215-B/2012](https://dre.pt/application/file/a/588991) | Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e completa a transposição da Diretiva n.º 2009/72/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de eletricidade**MP** - Norma revogatória: 1 - diversas disposições do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 agosto; 2 - seguintes diplomas: a) DL 189/88, de 27 maio; b) DL 312/2001, de 10 dez.; c) DL 33-A/2005, de 16 fev.; d) DL 225/2007, de 31 maio; e) DL 25/2012, de 6 fev. | Sistema Elétrico Nacional (SEN) e regras comuns para o mercado interno de eletricidade |
| 09 out. | [Decreto-Lei n.º 217/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/10/19500/0559505607.pdf) | Procede à quarta alteração ao DL 267/2002, de 26 nov., que estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis**MP** - altera o DL 267/2002, de 26 nov.; são revogados o nº 10 do artigo 12º e o nº 3 do artigo 18º do DL 267/2002, de 26 nov., alterado pelos DLs 389/2007, de 30 nov., 31/2008, de 25 fev., e 195/2008, de 6 out. | Instalações armazenamento produtos petróleo e instalações postos abast. combustíveis |
| 12 out. | [Dec. Retificação 59-B/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/10/19801/0000500005.pdf) | Declaração de retificação à Lei 30/2012, de 14 ago. (regime jurídico das obras em prédios arrendados) | Obras em prédios arrendados |
| 31 out. | [Portaria n.º 358/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/10/21100/0628706288.pdf) | Fixa, para vigorar no ano de 2013, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada | Fixação dos preços da habitação por metro quadrado para 2013 |
| 02 nov. | [Decreto-Lei n.º 239/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/11/21200/0630806346.pdf) | Procede à 1ª alteração ao DL 166/2008, de 22 ago., que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional**MP** - altera e introduz aditamentos ao DL 166/2008; revoga a Portaria 1356/2008, de 28 nov. | Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional - alteração |
| 30 nov. | [Dec. Retificação 71/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/11/23200/0683506859.pdf) | Retifica a Resolução Conselho Ministros 81/2012, de 3 out. (delimitação das áreas integradas na REN a nível municipal) | REN a nível municipal |
| 07 dez. | [Dec. Retificação 74/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/23700/0690006901.pdf) | Retifica o DL 215-A/2012, de 8 out., que procede à quinta alteração ao DL 29/2006, de 15 fev. | Sistema Elétrico Nacional (SEN) |
| 14 dez. | [Portaria n.º 411/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/24200/0706407065.pdf) | Primeira alteração à Portaria n.º 262/2011, de 31 ago., que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches | Instalação e funcionamento creches  |
| 20 dez. | [Portaria n.º 419/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/24600/0720307212.pdf) | Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional | Reserva Ecológica Nacional |
| 28 dez. | [Portaria n.º 424/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/25100/0727707277.pdf) | Fixa em € 482,40 o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2013 | Valor médio construção por metro quadrado (art. 39.º Código IMI) |
| 31 dez. | [Decreto-Lei 266-B/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/25202/0025500258.pdf) | Estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado, e que revoga os Decretos-Leis 156/2006, de 8 agosto, e 161/2006, de 8 Agosto. **MP** - altera o DL 555/99 e revoga os DLs 156/2006, de 8 ago., 161/2006, de 8 ago, e o art. 6º da Lei 32/2012, de 14 ago. | Regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas |
| 31 dez. | [Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M](https://dre.pt/application/file/a/189470) | Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013. **MP** - altera o DLR 34/2008/M (adapta à R.A. Madeira o Código dos Contratos Públicos) | Orçamento da R.A. Madeira 2013 - altera DLR 34/2008/M (CCP) |

|  |  |
| --- | --- |
| 2013 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 02 jan. | [Dec. Leg. Reg. 1/2013/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/01/00100/0000900014.pdf) | Primeira alteração ao Dec. Legislativo Regional 15/2005/M, de 9 ago., que procede à classificação das estradas da rede viária regional | Rede viária da R.A. Madeira |
| 08 fev. | [Lei n.º 15/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/02800/0076000769.pdf) | Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do DL 92/2010, de 26 jul., que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/123/CE, do P.E. e do Conselho, de 12 dez. 2006, relativa aos serviços no mercado interno**MP** - revoga: a) DL 211/2004, de 20 ago., alterado pelo DL 69/2011, de 15 jun.; b) Portaria 1324/2004, de 19 out.; c) Portaria 1326/2004, de 19 out.; d) Portaria 1327/2004, de 19 out.; e) Portaria 66/2005, de 25 jan.; f) Despacho conjunto 707/2004, de 3 dez. | Regime jurídico da atividade de mediação imobiliária |
| 18 fev. | [Decreto Legislativo Regional n.º 8/2013/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/03400/0099401024.pdf) | Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2009/M, de 25 de setembro, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial na Região Autónoma da Madeira | R.A. Madeira - 1ª alteração reg. exercício atividade industrial |
| 19 fev. | [Portaria n.º 79/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/03500/0106301065.pdf) | Fixa, para vigorar em 2013, o preço da habitação por metro quadrado de área útil, bem como as condições de alienação e a fórmula de cálculo do preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados | Preço da habitação por metro quadrado de área útil - 2013 |
| 27 fev. | [Portaria n.º 85/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/04100/0113801139.pdf) | Primeira alteração à Portaria 701-F/2008, de 29 jul. que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal Contratos Públicos). **Vigência Condicionada** | Portal Contratos Públicos - 1ª alteração Portaria 701-F/2008 |
| 08 mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 11/2013/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/03/04800/0128201289.pdf) | Estabelece o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais**MP** - revoga DLR 1/2006/M, de 3 jan. e Portarias 13/2006, de 14 fev. 2007 e 8/2012, 31 jan. | R.A. Madeira - estabel. comércio a retalho e conjuntos comerciais |
| 15 mar. | [Decreto-Lei n.º 38/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/03/05300/0164101655.pdf) | Regula o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013, concluindo a transposição da Diretiva n.º 2009/29/CE, do PE e do Conselho, de 23 de abril de 2009, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa. **MP** - revogações: DL 233/2004, de 14 dez., alterado pelos DLs 243-A/2004, 31 dez., 230/2005, 29 dez., 72/2006, 24 mar., 154/2009, 6 jul., 30/2010, 8 abr., 93/2010, 27 jul., e 252/2012, 26 nov. | Ambiente - regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013 |
| 18 mar. | [Decreto-Lei n.º 39/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/03/05400/0169101709.pdf) | Procede à primeira alteração ao DL 141/2010, de 31 dez., que estabelece as metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final e transpõe a Diretiva n.º 2009/28/CE, do PE e do Conselho, de 23 abril. **MS** - alterado pelo DL 68-A/2015, de 30 abril | Metas nacionais de utilização de energia renovável |
| 27 mar. | [Portaria n.º 121/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/03/06100/0188101882.pdf) | Regulamenta o procedimento dos pedidos, comunicações e notificações no âmbito do licenciamento da atividade de produção em cogeração | Atividade produção em cogeração |
| 10 abr. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/04/07000/0202202091.pdf) | Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020. **MP** - revoga Resoluções Conselho Ministros 80/2008, de 20 maio, e 29/2010, de 15 abril | Eficiência Energética e Energias Renováveis |
| 14 jun. | [Decreto-Lei n.º 81/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/06/11300/0330403329.pdf) | Aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária e altera os DLs 202/2004, de 18 de agosto, e 142/2006, de 27 de julho**MP** - revoga: a) alínea z) do art. 2º e o nº 3 do art. 3º do DL 142/2006, de 27 julho, alterado pelos DLs 214/2008, de 10 nov., 316/2009, de 29 out., 85/2012, de 5 abril e 260/2012, de 12 dez.; b) DL 214/2008, de 10 nov., alterado pelos DLs 316/2009, de 29 out., 78/2010, de 25 junho, 45/2011, de 25 março, 107/2011, de 16 nov., e 59/2013, de 8 de maio. **MS** - derrogado pelo DL 165/2014, de 5 nov. | Regime de exercício da atividade pecuária |
| 10 jul. | [Lei n.º 47/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/07/13100/0397304004.pdf) | Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas. **MP** - altera e introduz aditamento ao DL 123/2009; revoga diversas disposições do mesmo diploma | Redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas |
| 11 jul. | [Decreto-Lei n.º 92/2013](https://dre.pt/application/file/a/497932) | Define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. **MS** - alterado pelo DL 72/2016 | Água, efluentes e resíduos sólidos -sistemas multimunicipais |
| 01 ago. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2013/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/14700/0453404534.pdf) | Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2012/A, de 22 de maio, que aprova o Regulamento do Exercício da Atividade Industrial na Região Autónoma dos Açores | Exercício da Atividade Industrial na Região Autónoma dos Açores |
| 06 ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2013/M](https://dre.pt/application/file/a/498422) | Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M de 31 dez. que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013**MP** - altera o DLR 34/2008/M (adapta à R.A. Madeira o Código dos Contratos Públicos) | Orçamento R.A. Madeira 2013 - altera o DLR 34/2008/M (CCP)o |
| 20 ago. | [Lei n.º 58/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/15900/0492304926.pdf) | Aprova os requisitos de acesso e exercício da atividade perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da Lei 9/2009, de 4 março, que transpôs a Diretiva 2005/36/CE, do PE e do Conselho, de 7 set. 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais | Atividade perito qualificado para certificação energética e técnico instalação e manutenção edifícios |
| 20 ago. | [Decreto-Lei n.º 118/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/15900/0498805005.pdf) | Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 maio 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios**MP** - revogações: 1 - DLs 78/2006, de 4 abril; 79/2006, de 4 abril; e 80/2006, de 4 abril.; 2 - a revogação de alguns diplomas e de preceitos de vários artigos e anexos de diversos diplomas (consultar texto do DL ) produz efeitos a partir da entrada em vigor de diploma que regular a mesma matéria. **RE** - rectificado pela Dec. Rectificação 41/2013, de 17 out.**MS** - derrogado pelo DL 194/2015, de 14 set.; alterado e derrogado pelos Decretos-Leis nos 251/2015, de 25 nov., e 28/2016, de 23 jun. | Sistema Certificação Energética Edifícios; Regul. Desempenho Energético Edifícios Habitação / Comércio e Serviços |
| 21 ago. | [Decreto-Lei n.º 120/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16000/0504705048.pdf) | Aprova o regime excecional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respetivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização, previstos nos artigos 58.º, 59.º, 71.º e 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro | Regime excecional extensão prazos para execução obras, caducidade licença ou admissão comunicação |
| 30 ago. | [Decreto-Lei n.º 125/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16700/0527905318.pdf) | Altera o Código do Registo Predial, aprovado pelo DL 224/84, de 6 julho, o DL 263-A/2007, de 23 julho e o Código do Notariado, aprovado pelo DL 207/95, de 14 agosto. **MP** - além das alterações referidas, revoga diversas disposições do DL 224/84 | Código do Registo Predial - alterações |
| 30 ago. | [Portaria n.º 283/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16700/0532105323.pdf) | Altera as Portarias n.os 621/2008, de 18 julho, que regulamenta os pedidos de registo predial, 1535/2008, de 30 de dezembro, que regulamenta o depósito eletrónico de documentos particulares autenticados e o pedido online de atos de registo predial e 99/2008, de 31 de janeiro, que regulamenta a promoção online de atos de registo de veículos, a certidão online de registo de veículos, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por atividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com carácter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção online do registo da penhora de veículos. **MP** - além das alterações acima referidas, revoga: a) alínea b) do art. 1°, o n° 5 do art. 2° e o art. 6° da Portaria 621/2008; b) nos 3 e 5 do art. 22° da Portaria 99/2008 | Pedidos registo predial / depósito eletrónico doc. particulares autenticados e pedido online de atos registo predial |
| 30 ago. | [Decreto-Lei n.º 127/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16700/0532405389.pdf) | Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 nov. 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição)**MP** - revogações: a) DL 242/2001, de 31 ago., alterado pelos DLs 181/2006, de 6 set., e 98/2010, de 11 ago.; b) DL 178/2003, de 5 ago., alterado pelo DL 60/2012, de 14 mar.; c) DL 85/2005, de 28 abril, alterado pelos DLs 178/2006, de 5 set., e 92/2010, de 26 julho; d) alínea m) do art. 32º e o art. 56º do DL 178/2006, de 5 set., alterado pelo DL 173/2008, de 26 ago., pela Lei 64-A/2008, de 31 dez., e pelos DLs 183/2009, de 10 ago., e 73/2011, de 17 junho, na data de entrada em vigor da portaria prevista no n.º 1 do artigo 116.º; e) DL 173/2008, de 26 ago., alterado pelo DL 60/2012, de 14 março; f) Portaria 1147/94, de 28 dez.; g) Os VLE constantes dos anexos II e III da Portaria 677/2009, de 23 junho, aplicáveis às instalações de combustão com potência térmica nominal superior a 50 MWth; h) anexo B do Despacho 79/95, publicado no DR, 2.ª série, n.º 10, de 12 jan. 1996. **RE** - rectificado pela Dec. Rectificação 45-A/2013, de 29 out. | Ambiente - regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição |
| 10 set. | [Decreto-Lei n.º 130/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/09/17400/0566405668.pdf) | Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 305/2011 do P.E. e Conselho, de 9 março 2011, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Diretiva 89/106/CEE, de 21/12/1988**MP** - revoga o DL 113/93, de 10 abril, alterado pelos DLs 139/95, de 14 junho, 374/98, de 24 nov., e 4/2007, de 8 jan. | Comercialização dos produtos de construção (aplicação do Regulamento da UE n.º 305/2011) |
| 07 out. | [Decreto-Lei n.º 136/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/10/19300/0604006049.pdf) | Procede à segunda alteração ao DL 108/2010, de 13 out., que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Diretiva n.º 2008/56/CE | Ambiente - bom estado ambiental do meio marinho |
| 17 out. | [Dec. Retificação 41/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/10/20100/0613006130.pdf) | Retifica o DL 118/2013, de 20 ago., que aprova o Sistema Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços | Certificação e desempenho energético de edifícios |
| 29 out. | [Dec. Retificação 45-A/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/10/20902/0000400007.pdf) | Retifica o DL 127/2013, de 30 agosto (regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição…) | Prevenção e controlo da poluição |
| 31 out. | [Decreto-Lei n.º 151-B/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/10/21102/0000600031.pdf) | Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. **MP** - revoga o DL 69/2000, de 3 maio, alterado pelo DL 197/2005, de 8 nov.**MS** - 4 alterações: 1 - DL 47/2014, de 18 março; 2 - 179/2015, de 27 ago.; 3 - Lei n.º 37/2017, de 2 junho; 4 - DL 152-B/2017, de 11 dez. | Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental de projetos públicos e privados |
| 21 nov. | [Lei n.º 78/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/11/22600/0651906519.pdf) | 1ª alteração à Lei 54/2005, de 15 nov., que estabelece a titularidade dos recursos hídricos | Titularidade dos recursos hídricos |
| 29 nov. | [Portaria n.º 349-A/2013](https://dre.pt/application/file/647193) | Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ).**MS** - alterada pelas Portarias nos 115/2015, de 24 abr., e 39/2016, de 7 março | Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) |
| 29 nov. | [Portaria n.º 349-B/2013](https://dre.pt/application/file/647194) | Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.**MS** - alterada pelas Portarias nos 379-A/2015, de 22 out., e 319/2016, de 15 dez. | Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) |
| 02 dez. | [Portaria n.º 349-C/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/23302/0002000039.pdf) | Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização. **MS** - alterada pela Portaria nº 405/2015, de 20 nov. **RE** - rectificado pela Dec.Rectificação nº 4/2014, de 31 jan. | Desempenho energético de edifícios |
| 02 dez. | [Portaria n.º 349-D/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/23302/0004000073.pdf) | Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.**RE** - rectificada pela Dec. Rectificação nº 3/2014, de 31 jan.; **MS** - alterada pela Portaria n.º 17-A/2016, de 4 fev. | Desempenho energético edifícios: requisitos de conceção |
| 04 dez. | [Portaria n.º 353/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/23500/0664406644.pdf) | Fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada | Fixação, para vigorar em 2014, dos preços da habitação por m2 |
| 04 dez. | [Portaria n.º 353-A/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/23501/0000200009.pdf) | Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.**RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação nº 2/2014, de 31 jan. | Desempenho energético edifícios comércio e serviços (RECS) |
| 20 dez. | [Portaria n.º 364/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/24700/0685906862.pdf) | Estabelece o conteúdo desenvolvido dos planos de ordenamento florestal (PROF) | Planos de ordenamento florestal |
| 27 dez. | [Portaria n.º 370/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/25100/0697706977.pdf) | Fixa o valor médio de construção por metro quadrado a vigorar no ano de 2014 | Fixação do valor médio de construção por m2 em 2014 |

|  |  |
| --- | --- |
| 2014 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 14 jan. | [Portaria n.º 8/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/00900/0012100154.pdf) | Primeira alteração à Portaria n.º 615/2010, de 3 de agosto, que estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das unidades privadas que tenham por objeto a prestação de serviços médicos e de enfermagem em obstetrícia e neonatologia | Unidades de prestação serviços obstetrícia e neonatologia (inclui normas sobre instalações) |
| 23 jan. | [Decreto-Lei n.º 15/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/01600/0048000505.pdf) | Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. **RE** - rectificado pela Declaração Rectificação nº 19/2014, de 24 março | Empreendimentos turísticos - (alterações) |
| 31 jan. | [Dec. Retificação 2/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/02200/0076100762.pdf) | Retifica a Portaria 353-A/2013 de 4 dez. (desempenho energético de edifícios) | Desempenho energético de edifícios |
| 31 jan. | [Dec. Retificação 3/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/02200/0076200762.pdf) | Retifica a Portaria 349-D/2013, de 2 dez. (desempenho energético de edifícios) | Desempenho energético de edifícios |
| 31 jan. | [Dec. Retificação 4/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/02200/0076200763.pdf) | Retifica a Portaria 349-C/2013, de 2 dez. (desempenho energético de edifícios) | Desempenho energético edifícios |
| 12 fev. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/02/03000/0131001336.pdf) | Adota a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.**MP** - revoga a Resolução do Conselho Ministros 163/2006, de 12 dez. | Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 |
| 14 fev. | [Decreto-Lei n.º 23/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/02/03200/0137901389.pdf) | Aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização bem como o regime de classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos, conformando-o com a disciplina do DL 92/2010, de 26 julho, que transpôs a Diretiva 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12/12/2006, relativa aos serviços no mercado interno**MP** - revogações: a) DL 396/82, de 21 set., alterado pelos DLs 116/83, de 24 fev., e 456/85, de 29 out.; b) n.os 2 e 3 do art. 3.º, artigos 4º e 7º, e o nº 1 do art. 14.º, do DL 39/88, de 6 fev., alterado pelo DL 121/2004, de 21 maio; c) DL 315/95, de 28 nov., alterado pelo DL 309/2002, de 16 dez.; d) artigo 59º do DL 227/2006, de 15 nov. **RE** - retificado pela Declaração de Retificação 26/2014, de 14 abril | Instalação e fiscalização de recintos fixos destinados à realização de espetáculos de natureza artística |
| 04 mar. | [Decreto-Lei n.º 33/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/04400/0168801701.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 57/2013, de 14 de agosto, procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regime contraordenacional**MP** - revogações: a) capítulo IV do DL 133-A/97, de 30 maio, alterado pelos DLs 268/99, de 15 julho, e 64/2007, de 14 março; b) nº 2 do art. 15º, nº 2 do art. 18.º, n.º 3 do art. 31.º, os artigos 43º e 45º do DL 64/2007, de 14 março, alterado e republicado pelo DL 99/2011, de 28 set.; altera e introduz aditamento ao Decreto-Lei 64/2007 | Regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização de estabelecimentos de apoio social - alterações |
| 18 mar. | [Decreto-Lei n.º 41/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/05400/0206902072.pdf) | Transpõe a Diretiva 2013/9/UE, da Comissão, de 11 março, que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade, procedendo à segunda alteração ao DL 27/2011, de 17 fev. | Interoperabilidade do sistema ferroviário europeu |
| 24 mar. | [Dec Retificação 19/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/05800/0216002160.pdf) | Retifica o DL 15/2014, de 23 jan. (empreendimentos turísticos) | Empreendimentos turísticos |
| 24 mar. | [Decreto-Lei n.º 47/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/05800/0216102163.pdf) | Procede à primeira alteração ao DL 151-B/2013, de 31 out., que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE | Avaliação de impacte ambiental de projetos públicos e privados |
| 08 abr. | [Decreto-Lei n.º 53/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/04/06900/0233702340.pdf) | Estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional | Reabilitação de edifícios e fracções para habitação |
| 10 abr. | [Lei n.º 17/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/04/07100/0235802362.pdf) | Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional**MP** - revogações: normas constantes da Lei 58/2005, de 29 dez., republicada pelo DL 130/2012, de 22 junho, do DL 226-A/2007, de 31 maio, e da respetiva legislação complementar, que sejam contrárias ao disposto na presente lei, consideram-se derrogadas com a entrada em vigor da legislação complementar prevista no artigo 30.º | Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional |
| 14 abr. | [Lei n.º 19/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/04/07300/0240002404.pdf) | Define as bases da política de ambiente. **MP** - revoga a Lei 11/87, de 7 abril, alterada pela Lei 13/2002 | Lei de Bases da Política de Ambiente |
| 14 abr. | [Dec. Retificação 26/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/04/07300/0240402405.pdf) | Retifica o DL 23/2014, de 14 fev. (instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à realização de espetáculos) | Recintos realização espetáculos |
| 07 mai. | [Decreto-Lei n.º 66/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/05/08700/0266902670.pdf) | Procede à 2ª alteração ao DL 39/2001, de 9 fev., que aprova o programa SOLARH, no sentido de permitir que os reembolsos dos empréstimos possam ser destinados à concessão de financiamento no âmbito de outros programas de apoio à reabilitação e reconstrução urbana | Reabilitação e reconstrução urbana - programa SOLARH |
| 13 mai. | [Decreto-Lei n.º 75/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/05/09100/0276902781.pdf) | Procede à 2ª alteração ao DL 75/2006, de 27 março, que estabelece os requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e da rede rodoviária nacional e procede à transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º 2004/54/CE, do P.E. e do Conselho, de 29/04/2004 | Requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária |
| 27 mai. | [Decreto-Lei n.º 85/2014](https://dre.pt/application/file/a/25346168) | Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono. **MP** - altera o Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 ago. | Substâncias que empobrecem a camada de ozono |
| 29 mai. | [Decreto-Lei n.º 87/2014](http://www.dre.pt/pdf1s/2014/05/10300/0298302985.pdf) | Estabelece o regime jurídico aplicável à exploração de áreas de serviço e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis. **MP** - são revogadas as normas, legais ou regulamentares, que colidam com o disposto neste decreto-lei, bem como: a) alínea l) do nº 1.º do art. 15º do DL 13/71, de 23 jan., alterado pelos Decretos-Leis 219/72, de 27 junho, 260/2002, de 23 nov., 25/2004, de 24 janeiro, e 175/2006, de 28 agosto; b) Decreto-Lei 173/93, de 11 maio; c) Portaria 75-A/94, de 16 abril; d) Despacho SEOP 37-XII/92, de 27 nov., publicado no DR, 2.ª Série, n.º 294 | Exploração de áreas de serviço e licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis |
| 30 mai. | [Lei n.º 31/2014](http://www.dre.pt/pdf1s/2014/05/10400/0298803003.pdf) | Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.**MP** - revoga: a) Lei 48/98, de 11 ago., alterada pela Lei 54/2007, de 31 ago.; b) DL 794/76, de 5 nov., alterado pelos DLs 313/80, de 19 ago., 400/84, de 31 dez., e 307/2009, de 23 out.; c) DL 181/70, de 28 abr.; d) DL 152/82, de 3 maio, alterado pelo DL 210/83. **MS** - alterada pela Lei 74/2017, de 16 ago. | Política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo |
| 19 jun. | [Lei n.º 34/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/06/11600/0315803160.pdf) | Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.**MP** - altera a Lei 54/2005; revoga o n.º 6 do art. 23.º da Lei 54/2005, de 15 nov., alterada pela Lei 78/2013, de 21 nov. | Titularidade recursos hídricos |
| 03 jul. | [Portaria n.º 136-B/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/07/12601/0001500027.pdf) | Primeira alteração à Portaria nº 287/2012, de 20 set., que estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das clínicas e dos consultórios médicos | Clínicas e consultórios médicos - requisitos mínimos |
| 12 ago. | [Portaria n.º 156/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/08/15400/0418804190.pdf) | Fixa, para vigorar em 2014, o preço da habitação por metro quadrado de área útil, bem como as condições de alienação e a fórmula de cálculo do preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados | Sector da construção - preço da habitação por metro quadrado |
| 21 ago. | [Portaria n.º 167/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/08/16000/0438204392.pdf) | Estabelece os requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades privadas que prossigam atividades laboratoriais de genética médica e, bem assim dos respetivos postos de colheitas | Unidades privadas de atividades laboratoriais de genética médica |
| 21 ago. | [Portaria n.º 167-A/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/08/16001/0000200005.pdf) | Primeira alteração à Portaria n.º 268/2010, de 12 de maio, que estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das clínicas e dos consultórios dentários | Clínicas e consultórios dentários - alteração à Portaria 268/2010 |
| 22 ago. | [Decreto-Lei n.º 127/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/08/16100/0441604421.pdf) | Estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde. **MP** - Revoga: a) DL 279/2009, de 6 out., alterado pelo DL 164/2013, de 6 dez.; b) alínea f) do n.º 2 do art. 19.º do DL 124/2011, de 29 dez.; c) alínea q) do n.º 2 do art. 3.º do DL 22/2012, de 30 jan.; d) Portaria 406/2012, de 12 dez. **RE** - retificado pela Declaração de Retificação n.º 39/2014, de 12 set. | Estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde |
| 05 set. | [Portaria n.º 172/2014](https://dre.pt/application/file/56474892) | Estabelece a composição, o modo de funcionamento e as atribuições do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental | Avaliação de Impacte Ambiental |
| 09 set. | [Decreto-Lei n.º 136/2014](https://dre.pt/application/file/56501780) | Procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei 555/99, de 16 dez., que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação**MP** - procede à 13ª alteração ao DL 555/99 (16 dez.), à 2ª alteração ao DL 307/2009 (23 out.), e à 1ª alteração ao DL 163/2006 (8 ago.)**RE** - retificado pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 5 nov. | Regime jurídico da urbanização e edificação - 13ª alteração |
| 10 set. | [Portaria n.º 174/2014](https://dre.pt/application/file/56720877) | Define as condições de instalação e funcionamento a que devem obedecer as unidades de internamento e de ambulatório e as condições de funcionamento das equipas de gestão de altas e as equipas de cuidados continuados integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados**MP** - revoga: a) números 2, 3 e 14 e o Anexo I da Portaria 1087-A/2007, de 5 set.; b) despacho 19040/2006, dos Secretários de Estado da Segurança Social e Adjunta e da Saúde, de 19 set.; c) despacho 6359/2011, de 13 abril; d) números 2, 3 e 4 do despacho 7968/2011, de 2 junho. | Unidades de internamento e de ambulatório - condições de instalação e funcionamento |
| 12 set. | [Dec. Retificação 39/2014](https://dre.pt/application/file/56747579) | Retifica o Decreto-Lei 127/2014, de 22 agosto (abertura, modificação e funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde) | Estabelecimentos cuidados saúde |
| 12 set. | [Portaria n.º 182/2014](https://dre.pt/application/file/56747582) | Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das terapêuticas não convencionais | Terapêuticas não convencionais |
| 17 set. | [Portaria n.º 187-A/2014](https://dre.pt/application/file/56932777) | Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental.**MP** - revoga a Portaria 187/2007, de 12 fev., bem como o Despacho 3227/2010, de 22 fev., relativamente à sua aplicação a Portugal Continental. | PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos |
| 19 set. | [Decreto-Lei n.º 141/2014](https://dre.pt/application/file/57119577) | Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional. **MP** - 1 - são revogadas diversas disposições do DL 193/95, de 28 julho, alterado pelos DL 52/96, de 18 maio, 59/2002, de 15 março, 202/2007, de 25 maio, 180/2009, de 7 ago., e 84/2011, de 20 junho. 2 - é revogado o Decreto Regulamentar 10/2009, de 29 maio. | Produção cartográfica no território nacional - alteração |
| 05 nov. | [Decreto-Lei n.º 165/2014](https://dre.pt/application/file/58752648) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 45/2014 (16 jul.), estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo**MP** - altera o DL 73/2011, de 17 jun.; revoga: a) n.º 5 do art. 11.º do DL 169/2012, de 1 ago.; b) art. 57º a 64º do DL 81/2013, de 14 jun. | Estabelecimentos e explorações de diversas atividades |
| 05 nov. | [Dec. Retificação 46-A/2014](https://dre.pt/application/file/58820005) | Retifica o DL 136/2014, de 9 set. (regime jurídico da urbanização e edificação) | Regime jur. urbanização e edificação |
| 18 dez. | [Decreto-Lei n.º 179/2014](https://dre.pt/application/file/65943684) | Procede à 3ª alteração ao DL 27/2011, de 17 fev., transpondo a Diretiva 2014/38/UE, da Comissão, de 10/03/2014, que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE, do P.E. e Conselho, de 17/06/2008, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade, no que respeita à poluição sonora | Ferrovia - interoperabilidade do sistema ferroviário na U.E. |
| 26 dez. | [Decreto-Lei n.º 182/2014](https://dre.pt/application/file/65990838) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais. **MP** - altera o DL 21/2009, de 19 jan.; revoga o n.º 2 do art. 6.º, a alínea e) do n.º 2 do artigo 11.º, a alínea c) do n.º 7 e o n.º 8 do artigo 23.º do DL 21/2009, de 19 jan. | Estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais (alterações) |
| 30 dez. | [Portaria n.º 280/2014](https://dre.pt/application/file/66005957) | Fixa o valor médio de construção por metro de quadrado a vigorar no ano 2015 | Fixação valor médio construção por metro quadrado - ano 2015 |

|  |  |
| --- | --- |
| 2015 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 16 jan. | [Decreto-Lei n.º 10/2015](https://dre.pt/application/file/a/66229902) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo**MP** – alterações:Altera os Decretos-Leis n.os 48/96, de 15 maio, 8/2007, de 17 janeiro, 70/2007, de 26 março, 48/2011, de 1 abril; altera a Lei n.º 13/2013, de 31 jan.**MP** – revogações:a) Lei n.º 33/2008, de 22 julho; b) Lei n.º 13/2011, de 29 abril; c) algumas disposições da Lei n.º 13/2013, de 31 janeiro; d) Lei n.º 27/2013, de 12 abril; e) DL n.º 340/82, de 25 agosto; f) algumas disposições do DL n.º 48/96, de 15 maio, alterado pelos DLs 126/96, de 10 agosto, 111/2010, de 15 outubro e 48/2011, de 1 abril; g) DL 205/2005, de 28 novembro; h) algumas disposições do DL 70/2007, de 26 março; i) DL 259/2007, de 17 julho, alterado pelos DL 209/2008, de 29 outubro, e 48/2011, de 1 abril; j) DL n.º 177/2008, de 26 agosto; k) DL n.º 21/2009, de 19 janeiro, alterado pelo DL n.º 182/2014, de 26 dezembro; l) alguns artigos do DL 109/2010, de 14 outubro, alterado pela Lei n.º 13/2011, de 29 abril; m) diversas disposições do Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 abril, alterado pelo DL 141/2012, de 11 julho; n) DL n.º 173/2012, de 2 agosto; o) DL 174/2012, de 2 agosto, com exceção do artigo 3.º; p) Portaria n.º 154/96, de 15 maio; q) Portaria n.º 1111/2008, de 3 outubro; r) Portaria n.º 417/2009, de 16 abril; s) Portaria n.º 418/2009, de 16 abril; t) A Portaria n.º 1237-A/2010, de 13 dezembro; u) Portaria n.º 215/2011, de 31 maio; v) algumas disposições da Portaria n.º 239/2011, de 21 junho; w) alguns artigos do regulamento de utilização, identificação e instalação de gás de petróleo liquefeito ou gás natural comprimido e liquefeito em veículos aprovado pela Portaria n.º 207 -A/2013, de 25 de junho. | Regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração |
| 16 fev. | [Lei n.º 14/2015](https://dre.pt/application/file/66528734) | Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.**MP** - revogações: a) DL 229/2006, de 24 nov.; b) Decreto Regulamentar 31/83, de 18 abril; c) artigos 16.º e 17.º do anexo I e os anexos II e III da Portaria 662/96, de 14 nov.; d) Portaria 558/2009, de 27 maio | Requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas |
| 16 fev. | [Lei n.º 15/2015](https://dre.pt/application/file/66528735) | Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**MP** - altera o art. 18º do Decreto-Lei 267/2002, de 26 nov.; revogações: a) art. 5.º do Anexo I do DL 263/89, de 17 ago., alterado pelo DL 232/90, de 21 julho; b) art. 10.º e 17.º do DL 125/97, de 23 maio, alterado pelo DL 389/2007, de 30 nov.; c) n.º 7 do art. 13.º e os n.os 2 e 4 do art. 18.º do DL 267/2002, de 26 nov., alterado pelos DLs 389/2007, de 30 nov., 31/2008, de 25 fev., 195/2008, de 6 out., e 217/2012, de 9 out.; d) Portaria 162/90, de 28 fev.; e) art. 6.º do Anexo II da Portaria 362/2000, de 20 junho, alterada pela Portaria 1358/2003, de 13 dez.; f) Portaria 82/2001, de 8 fev.; g) Portaria 1211/2003, de 16 out., alterada pela Portaria 419/2009, de 17 abril; h) Portaria 314/2009, de 30 março; i) Portaria 422/2009, de 21 abril; j) Portaria 190/2012, de 15 junho; k) Portaria 191/2012, de 18 junho | Requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos |
| 27 fev. | [Portaria n.º 54/2015](https://dre.pt/application/file/66622092) | Fixa as regras da localização, classificação, composição e funcionamento das áreas de serviço inseridas em zona de domínio público rodoviário e dos postos de abastecimento que sejam marginais às estradas que constituem a Rede Rodoviária Nacional, assim como as estradas regionais e estradas desclassificadas sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, S. A. | Áreas de serviço e postos de abastecimento |
| 02 mar. | [Portaria n.º 59/2015](https://dre.pt/application/file/66639423) | Define as condições de organização, funcionamento e instalação de estabelecimentos residenciais, designados por lar residencial e residência autónoma. **MP** - revoga o Despacho Normativo n.º 28/2006, de 3 de maio | Lares residenciais e residências autónomas |
| 05 mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A](https://dre.pt/application/file/66663767) | Estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios na Região Autónoma dos Açores**MP** - revoga os artigos 26.º a 30.º e 42.º a 47.º do Decreto Legislativo Regional 27/2005/A, de 10 nov., alterado pelo Decreto Legislativo Regional 23/2010/A, de 30 junho, e o Decreto Legislativo Regional 25/92/A, de 27 outubro. | Região Autónoma dos Açores - regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios |
| 09 mar. | [Portaria n.º 68/2015](https://dre.pt/application/file/66696177) | Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e ou ampliação, de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos, de revelação e aproveitamento de massas minerais, de aproveitamento de depósitos minerais e instalações de resíduos da indústria extrativa | Estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de gestão resíduos, etc |
| 10 mar. | [Decreto-Lei n.º 37/2015](https://dre.pt/application/file/66702042) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais. **MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 julho | Regime de acesso e exercício de profissões e atividades prof. |
| 12 mar. | [Decreto-Lei n.º 38/2015](https://dre.pt/application/file/66734680) | Desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional**MS** - alterado pelo Decreto-Lei nº 139/2015, de 30 jul. | Espaço Marítimo Nacional |
| 16 mar. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015](https://dre.pt/application/file/66763017) | Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020 | Plano Nacional Gestão Resíduos para o horizonte 2014-2020 |
| 27 mar. | [Decreto-Lei n.º 43/2015](https://dre.pt/application/file/66857541) | Procede à primeira alteração ao DL 102/2010, de 23 set., que estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo as Diretivas n.os 2008/50/CE, do PE e do Conselho, de 21 maio, e 2004/107/CE, do PE e do Conselho, de 15 dez. | Regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente |
| 10 abr. | [Portaria n.º 104-A/2015](https://dre.pt/application/file/66963908) | Identifica os elementos que devem acompanhar o pedido de autorização conjunta para a instalação ou alteração significativa das grandes superfícies comerciais, não inseridas em conjuntos comerciais, e dos conjuntos comerciais | Grandes superfícies comerciais e conjuntos comerciais |
| 16 abr. | [Decreto Legislativo Regional n.º 12/2015/A](https://dre.pt/application/file/66991459) | Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores | R.A. Açores - normas para o exercício da atividade industrial  |
| 22 abr. | [Portaria n.º 113/2015](https://dre.pt/application/file/67051498) | Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 232/2008, de 11 de março. | Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - elementos instrutórios |
| 24 abr. | [Portaria n.º 115/2015](https://dre.pt/application/file/67072149) | Primeira alteração à Portaria 349-A/2013, de 29 nov. (competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE); atividades dos técnicos do SCE; categorias de edifícios; tipos de pré-certificados e certificados SCE; taxas de registo no SCE; critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE; registo individual do Perito Qualificado) | Sistema de Certificação Energética dos Edifícios - 1ª alteração à Portaria 349-A/2013 |
| 27 abr. | [Lei n.º 34/2015](https://dre.pt/application/file/67085466) | Aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional**MP** - revoga o Decreto-Lei 13/94, de 15 jan., que estabelece faixas com sentido *non aedificandi* junto das estradas nacionais, e diversos diplomas relativos a concessões de auto-estradas (consultar texto do diploma). **MS** - alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 dez. (OE 2017) | Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional |
| 30 abr. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2015](https://dre.pt/application/file/67124176) | Aprova o Compromisso para o Crescimento Verde | Compromisso para o Crescimento Verde |
| 30 abr. | [Decreto-Lei n.º 68-A/2015](https://dre.pt/application/file/a/67123417) | Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética**MP -** alterações: 1 - altera os anexos III e IV e introduz aditamentos no DL 23/2010, de 25 março, alterado pela Lei 19/2010, de 23 agosto; 2 - altera o DL 39/2013, de 18 março; 3 - altera o DL 141/2010, de 31 dez.; revogações:a) Decreto-Lei n.º 319/2009, de 3 nov., sem prejuízo do disposto no número seguinte; b) n.os 1 a 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 63/2011, de 9 maio; c) disposições de diversos artigos do Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 março | Eficiência energética e produção em cogeração |
| 11 mai. | [Decreto-Lei n.º 73/2015](https://dre.pt/application/file/67188488) | Procede à primeira alteração ao Sistema da Indústria Responsável, aprovado em anexo ao DL 169/2012, de 1 ago.**MP** - altera e revoga diversos artigos do SIR - DL 169/2012, de 1 ago. **RE** - rectificado pela Dec. Rectificação nº 29/2015, de 15 jun. | Sistema da Indústria Responsável - primeira alteração |
| 11 mai. | [Decreto-Lei n.º 75/2015](https://dre.pt/application/file/67188490) | Aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental.**MP** - altera o art. 42º do DL 178/2006, de 5 set.; revoga os n.os 3 e 4 do art. 42.º do DL 178/2006, de 5 set., alterado pelos DLs 64-A/2008, de 31 dez., 183/2009, de 10 ago., e 73/2011, de 17 jun. **RE** - rectificado pela Dec. Rectificação nº 30/2015, de 18 jun. | Regime de Licenciamento Único de Ambiente (emissão do título único ambiental) |
| 14 mai. | [Decreto-Lei n.º 80/2015](https://dre.pt/application/file/67212910) | Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo DL 380/99, de 22 set.**MP** - revogações: a) DL 380/99, de 22 set.; b) art. 28.º a 31.º do DL 166/2008, de 22 ago., alterado pelos DLs 239/2012, de 2 nov., e 96/2013, de 19 julho; c) Portaria 137/2005, de 2 fev.; d) Portaria 138/2005, de 2 fev., alterada pelo DL 9/2007, de 17 jan. | Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial |
| 21 mai. | [Decreto-Lei n.º 84/2015](https://dre.pt/application/file/67250343) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica.**MP** - altera o DL 180/2009; revoga as alíneas d), f) e j) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 agosto. | Regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica |
| 26 mai. | [Portaria n.º 149/2015](https://dre.pt/application/file/67289837) | Regula os termos e a transição do parecer prévio favorável e da autorização para a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços pelas autarquias locais, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro | Autarquias locais - celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços |
| 01 jun. | [Lei n.º 40/2015](https://dre.pt/application/file/67352191) | Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho**MP:** alterações - altera diversos artigos da Lei 31/2009, de 3 julho; adita vários artigos e um capítulo IV à Lei 31/2009 - este capítulo tem a epígrafe «Fiscalização e sanções», e inclui os artigos 24.º-A a 24.º-G, sendo o anterior capítulo IV renumerado como capítulo V; revogações e derrogações - a) n.º 2 do artigo 2.º, o artigo 8.º, os n.os 6 e 7 do artigo 10.º, os artigos 13.º, 15.º e 20.º, o n.º 1 e a alínea d) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho; b) Portaria 1379/2009, de 30 outubro. | Qualificação profissional exigível aos profissionais do Sector - projectos de obras públicas e particulares |
| 03 jun. | [Lei n.º 41/2015](https://dre.pt/application/file/67374770) | Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e revoga o DL 12/2004, de 9 jan. **MP** - revogações: a) DL 12/2004, de 9 jan.; b) Portaria 14/2004, de 10 jan.; c) Portaria 16/2004, de 10 jan.; d) Portaria 18/2004, de 10 jan.; e) Portaria 19/2004, de 10 jan. | Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção |
| 15 jun. | [Dec. Retificação 29/2015](https://dre.pt/application/file/67477953) | Retifica o Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio (Sistema da Indústria Responsável) | Sistema Indústria Responsável |
| 18 jun. | [Dec. Retificação 30/2015](https://dre.pt/application/file/67524211) | Retifica o DL 75/2015, de 11 maio (Regime de Licenciamento Único de Ambiente) | Licenciamento Único Ambiente |
| 07 jul. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015](https://dre.pt/application/file/69744089) | Aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem | Política Nacional de Arquitetura e Paisagem |
| 13 jul. | [Decreto-Lei n.º 133/2015](https://dre.pt/application/file/69773354) | Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas | Tratamento de águas residuais urbanas - alteração DL 152/97 |
| 15 jul. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015](https://dre.pt/application/file/69809543) | Aprova a Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031 | Estratégia Nac. para a Habitação para o período de 2015-2031 |
| 30 jul. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015](https://dre.pt/application/file/69906414) | Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas. **MP** - revoga as Resoluções do Conselho de Ministros 59/2001, de 30 maio, e 24/2010, de 18 março | Alterações Climáticas - aprovação de Quadro Estratégico, Programa Nacional e Estratégia Nacional |
| 30 jul. | [Decreto-Lei n.º 139/2015](https://dre.pt/application/file/69906419) | Procede à primeira alteração ao DL 38/2015, de 12 março, que desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional | Política Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional |
| 03 ago. | [Portaria n.º 228/2015](https://dre.pt/application/file/69927813) | Aprova os modelos de alvarás e de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação**MP** - revoga as Portarias 216-C/2008, 216-D/2008 e 216 -F/2008, todas de 3 março | Regime jurídico urbanização e edif. - modelos alvarás e avisos |
| 11 ago. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015](https://dre.pt/application/file/69977523) | Aprova a estratégia «Cidades Sustentáveis 2020» | Estratégia «Cidades Sustentáveis 2020» |
| 14 ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A](https://dre.pt/application/file/70017811) | Aprova o Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE) | Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da R.A. Açores (PAE) |
| 17 ago. | [Lei n.º 96/2015](https://dre.pt/application/file/70017225) | Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o art. 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o art. 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o art. 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do PE e do Conselho, de 26 fev. 2014, revogando o DL 143-A/2008, de 25 julho. **MP** - revogações: a) DL 143-A/2008, de 25 julho; b) Portaria 701-G/2008, de 29 julho | Plataformas eletrónicas de contratação pública |
| 18 ago. | [Portaria n.º 250/2015](https://dre.pt/application/file/70041667) | Estabelece os requisitos específicos de construção e de exploração de hipódromos autorizados a realizar corridas de cavalos sobre as quais se praticam apostas hípicas | Hipódromos - requisitos de construção e exploração |
| 19 ago. | [Dec. Regulamentar 15/2015](https://dre.pt/application/file/70055582) | Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional. **MP** - revoga Dec. Regulamentar 11/2009, de 29 maio | Critérios de classificação e reclassificação do solo |
| 19 ago. | [Portaria n.º 252/2015](https://dre.pt/application/file/70055583) | Procede à alteração da Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de setembro, que aprovou as Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (RTIEBT), nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 226/2005, de 28 de dezembro, por aditamento da secção 722 à parte 7 das RTIEBT | Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (RTIEBT) |
| 27 ago. | [Decreto-Lei n.º 179/2015](https://dre.pt/application/file/70128887) | Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do PE e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011 | Regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados |
| 02 set. | [Lei n.º 123/2015](https://dre.pt/application/file/70170264) | Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei 119/92, de 30 junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 jan., que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais | Estatuto da Ordem dos Engenheiros - primeira alteração |
| 03 set. | [Decreto-Lei n.º 186/2015](https://dre.pt/application/file/70179249) | Procede à quarta alteração ao DL 39/2008, de 7 março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, e à segunda alteração ao DL 108/2009, de 15 maio, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos**MP** - revogações: a) n.º 3 do art. 21.º do DL 39/2008; b) n.º 3 do art. 6.º, n.º 5 do art. 8.º, n.os 2 e 4 do art. 16.º e art. 21.º a 24.º do DL 108/2009; c) art. 6.º do Decreto Regulamentar 18/99, de 27 agosto; d) art. 4.º e 11.º da Portaria 261/2009, de 12 março | Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos - 4ª alteração |
| 14 set. | [Portaria n.º 279/2015](https://dre.pt/application/file/70280829) | Identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelo interessado nos procedimentos com vistoria prévia, sem vistoria prévia e de mera comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, à instalação e exploração de estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3, e à alteração de estabelecimentos industriais, nos termos previstos no Sistema da Indústria Responsável. **MP** - revoga a Portaria 302/2013, de 16 out. | Sistema Indústria Responsável - instalação e exploração de estabelecimentos industriais |
| 14 set. | [Decreto-Lei n.º 194/2015](https://dre.pt/application/file/70280830) | Procede à 2ª alteração ao DL 118/2013, de 20 ago., relativo ao desempenho energético dos edifícios, e à primeira alteração ao DL 53/2014, de 8 abril, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.**MP** - revoga as alíneas h) e i) do art. 4.º, o n.º 8 do art. 28.º, o n.º 6 do art. 42.º, o n.º 6 do art. 43.º e o n.º 5 do art. 44 do DL 118/2013, de 20 agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68-A/2015 de 30 abril | Desempenho energético de edifícios e regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou frações |
| 15 set. | [Portaria n.º 281/2015](https://dre.pt/application/file/70297522) | Define os requisitos a que obedece a constituição da sociedade gestora de Zona Empresarial Responsável (ZER), a identificação do respetivo quadro legal de obrigações e competências e ainda a definição das regras relativas à sua organização e funcionamento. **MP** - revoga Portaria 303/2013 (16 out) | Zona Empresarial Responsável (ZER) - requisitos da entidade gestora |
| 16 set. | [Decreto-Lei n.º 199/2015](https://dre.pt/application/file/70311778) | Procede à 1ª alteração ao DL 73/2009, de 31 março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional. **MP** - revoga o n.º 3 do art. 13.º, os n.os 4, 13, 14, 15 e 16 do art. 14.º, o art. 15.º, o art. 24.º, a alínea c) do art. 34.º, o n.º 2 do art. 46.º e os n.os 1 e 8 do art. 47.º do DL 73/2009, de 31 março | Regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional |
| 16 set. | [Decreto-Lei n.º 200/2015](https://dre.pt/application/file/70311779) | Estabelece o instrumento de investimento territorial integrado relativo ao mar | Estratégia Nacional para o Mar |
| 17 set. | [Lei n.º 157/2015](https://dre.pt/application/file/70303427) | Segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 jan., que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais. **MP** - altera o DL 349/99, de 2 set. | Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, alteração |
| 18 set. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2015](https://dre.pt/application/file/70334184) | Aprova a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 | Estratégia Nac. para Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 |
| 25 set. | [Portaria n.º 309/2015](https://dre.pt/application/file/70386227) | Primeira alteração à Portaria 327/2008, de 28 abril, que aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos. **MP** - revoga o art. 6.º da Portaria 327/2008, de 28 abril. **RE** - retificada pela Declaração Rectificação 49/2015, de 2 nov.  | Classificação estabelecimentos hoteleiros e turísticos |
| 2 out. | [Portaria n.º 326/2015](https://dre.pt/application/file/a/70432381) | Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental**MS** - alterada pela Portaria n.º 30/2017, de 17 jan. | Pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental |
| 02 out. | [Decreto-Lei nº 214-G/2015](https://dre.pt/application/file/70441118) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 100/2015, de 19 de agosto, revê o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre AmbienteNota importante: este diploma altera diversos códigos, leis e regimes jurídicos que interessam à actividade das empresas. Contudo, no que respeita especificamente à actividade de ambiente, arquitectura e engenharia, são aqui salientadas as alterações introduzidas no Código dos Contratos Públicos e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Para obter uma descrição completa das modificações produzidas pelo diploma, consulte a compilação relativa às áreas de economia, gestão de empresas e áreas afins.**MP** - alterações de diplomas relacionados com as áreas de ambiente, arquitectura e engenharia: 7ª alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 jan.; 14ª alteração ao DL 555/99, de 16 dez. | Código dos Contratos PúblicosRegime Jurídico da Urbanização e da Edificação |
| 07 out. | [Decreto-Lei n.º 216/2015](https://dre.pt/application/file/70476112) | Transpõe a Diretiva n.º 2014/106/UE da Comissão, de 5 de dezembro de 2014, que altera os anexos V e VI da Diretiva 2008/57/CE, do PE e do Conselho, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade.**MP** - altera o Decreto-Lei 27/2011, de 17 fev., alterado pelos Decretos-Leis 182/2012, de 6 agosto, 41/2014, de 18 março, e 179/2014, de 18 dez. | Interoperabilidade do sistema ferroviário na U.E. |
| 07 out. | [Decreto-Lei n.º 218/2015](https://dre.pt/application/file/70476114) | Procede à segunda alteração ao DL 103/2010, de 24 setembro, que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo a Diretiva n.º 2013/39/UE (substâncias prioritárias no domínio da política da água).**MP** - para além de alterar o DL 103/2010, revoga os seguintes diplomas: a) DL 52/99, de 20 fev., alterado pelo DL 103/2010, de 24 set.; b) DL 53/99, de 20 fev., alterado pelo DL 103/2010, de 24 set.; c) DL 54/99, de 20 fev., alterado pelo DL 103/2010, de 24 set.; d) DL 56/99, de 26 fev., alterado pelo DL 103/2010, de 24 set.; e) DL 431/99, de 22 out., alterado pelo DL 103/2010, de 24 set.; f) DL 506/99, de 20 nov., alterado pelo DL 103/2010, de 24 set.; g) alguns artigos e o anexo III do DL 103/2010, de 24 set., alterado pelo DL 83/2011, de 20 junho | Normas de qualidade ambiental no domínio da política da água |
| 09 out. | [Decreto-Lei n.º 224/2015](https://dre.pt/application/file/70497068) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios. **MP** - revoga alguns artigos, disposições e anexos do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 novembro | Regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios |
| 19 out. | [Decreto-Lei n.º 244/2015](https://dre.pt/application/file/70737736) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 fev., que estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional, bem como as disposições gerais aplicáveis ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo.**MP** - altera o DL 31/2006 e revoga os n.os 3 e 4 do art. 16.º, a alínea a) do n.º 2 do art. 22.º e os art. 26.º, 30.º e 41.º do Decreto-Lei 31/2006, de 15 fev. | Sistema Petrolífero Nacional - alteração ao DL 31/2006 |
| 22 out. | [Portaria n.º 379-A/2015](https://dre.pt/application/file/70792177) | Primeira alteração à Portaria n.º 349-B/2013, de 29 de novembro que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção | Sistema de Certificação Energética dos Edifícios |
| 02 nov. | [Dec. Retificação 49/2015](https://dre.pt/application/file/70869184) | Retifica a Portaria 309/2015, de 25 set. (sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, etc) | Classificação estabelecimentos |
| 04 nov. | [Portaria n.º 395/2015](https://dre.pt/application/file/70905676) | Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacte ambiental e revoga a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril | Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental - requisitos |
| 05 nov. | [Portaria n.º 398/2015](https://dre.pt/application/file/70920149) | Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para a atividade pecuária | Licenciamento Único de Ambiente - atividade pecuária |
| 05 nov. | [Portaria n.º 399/2015](https://dre.pt/application/file/70920150) | Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para atividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares | Licenciamento Único de Ambiente - atividade pecuária industriais |
| 20 nov. | [Portaria n.º 405/2015](https://dre.pt/application/file/71065079) | Primeira alteração à Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, que estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização | Operações urbanísticas de edificação - licenciamento |
| 25 nov. | [Decreto-Lei n.º 250/2015](https://dre.pt/application/file/71100723) | Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 fev., que regula o programa SOLARH, prorrogando até 31 de dezembro de 2016 o prazo durante o qual os fundos correspondentes aos reembolsos dos empréstimos podem ser destinados à concessão de financiamento no âmbito de outros programas de apoio à reabilitação e reconstrução urbana | Programa SOLARH (reabilitação e reconstrução urbana) - 3ª alteração ao DL 39/2001 |
| 25 nov. | [Decreto-Lei n.º 251/2015](https://dre.pt/application/file/71100724) | Procede à terceira alteração ao DL 118/2013, de 20 ago., que aprovou o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE, do PE e do Conselho, de 19 maio 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.**MP** - revoga a alínea eee) do art. 2.º do DL 118/2013, de 20 ago., alterado pelos DLs 68-A/2015 e 194/2015 | Sistema de Certificação Energética dos Edifícios e Regulamento de Desempenho Energético de Edifícios |
| 22 dez. | [Decreto Legislativo Regional n.º 14/2015/M](https://dre.pt/application/file/72934017) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 37/2015, de 10 de março, que estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais | R.A. Madeira - acesso e exercício de profissões |
| 29 dez. | [Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A](https://dre.pt/application/file/72970600) | Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores**MP** - Revogações: a) Dec. Reg. Regional 11/77/A, de 16 abril, que adota medidas definidoras da competência para a autorização de despesas com obras e com a aquisição de bens e serviços; b) Dec. Leg. Regional 8/88/A, de 28 março, que regulamenta os concursos públicos de empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços; c) Dec. Reg. Regional 19/89/A, de 22 maio, que estabelece regulamentação da realização e dispensa de concursos públicos e limitados, bem como as condições da celebração de contrato escrito; d) Dec. Leg. Regional 34/2008/A, de 28 julho, alterado pelo Dec. Leg. Regional 15/2009/A, de 6 agosto, que aprova as regras especiais da contratação pública na R.A. Açores; e) Dec. Leg. Regional 14/2009/A, de 29 julho, que aprova o regime excecional de liberação da caução nos contratos de obras públicas; f) artigos 24.º do Dec. Leg. Regional 3/2012/A, de 13 janeiro, 25.º do Dec. Leg. Regional 2/2014/A, de 29 janeiro, e 24.º do Dec. Leg. Regional 1/2015/A, de 7 janeiro (estes 3 diplomas não figuram nesta compilação, pois referm-se ao orçamento da R.A. Açores, um assunto que não cabe no ãmbito da abragência do documento) | R.A. Açores - regime jurídico dos contratos públicos |
| 31 dez. | [Portaria n.º 419/2015](https://dre.pt/application/file/72999972) | Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, a vigorar no ano de 2016 | Valor médio de construção por metro quadrado - 2016 |

|  |  |
| --- | --- |
| 2016 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 14 jan. | [Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/M](https://dre.pt/application/file/73135254) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o DL 118/2013, de 20 ago., que aprovou o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE, de 19 maio 2010. **MP** - revoga o Decreto Legislativo Regional nº 1/2008/M, de 11 jan. | R.A. Madeira - certificação e desempenho energético dos edifícios |
| 21 jan. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2016/M](https://dre.pt/application/file/73229090) | Fixa o Valor do Metro Quadrado de Construção para o Ano de 2016 | R.A. Madeira - fixação do valor do m2 de construção em 2016 |
| 02 fev. | [Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016/A](https://dre.pt/application/file/73399321) | Adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, o regime de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas e o regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional. **MP** - revoga o Dec. Legislativo Regional 16/2009/A, de 13 out. | Sistema de Certificação Energética de Edifícios - adaptação à R.A. Madeira |
| 04 fev. | [Portaria n.º 17-A/2016](https://dre.pt/application/file/73441067) | Primeira alteração à Portaria n.º 349-D/2013, de 2 dezembro, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes | Desempenho energético dos edifícios (Portaria 349-D/2013) |
| 07 mar. | [Portaria n.º 39/2016](https://dre.pt/application/file/73788304) | Procede à segunda alteração do Anexo IV da Portaria n.º 349-A/2013, de 29 nov., que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ) | Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) - 2ª alteração ao Anexo IV da Portaria 349-A/2013 |
| 14 mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 15/2016/M](https://dre.pt/application/file/73865594) | Segunda alteração ao Dec. Legislativo Regional 15/2005/M, de 9 agosto, que procede à classificação das estradas da rede viária regional | R.A. Madeira - classificação das estradas da rede viária regional |
| 13 abr. | [Decreto-Lei n.º 18/2016](https://dre.pt/application/file/74126051) | Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016 | OE 2016 - inclui disposições relacionadas com contratação púb. |
| 16 mai. | [Portaria n.º 143-A/2016](https://dre.pt/application/file/74469708) | Aprova o Programa de Apoio Infraestrutural (projetos de remodelação, ampliação e construção de instalações de corpos de bombeiros).**MP** - revoga a Portaria n.º 1562/2007 de 11 dez., alterada pelas Portarias n.º 156/2009, de 10 fevereiro e n.º 927/2010 de 20 setembro. | Prog. de Apoio Infraestrutural - instalações de corpos de bombeiros |
| 23 jun. | [Decreto-Lei n.º 28/2016](https://dre.pt/application/file/74775005) | Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE do P.E. e do Conselho, de 19 maio 2010. **MP** - altera o DL 118/2013, de 20 ago.; revoga a alínea ggg) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.os 68-A/2015, de 30 abril, 194/2015, de 14 setembro, e 251/2015, de 25 novembro. | Desempenho energético dos edifícios - 4ª alteração ao Decreto-Lei 118/2013, de 20 agosto |
| 29 jul. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016](https://dre.pt/application/file/75058315) | Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 | Estratégia Nac. para as Compras Públicas Ecológicas 2020 |
| 22 ago. | [Lei n.º 26/2016](https://dre.pt/application/file/75180115) | Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do PE e do Conselho, de 17 de nov.Nota: este diploma abrange os procedimentos de contratação pública, incluindo os contratos celebrados (artigo 3º).**MP** - alterações: art. 3.º do Regulamento Orgânico da CADA, aprovado em anexo à Lei 10/2012, de 29 fev.; DL 16/93, de 23 jan.; Lei 12/2005, de 26 jan.; Revogações: a) Lei 19/2006, de 12 jun., alterada pelo DL 214-G/2015, de 2 out.; b) Lei 46/2007, de 24 ago., alterada pelo DL 214-G/2015, de 2 out. | Regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos |
| 23 ago. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016](https://dre.pt/application/file/75171223) | Fixa as orientações estratégicas para a alteração do Programa Nac. Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei 58/2007, de 4 set., através de um sistema colaborativo e descentralizado assente em pontos focais e numa comissão consultiva, sob coordenação da Direção-Geral do Território | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território |
| 26 ago. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016](https://dre.pt/application/file/75212779) | Aprova a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) destinada a melhorar a qualidade do ar para a proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e da preservação dos ecossistemas | Ambiente - Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) |
| 20 set. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016](https://dre.pt/application/file/75372881) | Aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações do Vouga, Mondego e Lis, do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Tejo e Ribeiras do Oeste, do Sado e Mira e das Ribeiras do Algarve. **RE** - retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2016 | Planos de Gestão dos Riscos de Inundações vários rios e ribeiras |
| 10 out. | [Decreto Legislativo Regional n.º 20/2016/A](https://dre.pt/application/file/75490193) | Plano de gestão de riscos de inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA) | Plano de gestão de riscos de inundações da R.A. Açores |
| 19 out. | [Resolução Conselho Ministros n.º 64/2016](https://dre.pt/application/file/75542074) | Aprova a segunda alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela-Forte de São Julião da Barra**MP** - altera os artigos 8.º, 83.º, 84.º e 85.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/98, de 19 de outubro | Plano Ordenamento Orla Costeira Cidadela-Forte S Julião Barra |
| 19 out. | [Resolução Conselho Ministros n.º 65/2016](https://dre.pt/application/file/75562375) | Aprova a alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura - Vila Real de Santo António, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2005, de 27 de junho | Plano Ord. Orla Costeira Vilamoura - V. R. Santo António |
| 04 nov. | [Decreto-Lei n.º 72/2016](https://dre.pt/application/file/75662381) | Procede à 1ª alteração ao DL 92/2013, de 11 julho, prevendo a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações | Sistemas multimunicipais de abastec. água e saneamento |
| 09 nov. | [Decreto-Lei n.º 76/2016](https://dre.pt/application/file/75697946) | Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água. **MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 abril | Plano Nacional da Água e Com. Interministerial Coord. Água |
| 18 nov. | [Declaração de Retificação n.º 22-A/2016](https://dre.pt/application/file/75774048) | Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações de vários rios e ribeiras | Planos de Gestão dos Riscos de Inundações vários rios e ribeiras |
| 15 dez. | [Portaria n.º 319/2016](https://dre.pt/application/file/a/105371559) | Procede à segunda alteração da Portaria n.º 349-B/2013, de 29 de novembro, alterada pela Portaria n.º 379-A/2015, de 22 de outubro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento térmico e de eficiência de sistemas técnicos dos edifícios novos e sujeitos a intervenção | Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) - 2ª alteração Portaria 349-B/2013 |
| 15 dez. | [Portaria n.º 345-B/2016](https://dre.pt/application/file/a/105669953) | Portaria que fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2017 | Fixação valor médio construção por metro quadrado - ano 2017 |
| 28 dez. | [Lei n.º 42/2016](https://dre.pt/application/file/a/105630354) | Orçamento do Estado para 2017**MP** - nota: na seguintelista estão apenas as modificações introduzidas por esta Lei em diplomas com interesse para as empresas do Setor1 - Lei n.º 34/2015, de 27 abril - altera o artigo 4.º desta Lei, que aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional;2 - Lei n.º 58/2005, de 29 dez. - altera o artigo 79.º desta Lei, que aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2000/60/CE, do PE e do Conselho, de 23 outubro, alterada pelos Decretos-Leis n.os 245/2009, de 22 setembro, 60/2012, de 14 março, e 130/2012, de 22 junho. | Orçamento do Estado para 2017 |

|  |  |
| --- | --- |
| 2017 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 17 jan. | [Portaria n.º 30/2017](https://dre.pt/application/file/a/105756257) | Procede à primeira alteração da Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro, que estabelece os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental | Ambiente - projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental |
| 06 fev. | [Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2017/A](https://dre.pt/application/file/a/106407789) | Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021 | Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores |
| 02 mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 5/2017/M](https://dre.pt/application/conteudo/106542305) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho, que regula a organização, o acesso e o exercício das atividades de mobilidade elétrica e procede ao estabelecimento de uma rede de mobilidade elétrica | R.A. Madeira - mobilidade elétrica e rede de mobilidade elétrica |
| 16 mar. | [Decreto-Lei n.º 29/2017](https://dre.pt/application/conteudo/106616122) | Procede à 2ª alteração do Decreto-Lei 180/2009, de 7 agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica**MP** - altera e derroga o Decreto-Lei 180/2009, de 7 agosto | Sistema Nacional de Informação Geográfica - alteração |
| 12 abr. | [Portaria n.º 137/2017](https://dre.pt/application/file/a/106874916) | Determina a aprovação do modelo do Título Único Ambiental | Título Único Ambiental |
| 10 mai. | [Decreto-Lei n.º 47/2017](https://dre.pt/application/file/a/106987862) | Altera o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1480**MP** - alterações: procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2015, de 27 março; revogações:revoga o art. 30.º, o art. 43.º e a parte D do anexo VII e a parte B do anexo XVI do DL 102/2010, de 23 set., alterado pelo DL 43/2015 | Ambiente - regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente |
| 02 jun. | [Lei n.ª 37/2017](https://dre.pt/application/file/a/107111258) | Torna obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente | Prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos - estudos de avaliação de impacte ambiental |
| 05 jun. | [Res. Cons. Ministros 76/2017](https://dre.pt/application/file/a/107468774) | Procede à criação do livro de obra eletrónico e à extinção da Ficha Técnica de Habitação | Livro de obra eletrónico |
| 09 jun. | [Decreto-Lei n.º 60/2017](https://dre.pt/application/file/a/107494363) | Projeto de decreto-lei que estabelece o enquadramento para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, transpondo a Diretiva n.º 2014/94/UE | Infraestrutura para combustíveis alternativos |
| 12 jun. | [Decreto-Lei n.º 64/2017](https://dre.pt/application/file/a/107507280) | Aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal. **RE** - retificado pela Declaração de Retificação n.º 20/2017, de 3 agosto | Centrais de biomassa florestal |
| 14 jun. | [Lei n.º 42/2017](https://dre.pt/application/file/a/107515090) | Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local (terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados) | Regime do Arrendamento Urbano e Regime jurídico das obras em prédios arrendados |
| 27 jun. | [Decreto Legislativo Regional n.º 18/2017/M](https://dre.pt/application/file/a/107573003) | Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo na Região Autónoma da Madeira, contidas na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e define o respetivo sistema regional de gestão territorial**MP** - revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 43/2008/M, de 23 dezembro. | R.A. Madeira - política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo |
| 27 jun. | [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2017/M](https://dre.pt/application/file/a/107573004) | Primeira alteração ao Dec. Legislativo Regional 12/2009/M, de 6 maio, que adapta à R.A. Madeira o DL 39/2008, de 7 março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. **MP** - altera e revoga algumas disposições do DLR 12/2009/M | R.A. Madeira - empreendimentos turísticos |
| 30 jun. | [Decreto-Lei n.º 80/2017](https://dre.pt/application/file/a/107604781) | Implementa a medida Simplex+ «Licenciamentos Turísticos+ Simples», alterando o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos**MP** - altera e revoga algumas disposições do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 setembro, e altera a Portaria n.º 327/2008, de 28 abril, alterada pela Portaria n.º 309/2015, de 25 setembro. | Simplex+ «Licenciamentos Turísticos+ Simples» |
| 27 jul. | [Decreto-Lei n.º 88/2017](https://dre.pt/application/file/a/107761810) | Altera o regime das sociedades de reabilitação urbana. **MP** - altera o DL 307/2009, de 23 out., alterado pela Lei 32/2012 e pelo DL 136/2014 | Sociedades de reabilitação urbana |
| 03 ago. | [Dec. Retificação n.º 20/2017](https://dre.pt/application/file/a/107802143) | Retifica o Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 junho, da Economia, que aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal | Novas centrais de biomassa florestal |
| 10 ago. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017](https://dre.pt/application/file/a/107982429) | Aprova o Programa da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande**MP** - revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000 | Programa da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande |
| 10 ago. | [Decreto-Lei n.º 96/2017](https://dre.pt/application/file/a/107982431) | Estabelece o regime das instalações elétricas particulares**MP** - revoga:1. as disposições do RLIE aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 julho 1936, alterado pelos Decretos-Leis n.os 446/76, de 5 junho, 517/80, de 31 outubro, 131/87, de 17 março, 272/92, de 3 dezembro, e 4/93, de 8 janeiro, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 julho, e pelo DL 101/2007, de 2 abril, na parte respeitante às instalações elétricas de serviço particular reguladas pelo presente decreto-lei;
2. o Decreto-Lei n.º 517/80, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 272/92, de 3 de dezembro, e 315/95, de 28 de novembro, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 101/2007, de 2 de abril;
3. o Decreto-Lei n.º 272/92, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 101/2007, de 2 de abril;
4. a Portaria 662/96, de 14 nov., alterada pela Lei 14/2015, de 16 fev., e pelas Portarias 325/2015, de 2 out., e 27-B/2016, de 16 fev.

**RE** - retificado pelas Declarações de Retificação n.os 29/2017, de 3 out., e 33/2017, de 9 out.**MS** - alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 agosto | Regime das instalações elétricas particulares |
| 10 ago. | [Decreto-Lei n.º 97/2017](https://dre.pt/application/file/a/107982432) | Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios**MP** - revogações: a) DL 263/89, de 17 ago., alterado pelo DL 232/90, de 16 julho; b) DL 521/99, de 10 dez.; c) art. 12.º e 13.º do DL 125/97, de 23 maio, alterado pelo DL 389/2007, de 30 nov., sem prejuízo do disposto no artigo 33.º do presente DL; d) Portaria n.º 163-A/90, de 28 fev.; e) n.º 11 do artigo 13.º do Regime Jurídico de Edificação e Urbanização aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 dez.; f) o n.º 1.º e o anexo I da Portaria 362/2000, de 20 junho, alterada pelas Portarias 690/2001, de 10 julho e 1358/2003, de 13 dez., na data de entrada em vigor do despacho previsto no n.º 1 do art. 14.º, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 21.º e no n.º 2 do artigo 33.º do presente DL; g) o n.º 2.º e o anexo II da Portaria n.º 362/2000, de 20 junho, alterada pelas Portarias n.º 690/2001, de 10 julho, e 1358/2003, de 13 dez. **RE** - retificado pela Declaração de Retificação 34/2017, de 9 out.**MS** - alterado pela Lei n.º 59/2018, de 21 agosto | Regime das instalações de gases combustíveis em edifícios |
| 16 ago. | [Lei n.º 74/2017](https://dre.pt/application/file/a/108000751) | Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo**MP** - procede à primeira alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 maio | Política de solos, ordenamento do território e urbanismo |
| 17 ago. | [Lei n.º 78/2017](https://dre.pt/application/file/a/108010937) | Cria um sistema de informação cadastral simplificada e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro | Sistema de informação cadastral |
| 18 ago. | [Lei n.º 79/2017](https://dre.pt/application/file/a/108016626) | Protege o património azulejar, procedendo à 13ª alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo DL 555/99, de 16 dez. | Proteção do património azulejar |
| 25 ago. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2017/M](https://dre.pt/application/file/a/108057380) | Fixa, para o ano de 2017, o valor do metro quadrado padrão para efeitos da indústria da construção civil | Construção - valor do metro quadrado padrão em 2017 |
| 31 ago. | [Decreto-Lei n.º 111-B/2017](https://dre.pt/application/file/a/108085917) | Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.os 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014**MP** - além de alterar e derrogar muitas disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, revoga também o DL 307/94, de 21 dez., e as Portarias n.os 701-B/2008, 701-C/2008, 701-D/2008, 701-E/2008, 701-F/2008, 701-I/2008 e 701-J/2008, todas de 29 julho**MS** **-** Alterações: alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 dez. Associação inversa: alterados os art. 5º, 26º e 27º e revogado o anexo VIII do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 jan., na versão alterada e republicada pelo presente diploma, pelo DL 33/2018, de 15 maio**RE** - retificado pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 out. | Revisão do Código dos Contratos Públicos |
| 03 out. | [Dec. Retificação n.º 29/2017](https://dre.pt/application/file/a/108250351) | Retifica o Decreto-Lei 96/2017, de 10 agosto, da Economia, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares | Instalações elétricas particulares |
| 09 out. | [Dec. Retificação n.º 33/2017](https://dre.pt/application/file/a/108270503) | Retifica o Decreto-Lei 96/2017, de 10 agosto, da Economia, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares | Instalações elétricas particulares |
| 09 out. | [Dec. Retificação n.º 34/2017](https://dre.pt/application/file/a/108270504) | Retifica o Decreto-Lei 97/2017, de 10 agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios | Instalações de gases combustíveis |
| 30 out. | [Dec. Retificação 36-A/2017](https://dre.pt/application/file/a/114133073) | Retifica o DL 111-B/2017, de 31 ago., que procede à 9ª alteração ao Código dos Contratos Públicos. **RE** - retificada pela Dec. Retif. 42/2017, de 30 nov. | Código dos Contratos Públicos |
| 09 nov. | [Res. Con. Ministros 170/2017](https://dre.pt/application/file/a/114167214) | Determina a realização do «Projeto Reabilitar como Regra» | «Projeto Reabilitar como Regra» |
| 24 nov. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2017](https://dre.pt/application/file/a/114248563) | Aprova a Estratégia Industrial e o Plano de Ação para as Energias Renováveis Oceânicas | Estratégia e Plano de Ação para as Energias Renováveis Oceânicas |
| 24 nov. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017](https://dre.pt/application/file/a/114248564) | Aprova a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026 | Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos |
| 30 nov. | [Dec. Retificação n.º 42/2017](https://dre.pt/application/file/a/114290199) | Retifica a Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, que retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 agosto (CCP revisto) | Código Contratos Públicos revisto |
| 30 nov. | [Decreto-Lei n.º 145/2017](https://dre.pt/application/file/a/114290205) | Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa**MP -** revogações: revoga o DL 56/2011, de 21 abril; alterações: 3ª alteração ao DL 152/2005, de 31 ago., alterado pelos DLs 35/2008 e 85/2014**RE** - retificado pela Declaração de Retificação nº 3-4/2018, de 29 janeiro | Gases fluorados com efeito de estufa |
| 11 dez. | [Decreto-Lei n.º 152-B/2017](https://dre.pt/application/file/a/114336848) | Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/EU**MP** - alterações: 1 - procede à 4ª alteração ao DL 151-B/2013, de 31 out., alterado pelos DLs 47/2014, de 24 março, e 179/2015, de 27 agosto, e pela Lei 37/2017, de 2 junho, que estabelece o regime jurídico da AIA dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente. 2 - procede à 9ª alteração ao DL 172/2006, de 23 agosto, alterado pelos DLs 237-B/2006, de 18 dez., 199/2007, de 18 maio, 264/2007, de 24 julho, 23/2009, de 20 jan., 104/2010, de 29 set., e 215-B/2012, de 8 out., pela Lei 7-A/2016, de 30 março, e pelo DL 38/2017, de 31 março; revogações: n.º 1 do art. 33.º-T do DL 172/2006, de 23 ago., diversas disposições do DL 151-B/2013, de 31 out., e n.º 2 do art. 24.º do DL 154/2013 | Ambiente - alteração do regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados |
| 14 dez. | [Portaria n.º 371/2017](https://dre.pt/application/file/a/114352672) | Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos | Código dos Contratos Públicos |
| 14 dez. | [Portaria n.º 372/2017](https://dre.pt/application/file/a/114352674) | Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos | Código dos Contratos Públicos - doc. habilitação adjudicatário |
| 19 dez. | [Portaria n.º 379/2017](https://dre.pt/application/file/a/114380397) | Portaria que fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2018 | Valor médio da construção por metro quadrado - ano 2018 |

|  |  |
| --- | --- |
| 2018 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 29 jan. | [Dec. Retificação n.º 3-A/2018](https://dre.pt/application/file/a/114591689) | Retifica o Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 novembro, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa | Gases fluorados com efeito estufa |
| 15 fev. | [Decreto-Lei n.º 11/2018](https://dre.pt/application/file/a/114696485) | Estabelece as restrições básicas ou níveis de referência referentes à exposição humana a campos eletromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão, regulamentando a Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro | Exposição humana a campos eletromagnéticos |
| 26 fev. | [Portaria n.º 57/2018](https://dre.pt/application/file/a/114766106) | Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir**RE** - retificada pela Declaração de Retificação nº 14/2018, de 29 março | Portal BASE |
| 09 mar. | [Portaria n.º 72/2018](https://dre.pt/application/file/a/114833948) | Define os termos em que a entidade adjudicante pode exigir rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova | CCP - rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova |
| 15 mar. | [Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M](https://dre.pt/application/file/a/114866218) | Sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. **MP** - revoga o artigo 3.º do referido Decreto, na sua atual redação. | CCP - adaptação à R.A. Madeira: 7ª alteração ao DLR 34/2008/M |
| 19 mar. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2018/M](https://dre.pt/application/file/a/114886293) | Fixa o valor do metro quadrado de construção para o ano de 2018 | R.A. Madeira - fixação do valor do m2 de construção em 2018 |
| 28 mar. | [Decreto-Lei n.º 21/2018](https://dre.pt/application/file/a/114936965) | Altera o Regulamento de Segurança de Barragens e aprova o Regulamento de Pequenas Barragens**MP** - alterações: primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 344/2007 (Regulamento de Segurança de Barragens); revogações/derrogações: a) Decreto-Lei n.º 409/93, de 14 dez; b) n.º 2 do artigo 2.º e n.º 4 do artigo 5.º do DL 344/2007, de 15 out.; c) Portaria n.º 846/93, de 10 set.; d) Portaria n.º 847/93, de 10 set.; e) Portaria n.º 246/98, de 21 abril | Regulamento de Segurança de Barragens e Regulamento de Pequenas Barragens |
| 29 mar. | [Dec. Retificação n.º 14/2018](https://dre.pt/application/file/a/114943474) | Retifica a Portaria n.º 57/2018, regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE» | Código Contratos Púb. - Portal BASE |
| 04 mai. | [Lei n.º 20/2018](https://dre.pt/application/file/a/115221476) | Reforça as regras de proteção contra a exposição aos campos eletromagnéticos, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro | Campos elétricos e magnéticos |
| 15 mai. | [Decreto-Lei n.º 33/2018](https://dre.pt/application/file/a/115309964) | Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018**MP** - revoga o Anexo VIII do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual | Orçamento do Estado 2018 - revoga Anexo VIII do Código Contratos Púb. |
| 02 jul. | [Portaria n.º 190-A/2018](https://dre.pt/application/conteudo/115631553) | Estabelece as regras para o cálculo da altura de chaminés e para a realização de estudos de dispersão de poluentes atmosféricos**MP** - revoga a Portaria n.º 263/2005, de 17 de março. | Ambiente: cálculo da altura de chaminés e dispersão poluentes |
| 02 jul. | [Portaria n.º 190-B/2018](https://dre.pt/application/conteudo/115631554) | Estabelece os valores limite de emissão (VLE) de aplicação setorial, os VLE aplicáveis a outras fontes não abrangidas por VLE de aplicação setorial, a metodologia de cálculo de VLE e teor de oxigénio aplicável à junção de efluentes e os VLE aplicáveis à queima simultânea de dois ou mais combustíveis**MP** - revoga as Portarias n.os 286/93, de 12 março, 1387/2003, de 22 dezembro, e 675/2009, de 23 junho | Ambiente: prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar - valores limites emissão |
| 06 ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/M](https://dre.pt/application/file/a/115921837) | Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2018, e define ainda a forma de distribuição de verbas dos jogos sociais atribuídas à Região Autónoma da Madeira. **MP** - altera o DLR 34/2008/M (CCP) | Orçamento R.A. Madeira para 2018- altera o DLR 34/2008/M (CCP) |
| 21 ago. | [Lei n.º 59/2018](https://dre.pt/application/file/a/116127946) | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios. **RE** – retificada pela Declaração de Retificação n.º 28/2018, de 12 setembro | Regime das instalações de gases combustíveis em edifícios |
| 21 ago. | [Lei n.º 61/2018](https://dre.pt/application/file/a/116127948) | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao DL 96/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares | Instalações elétricas particulares |
| 23 ago. | [Dec. Retificação n.º 28/2018](https://dre.pt/application/file/a/116148339) | Declaração de retificação à Lei n.º 59/2018, de 21 de agosto (regime das instalações de gases combustíveis em edifícios) | Instalações de gases combustíveis |
| 12 set. | [Decreto-Lei n.º 72/2018](https://dre.pt/application/file/a/116361809) | Cria o Portal Nacional de Fornecedores do Estado. **MP** - altera os Decretos-Leis n.os 114/2007, de 19 abril, e 171/2015, de 25 agosto | Portal Nac. Fornecedores do Estado |
| 10 out. | [Lei n.º 63/2018](https://dre.pt/application/file/a/116631189) | Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos de empresas | Amianto |
| 12 out. | [R. Cons. Ministros 133/2018](https://dre.pt/application/file/a/116653678) | Aprova o Programa Nacional de Regadios | Programa Nac. Regadios |
| 23 out. | [Decreto-Lei n.º 84/2018](https://dre.pt/application/file/a/116745274%C2%B4) | Fixa os compromissos nacionais de redução das emissões de certos poluentes atmosféricos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2284**MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 193/2003, de 22 de agosto | Ambiente: redução das emissões de poluentes atmosféricos |
| 20 dez. | [Portaria n.º 330-A/2018](https://dre.pt/application/file/a/117448366) | Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2019 | Valor médio de construção por metro quadrado a vigorar em 2019 |
| 28 dez. | [Decreto-Lei n.º 121/2018](https://dre.pt/application/file/a/117514585) | Altera o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.**MP** – altera o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 dez. (15ª alteração) | Regime Jurídico da Urbanização e Edificação |
| 28 dez. | [Decreto-Lei n.º 123/2018](https://dre.pt/application/file/a/117514587) | Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos. **MP** – altera Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 ago. | CCP - faturação eletrónica |